UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
KARLA TORQUATO DOS ANJOS BARROS

"A VARÍOLA FICOU MORANDO NA CAPITAL":
Idéias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901)

FORTALEZA – CEARÁ
2011

KARLA TORQUATO DOS ANJOS BARROS

“A VARÍOLA FICOU MORANDO NA CAPITAL”:
Idéias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901)

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau (mestre) em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

FORTALEZA – CEARÁ
2011

B277v Barros, Karla Torquato dos Anjos.

"A varíola ficou morando na capital": idéias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901) / Karla Torquato dos Anjos Barros. – Fortaleza, 2011.

185p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades.

1. História. 2. Doença. 3. Representação. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades.

CDD: 900

KARLA TORQUATO DOS ANJOS BARROS

“A VARÍOLA FICOU MORANDO NA CAPITAL”:
Idéias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901)

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau (mestre) em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

_____
Profª. Drª. Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará – UECE

_____
Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará – UFC

Ao Vilarin Barbosa Barros,
Amor meu, pelo apoio e carinho sempre.

AGRADECIMENTOS

Neste momento gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma partilharam comigo a realização deste trabalho.

À turma que ingressou no Mestrado Acadêmico em História – MAHIS/UECE em 2009, composta pelos queridos amigos: Alex Alves de Oliveira, Ana Flávia Goes Morais, Camila Imaculada Silveira Lima, Felipe da Cunha Lopes, Jucilane de Sousa Carlos, Letícia Lustosa Martins, Raimundo Alves de Araújo, Raquel Caminha Rocha e Vilarin Barbosa Barros. Adorei vivenciar com vocês as muitas manhãs, tardes e noites em que estivemos juntos (bem *incuidin*, como era do gosto do colega Alex). Os nossos cafés-da-manhã na casa do Felipe, os almoços na casa do Alex, os lanchinhos nas cantinas da UECE, os encontros noturnos no Benfica eram todos muito gostosos. Conhecê-los, encontrá-los nas aulas e continuar com vocês depois delas, conversar sobre as pesquisas ou sobre a "Vírgilia", rir muito e aprender junto com vocês foram as melhores e mais intensas experiências que tive no mestrado!

Aos professores Antonio de Pádua Santiago de Freitas, Francisco José Gomes Damasceno, Gerson Augusto de Oliveira Jr**.,** Zilda Maria Menezes Lima, Gleudson Passos Cardoso, José Álbio Moreira de Sales e Francisco Carlos Jacinto Barbosa pelo valioso diálogo possibilitado durante as disciplinas no MAHIS e especialmente a este último pela orientação do presente trabalho.

À banca de qualificação, composta pela Prof.ª Dr.ª Zilda Maria Menezes Lima e pelo Prof. Dr. Antônio Gilberto Nogueira Ramos, pela rica contribuição ao desenvolvimento desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Frederico de Castro Neves pela gentileza de aceitar compor a banca de defesa do presente trabalho juntamente com a Prof.ª Dr.ª Zilda Maria Menezes Lima a quem agradeço pelo acompanhamento deste desde a seleção para o MAHIS até a finalização da pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel, da Academia Cearense de Letras, do Arquivo Público do Estado do Ceará, da

Academia Cearense de Medicina que sempre me receberam atenciosamente e possibilitaram o acesso ao material necessário à pesquisa.

Ao Tarso Tavares, funcionário do setor de atendimento à distância da Biblioteca Nacional – Brasil, pela realização da pesquisa no acervo da Biblioteca e à Carla Rossana Chianello Ramos, coordenadora do acervo, pela liberação e envio do material solicitado.

À Fundação Biblioteca Nacional – Brasil pela disponibilização do serviço de atendimento à distância para pesquisadores e do serviço de reprodução do acervo que foram de fundamental importância para a aquisição de parte do material utilizado na presente pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela aprovação e financiamento do projeto “Entre a saúde e a doença: epidemias, endemias e serviços de saúde em Fortaleza (1838-1950)” que viabilizou a aquisição de equipamentos e bibliografias pelo grupo de pesquisa “História, Natureza e Cultura”, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa e do qual participo como pesquisadora, o que foi de grande utilidade para o desenvolvimento das leituras necessárias à realização do estudo aqui exposto.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo incentivo à pesquisa através da concessão da bolsa de mestrado, possibilitando-me assumir o compromisso de dedicação exclusiva ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

“Nós somos uma sociedade definitivamente marcada pelas epidemias e uma prova disso encontra-se nos registros de nossa cultura. Trata-se de uma forma insólita da persistência de fatores do passado, a guarda de elementos perversos ditados em nossa experiência e, desta forma, o doloroso da morte e do sofrimento, o horror que sempre provocaram estão constantemente sendo utilizados, demonstrando, por conseqüência, que uma cultura não pode esquecer aquilo que lhe foi horrendo. [...] A tradição nos diz que todas as epidemias e todas as suas dores estão no prosaico do xingamento, no ato trivial das pragas e das maldições, nos pequenos discursos em que se manda a vida para a maldição.”

Sávio de Almeida, **Alagoas nos tempos do Cólera**.

RESUMO

Partindo das reflexões suscitadas pela ampliação das perspectivas históricas que possibilitou a eleição da doença enquanto substrato historiográfico capaz de favorecer a apreensão das diferentes formas por meio das quais os homens têm se relacionado com as moléstias, propomos uma análise das representações médicas formuladas mediante a manifestação da varíola em Fortaleza, capital do Ceará, entre os anos de 1891 a 1901. Período em que esta doença fez-se bastante presente na vida urbana, provocando variados discursos e ações referentes a diversas demandas geradas devido a sua ocorrência na cidade. Nesse sentido, examinamos documentos como mensagens de presidentes do Ceará, relatórios de inspetores de higiene, correspondências oficiais, jornais e obras da época no intuito de, através do cruzamento das informações colhidas nesse variado conjunto documental e atentando para a singularidade e objetivo de cada uma destas fontes, responder às questões que orientam este trabalho. Deste modo, buscamos primeiramente compreender como a varíola era concebida à luz dos conhecimentos médicos disponíveis durante o período. Em seguida, observamos como foram sendo construídas explicações sobre o tipo de manifestação que a doença assumia na cidade. E, por fim, analisamos os contornos que adquiriram as medidas de controle à disseminação da moléstia. Entendemos que o estudo desse fenômeno é capaz de nos ajudar a compreender, sob a perspectiva dos discursos pesquisados, algo a respeito das formas como se estruturavam tanto o pensamento e as práticas médicas quanto a organização dos serviços de saúde na Fortaleza de fins do século XIX.

Palavras-chave: História. Doença. Representação.

RESUMEN

A partir de las reflexiones suscitadas por la expansión de las perspectivas históricas que permitieron la elección de la enfermedad como historiográfico sustrato capaz de promover la comprensión de diferentes formas en que los hombres se han relacionado con la enfermedad, se propone un análisis de las representaciones médicas tomadas por la manifestación de la viruela en Fortaleza, capital de Ceará, entre los años 1891 a 1901. Período en el que esta enfermedad se hizo muy presente en la vida urbana, causando varios discursos y acciones relacionadas con las diversas demandas generadas por su presencia en la ciudad. En consecuencia, se examinaron las fuentes, como los mensajes de los presidentes de Ceará, los informes de los inspectores de higiene, la correspondencia oficial, los periódicos y las obras de la época con el fin de, a través de la intersección de la información recogida en este variado conjunto de documentos y atención a la singularidad y propósito de cada estas fuentes, responder a las preguntas que guían este trabajo. De este modo, se busca primero en entender cómo la viruela fue concebido a la luz de los conocimientos médicos disponibles durante el período. Luego observa cómo se está construyendo sobre el tipo de manifestación de la enfermedad que tuvo la ciudad. Finalmente, se analiza la forma en que adquirió las medidas de control de la propagación de la enfermedad. Entendemos que el estudio de este fenómeno nos puede ayudar a entender la perspectiva de los discursos de investigación, algo sobre las maneras de cómo estructurar el pensamiento y las prácticas médicas y la organización de los servicios de salud en la fortaleza de finales del siglo XIX.

Palabras clave: Historia. Enfermedad. Representación

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

1. CAPÍTULO – "FALLE A SCIENCIA": DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A VARÍOLA..... 26

1.1. Teorias sobre a origem e propagação da doença..... 27

1.2. Formas de prevenção e tratamento da varíola..... 42

2. CAPÍTULO – "QUEM TEM RAZÃO?": A MANIFESTAÇÃO DA VARÍOLA ENTRE EPIDEMIA E ENDEMIA..... 66

2.1. O medo da epidemia e a defesa da higiene..... 75

2.2. A varíola endêmica: convivência com a doença na cidade..... 95

3. CAPÍTULO – "A VARÍOLA ENTRE NÓS": ISOLAMENTO E VACINAÇÃO COMO PRÁTICAS MÉDICAS DE COMBATE À DOENÇA..... 117

3.1. Isolamento: primeira providência..... 120

3.2. Vacinação: medida salvadora..... 148

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 168

LISTAGEM DAS FONTES..... 174

BIBLIOGRAFIA..... 180

INTRODUÇÃO

Referindo-se à epidemia que assolou a capital cearense em 1888, Rodolfo Teófilo, em sua apologia à vacinação escrita no ano de 1904, faz o seguinte comentário: “a varíola pouco fez, pouco matou; porém em compensação não desapareceu completamente, como em 1878, ficou morando na capital, onde de quando em vez fazia uma vítima”[1].

Para além de uma narrativa interessada em descrever os martírios provocados por tal moléstia aos fortalezenses ao longo dos tempos, visando valorizar seu protagonismo pessoal na obra benemérita de combate à doença, pensamos que a comparação estabelecida por Teófilo poderia também indicar possíveis representações construídas diante da ocorrência da varíola em Fortaleza.

A idéia de que a doença teria ficado *morando na capital* nos levou a tentar perceber que concepções, opiniões e atitudes sua presença poderia ter suscitado na cidade. Deparamo-nos então, no decorrer da pesquisa, com uma série de fontes em que o discurso sobre a varíola aparecia recorrentemente assumindo diferentes tons, conteúdos e linguagens. Notamos, no entanto, que a autoria de grande parte do material coletado pertencia a médicos ou indivíduos interessados nas questões referentes à saúde pública. Por isso, orientamos nosso trabalho no sentido de compreender as idéias e práticas médicas utilizadas diante da manifestação da bexiga na capital.

A partir do ano de 1891 começam a ser registrados freqüentes casos da doença entre os moradores urbanos. A ocorrência desse fenômeno se prolonga até 1901, quando, por conta da realização de uma intensa campanha de vacinação domiciliária, tal moléstia é considerada extinta na cidade. Essa Fortaleza de fins do século XIX, onde a varíola passa a habitar, era uma cidade historicamente marcada por calamidades periódicas, das quais os surtos de bexigas faziam parte, e por uma

[1] TEÓFILO, Rodolfo. **Varíola e vacinação no Ceará**. [1904]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p.46-47.

estrutural precariedade administrativa, especialmente com respeito aos serviços públicos de saúde[2].

Todavia, ela possuía um grupo de intelectuais, com grande participação de médicos, ajustados às idéias de progresso e civilização, então em voga, e defensores da higiene como representação mais importante desse processo pelo qual a cidade deveria passar para atingir o nível dos países desenvolvidos, e que, portanto, viam a manifestação da doença no espaço urbano como um sinal de atraso e um obstáculo a seu desenvolvimento.

Por isso, são estes os sujeitos produtores da maior parte dos discursos com os quais nos deparamos na documentação pesquisada. Eles aparecem cobrando iniciativas do governo, criticando sua inércia, relatando providências tomadas, e ainda sugerindo outras. O saber médico local foi se estabelecendo a partir da volta dos médicos cearenses formados nas academias de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, faculdades existentes desde 1832. Consta que, no século XIX, 80 médicos locais foram diplomados por essas faculdades, dos quais, cerca de 30 se estabeleceram no Estado. Muitos destes profissionais foram descritos quase como heróis pela historiografia médica local, pelo pioneirismo e abnegação que demonstraram diante de tantas adversidades naturais, sociais, políticas e tecnológicas da época e da região[3]. Os médicos, assim como os outros homens da ciência, pertencem à sociedade que os circunda, resultam dela, partilham os seus ideais, os seus medos, o seu encerramento em modelos conhecidos sobre a organização do mundo e os mecanismos de funcionamento da vida em geral[4].

Estes indivíduos são participantes de uma época em que estava se configurando uma forte consciência médica sobre o caráter social da higiene. Em outros termos, um período em que todas as manifestações da saúde e da doença que transcendiam os sujeitos individuais – as relações com a natureza, o contágio, as entidades patológicas, as influências atmosférico-cósmico-terrestres, os miasmas –, passam a ser relacionadas entre si e entendidas como resultantes da vida em

[2] BARBOSA, Francisco Carlos J. Administrar a precariedade: a cidade de Fortaleza e as epidemias (1850-1880). In.: **Anais do I Encontro Regional em História Social e Cultural**. Recife, 16 a 19 de outubro de 2007. UFRPE. Recife:GEHISC, 2007.
[3] PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
[4] LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

sociedade. Mais que isso, passam a ser vistas como determinantes fundamentais dos resultados dessa vida em sociedade[5]. A partir deste processo é que compreendemos a importância que vai adquirindo a higiene durante o século XIX, como forma de conhecer e interferir racionalmente sobre essa dimensão pública da saúde. Foi, então, em meio a tal contexto que a medicina passou a intervir na sociedade, transformando a cidade em alvo do conhecimento e práticas médicas, conferindo à noção de saúde pública o estatuto de questão central e problematizando o espaço urbano e seus habitantes como potencialmente perigosos.

Fortaleza passa, a partir da segunda metade do século XIX, por uma série de reformas urbanas que visavam não apenas promover seu embelezamento[6], mas, sobretudo, torná-la uma cidade civilizada[7]. Civilizar e urbanizar significava fazer a cidade entrar em uma ordem. Ordem essa que envolvia a questão da higiene pública. É possível percebermos como esse cuidado com a higiene ganha espaço, a partir da análise dos relatórios produzidos pelos presidentes do Ceará no decorrer do século XIX, os quais demonstram uma crescente preocupação das autoridades públicas com relação às doenças, na medida em que a cidade se expandia e tornava-se populosa. A partir de então, as questões referentes à salubridade começam a tomar corpo nos discursos, requisitando, promovendo e legitimando uma série de intervenções urbanas que tinham como justificativa o cuidado com a saúde pública.

Na imprensa fortalezense a questão sanitária também começa a aflorar a partir desse período. Os discursos dos jornais se mostravam cada vez mais preocupados com o estado de higiene da capital, apresentando em suas páginas desde notícias sobre o surgimento de doenças na cidade, até editoriais dedicados ao tema da varíola, por exemplo. Assim, vemos que o medo das moléstias no

---

[5] ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo:Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro:Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

[6] O embelezamento surgia, no século XIX, como um ideal de renovação e de requalificação urbana com objetivos funcionais e utilitários, mas que era igualmente investido de motivação estética e simbólica. Motivações estéticas que eram realçadas pela importância dada à harmonia das novas formas urbanas. E o simbolismo da intervenção pública na recriação da cidade surgia associado à glorificação do progresso. *Cf.*: MATOS; SILVA. Urbanismo e modernização das cidades: o "embellezamento" como ideal. Lisboa, 1858-1891. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Universidade de Barcelona, nº 69 (30), 1 Ago. 2000. Disponível em: <http:// www.ub.es/geocrit/sn-69-30.htm.>. Acesso em: 29 mar. 2011.

[7] Sobre esse processo, ver: PONTE, Op. cit.

espaço urbano se apresenta como instrumento útil à construção de uma série de discursos em defesa da higiene e legitimadores do controle sobre os corpos. Portanto, a doença como objeto de análise demonstra assim seu potencial, a um só tempo, revelador tanto dos problemas existentes quanto das estratégias postas em prática para solucioná-los.

Portanto, como fruto dos questionamentos surgidos a partir da análise dos elementos presentes em nosso conjunto documental, elaboramos a seguinte problemática: como foi representada, em termos de idéias e práticas médicas, a manifestação da varíola em Fortaleza entre os anos de 1891 a 1901? Acreditamos que a investigação desse processo lança luz sobre uma experiência histórica particular, através da qual é possível analisarmos como se estruturava o pensamento e as práticas médicas, bem como a organização dos serviços de saúde na cidade.

As reflexões de Roger Chartier[8] sobre as *representações* contribuíram para pensarmos a produção dos sentidos presentes nos discursos da imprensa, da administração pública e dos médicos sobre a manifestação da doença. De acordo com o historiador francês, as estruturas e as práticas culturais e sociais são fortemente marcadas pelas representações, contraditórias e em confrontos, através das quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo. Dessa forma, as construções dos discursos assim como as representações produzidas por eles assumem lugar central na interpretação do nosso objeto de estudo.

Desta forma, em nossa investigação a questão colocada não é necessariamente saber como se deu a permanência da varíola em Fortaleza durante o período estudado, mas como a sua presença na cidade foi representada pelos sujeitos que se pronunciaram sobre ela e a cujos registros tivemos acesso. Posto que, como afirma Carlo Ginzburg, “as narrações históricas não falariam da realidade, mas sim de quem as construiu”[9].

---

[8] CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

[9] GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.9.

Do mesmo modo, concordamos com Marc Bloch[10] quando este alega que os relatos do passado nos interessam não tanto por suas referências a dados concretos, por vezes inventados, mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de quem os escreveu.

O que nos interessa, portanto, são os sentidos produzidos pelos sujeitos diante da doença, pois ela "não tem existência em si, é uma entidade abstrata à qual o homem dá um nome"[11], uma definição. Tal operação corresponde a desejos permanentes do espírito humano, que busca, diante de um universo misterioso, nomear, classificar e simplificar para organizar. Desejo que, segundo Saramago, impulsiona as pessoas comuns a ocuparem seu tempo colecionando e classificando coisas, tendo como única motivação o que ele denomina de "uma angústia metafísica, talvez por não conseguirem suportar a idéia do caos como regedor único do universo, por isso, com suas fracas forças e sem ajuda divina vão tentando pôr alguma ordem no mundo"[12].

Esta tentativa, marcadamente humana, de identificar e definir objetos, pessoas e lugares, não deixa de se fazer presente nas relações que os homens estabelecem com as doenças. As categorizações feitas pelos agentes sociais estão diretamente ligadas ao seu repertório cultural, e não decorrem meramente do pensamento abstrato, antes a produção social da doença tem como pano de fundo a realidade. Portanto, é assim que entendemos terem sido geradas as formulações, classificações e associações relacionadas à presença da varíola em Fortaleza. O que nos propomos, então, a compreender são as razões, os critérios, os interesses, as concepções e as práticas que informavam os variados tipos de representações construídas acerca da ocorrência da doença na cidade durante o período em questão.

Mas, que caminhos foram trilhados até que chegássemos a atentar para o comentário de Rodolfo Teófilo, impulsionando-nos a compreender as idéias e práticas médicas elaboradas mediante a manifestação da varíola em Fortaleza? Assim como toda pesquisa, esta também possui uma trajetória que a justifica. Ainda

---

[10] BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
[11] SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In. LE GOFF, Op. cit., p.359
[12] SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.23.

no ano de 2006, ao cursar a graduação em história na Universidade Estadual do Ceará, surgiu a oportunidade de ingressar no grupo de pesquisa *História, cultura e natureza* que estava sendo formado naquele período. As leituras e discussões provenientes da participação nesse grupo foram de grande relevância para a formulação do projeto da presente dissertação.

Contudo, o interesse em investigar a temática da manifestação da varíola em Fortaleza surgiu a partir da pesquisa monográfica, desenvolvida entre os anos de 2005 a 2008, intitulada "*Limpar a Cidade": a (In)Salubridade e a formação dos Subúrbios em Fortaleza durante a Seca de 1877-79*, a qual analisava as transformações urbanas realizadas na ocasião em que ocorreu a maior epidemia dessa moléstia na cidade. As questões suscitadas naquele trabalho acabaram por influenciar a escolha de pensar como foram travadas as relações entre os fortalezenses e a doença enquanto uma endemia, que embora não apresentasse o impacto de um elevado número de casos, todavia mostrava-se constantemente presente na cidade.

Além desta pesquisa, a participação no projeto coletivo, *Entre a saúde e a doença: epidemias, endemias e serviços de saúde em Fortaleza (1838-1950)*, aprovado e financiado pelo edital de ciências humanas do CNPq em 2008, sob a coordenação do Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa, foi decisiva para a elaboração do presente estudo. Através do suporte dado ao trabalho por meio da obtenção de equipamentos, bibliografias, e incentivo à publicação, garantidos pelos recursos adquiridos com a aprovação desse projeto, foi possível contribuir para a efetivação da pesquisa coletiva como também desenvolver as atividades necessárias à realização desta dissertação.

A eleição da doença como substrato historiográfico tem se revelado um ângulo particularmente favorável à apreensão das diversas conjunturas através das quais os homens têm se relacionado com a manifestação das moléstias. A ampliação da noção de documento proposta no início do século XX pela nova historiografia conhecida desde então como a escola dos *Annales*, que promoveu "uma incrível abertura de horizontes temáticos e de novas reflexões"[13], contribuiu de

[13] BARBOSA, Francisco Carlos J. A história e as doenças: anotações sobre a doença como objeto da história. In.: FREITAS; BARBOSA; DAMASCENO (orgs.). **Pesquisa histórica**: fontes e trajetórias.

forma decisiva para a realização desta empreitada. A partir do momento em que todo e qualquer registro passa a ser considerado indício de uma dada existência, localizada no tempo e no espaço, passível, portanto, da análise histórica, torna-se possível, então, se pensar em uma história das doenças, por exemplo.

Contudo, antes mesmo dos historiadores dedicarem-se cuidadosamente à temática da saúde e das doenças, muitos médicos e intelectuais ligados à saúde publicaram, no decorrer do século XX, obras valiosas sobre o assunto. Dentre eles, podemos mencionar o norte-americano George Rosen, doutor em medicina e em filosofia, e mestre em saúde pública, cujo respeitável estudo *A History of Public Health* (Uma História da Saúde Pública), publicado em 1958, constitui-se uma referência para a historiografia pela importante contribuição que traz à compreensão do desenvolvimento da medicina e da saúde pública a partir da relação estabelecida entre os problemas de saúde e os modos de enfrentá-los em cada sociedade e em cada época.

Herdeiro da tradição historiográfica inaugurada pelos *Annales*, o historiador francês Jacques Le Goff publicou nos anos oitenta, uma coletânea de estudos históricos escritos por historiadores e médicos intitulada *Les Maladies ont une Histoire* (As doenças têm História), divulgando assim a variedade de temáticas e abordagens possíveis em torno de uma historiografia das doenças e das práticas médicas. Na apresentação da obra, o autor comenta que “a doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades”[14]. Neste sentido, o estudo das doenças se apresenta como um campo fértil à análise das sociedades e da cultura, entendida como um conjunto de valores, idéias e sistemas simbólicos.

Ainda que recente, tem sido visível o avanço da historiografia da saúde e das doenças no Brasil. Um claro indício desse processo foi a publicação, em 2004, do livro *Uma história brasileira das doenças*, organizado pelas historiadoras Dilene Raimundo Nascimento e Diana Maul de Carvalho. Coletânea que reúne uma série de estudos feitos por historiadores de diversas regiões do Brasil, inclusive do

---

Fortaleza: EdUECE/ABEU, 2008. p.199.
[14] LE GOFF, Op. cit., p.8.

Ceará[15], sobre as doenças, epidemias e endemias, os doentes, as práticas de cura, as campanhas sanitárias, etc.. Uma obra plural, que apresenta diversas perspectivas e métodos de análise, bem como aponta a existência de um variado conjunto de fontes passíveis de serem exploradas para a continuidade da produção historiográfica sobre as doenças no Brasil.

Deste modo, a doença se mostra uma temática bastante favorável e rica para o estudo histórico. Posto que, ela se configura como a base sobre a qual se estruturam as relações entre, de um lado, as necessidades socialmente postas e, de outro lado, os instrumentos para sua satisfação. Permite, dessa forma, distinguir os determinantes e os valores que explicam as diferentes conformações das práticas de saúde ao longo da história.

No caso específico da relação com a varíola em Fortaleza no final do século XIX, as perguntas formuladas e as respostas dadas por médicos e administradores urbanos são o alvo da investigação proposta. Tais questões se fizeram presente em um variado conjunto de fontes composto por jornais, relatórios, ofícios e obras de época, os quais têm sido analisados considerando-se o contexto em que foram produzidos, a forma como eram estruturados, as concepções em que se baseavam, os interesses em jogo quando foram publicados, a finalidade de sua produção, etc.. Visamos o agrupamento destes relatos, possibilitando assim a realização de comparações, o estabelecimento de contrastes e a percepção de possíveis articulações entre essas fontes.

Os jornais selecionados para esta pesquisa constituem uma importante consulta por sua densidade de informações e por estarem ligados intensamente a temas do cotidiano da cidade, variando os seus discursos de acordo com os posicionamentos adquiridos no momento. Além do mais, estas publicações nos permitem observar os deslocamentos das idéias, sua circulação, aproximações e distanciamentos entre os pontos de vista dos grupos sociais, relatos que se

[15] No volume inaugural dessa obra, encontramos o artigo do historiador cearense: BARBOSA, Francisco Carlos J.. As doenças viram notícia: Imprensa e epidemias no final do século XIX. In: NASCIMENTO; CARVALHO (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. Já o segundo volume traz o artigo da historiadora: SILVA, Gláubia Cristiane A.. O beijo mortífero do gambiae. A epidemia de malária no Baixo Jaguaribe – CE. In: NASCIMENTO; CARVALHO; MARQUES (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. 2. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

desencadeiam numa teia mais ampla chegando às ruas e bancos das praças da cidade. Enfim, trata-se de uma fonte rica por sua pluralidade. Ela se torna útil à pesquisa por fazer parte da construção dos discursos sobre como a presença da varíola foi percebida e problematizada pelos sujeitos que vivenciaram sua manifestação na cidade. Nesse sentido, interessa-nos nesta documentação a forma como eram veiculadas as notícias sobre registros da doença, os debates acerca de suas causas, a publicação de indicações sobre medidas de combate e tratamento da varíola, os avisos sobre vacinação, etc.

Quanto aos relatórios oficiais dos inspetores de higiene emitidos aos governadores do Estado, trata-se de um importante material, mas é preciso saber interrogá-los e interpretar seus dados à luz dos objetivos em jogo. Estes documentos são interessantes à pesquisa, porque fazem parte do processo de constituição das medidas referentes à organização dos serviços de saúde, que visavam a manutenção da salubridade pública, tais como as tentativas de organização dos serviços de vacinação, a produção de dados relativos ao movimento do lazareto, do serviço de isolamento e tratamento dos variolosos. Além da avaliação das condições sanitárias da cidade, e das reclamações concernentes à precariedade dos serviços de higiene, fazem parte ainda destes discursos, recomendações e propostas para o melhoramento destes serviços.

Os relatórios produzidos pelos presidentes do Ceará se constituem um conjunto de fontes de grande relevância, porque estas comunicações, emitidas anualmente, apresentam uma síntese das atividades desenvolvidas pelo governo do Estado. São mensagens elaboradas para serem apresentadas à Assembléia Legislativa ou para serem repassadas aos posteriores chefes de governo. Seu objetivo era tratar dos assuntos pertinentes à administração pública do Estado, especialmente de sua capital, abordando desde aspectos políticos até problemas referentes à economia, segurança e saúde pública. Estes relatórios tornam-se interessantes enquanto uma produção discursiva que justifica intervenções, compartilha posturas políticas, silencia determinados aspectos, e ressalta outros. Além desta documentação, buscamos analisar também as correspondências oficiais compostas em sua maioria por ofícios trocados entre presidentes e secretários. Entendemos que o exame destas fontes pode nos ajudar a compreender como se davam as ações empreendidas pelos poderes públicos com relação à ocorrência da

doença na cidade e a organização dos serviços de saúde.

Utilizamos também como fonte a obra produzida por Rodolfo Teófilo, farmacêutico que vivenciou a presença da varíola em Fortaleza, e publicada em 1904, sob o título *Varíola e vacinação no Ceará*, lançado primeiramente na imprensa da cidade em forma de folhetins, posteriormente reunidos em um livro, distribuído gratuitamente, como meio de divulgar sua atuação durante a campanha vacinatória que empreendeu na cidade entre os anos de 1901 a 1904[16]. Este precioso relato torna-se interessante na medida em que, analisado considerando-se seu lugar de produção e seus objetivos, nos permite compreender as tramas em meio às quais se desenvolvia tanto a manifestação da doença na cidade, quanto as intervenções no sentido de impedir o seu desenvolvimento.

Fizemos uso ainda dos estudos publicados pelo industrial Thomaz Pompeu, filho do Senador Pompeu, na então recém fundada revista da Academia Cearense. Seu primeiro trabalho, denominado *Importância da vida humana como fator da riqueza. O desenvolvimento da população da Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta,* divulgado em 1896, no número inaugural daquele importante veículo intelectual fortalezense, situava-se dentro da proposta da Academia de, segundo seus estatutos, promover o exame das questões científicas da atualidade por meio de pareceres, memórias e livros[17]. Nesta obra pudemos analisar os fatores apontados por ele como causas para o aumento da mortalidade na cidade, como o crescimento urbano, a insalubridade da população e a ineficiência do governo em sanar os problemas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Tais indicações nos pareceram úteis ao entendimento de como eram representadas as questões ligadas à higiene pública durante o período em que a varíola se fez presente na capital e qual a relação entre as evidências apontadas por ele e a permanência da doença no espaço urbano.

Outro estudo produzido por Thomaz Pompeu e divulgado também pela revista da Academia Cearense, em 1897, intitulava-se *Os efeitos benéficos das medidas hygiênicas e especialmente dos esgotos*. Tal publicação orientava-se de acordo com o objetivo da revista de "acompanhar o movimento intelectual dos povos

[16] VALE NETO, Isac Ferreira do. **Batalhas da Memória**: A escrita militante de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: Mestrado em História Social – UFC, 2006.
[17] REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Typ. Studart, anno I, fascículo I, 1896.

cultos por meio de exposições escritas das principais theorias, problemas ou questões tratadas em revistas especiais ou obras nacionais e estrangeiras"[18]. Nesse sentido, o artigo escrito por Pompeu procurava ressaltar os perigos de uma epidemia, alertando sobre a falta de estrutura dos serviços públicos de saúde então existentes na cidade, e ainda salientando com base em estudos e publicações estrangeiras, especialmente inglesas e francesas, os progressos e a consolidação da higiene como meio mais seguro de se prevenir contra o ataque das epidemias e a permanência das doenças. Portanto, os problemas apresentados e as soluções propostas mostram-se de grande relevância para nossa compreensão acerca das representações que estavam em jogo diante da manifestação da varíola na capital cearense.

Visando o aprofundamento das questões que orientam o desenvolvimento deste trabalho, examinamos o conjunto documental e agrupamos as fontes de acordo com questões correspondentes à análise proposta para cada um dos três capítulos em que dividimos esta dissertação. A pergunta que orienta o primeiro capítulo, intitulado – *"Falle a sciencia": Diferentes concepções sobre a varíola* –, é: como a doença era concebida à luz dos conhecimentos médicos disponíveis durante o período estudado? Investigamos, então, dentre as diversas representações construídas sobre a varíola, aquelas referentes às suas formas de propagação, de prevenção e de tratamento. Trabalhamos neste capítulo com as fontes jornalísticas, pois era por meio da imprensa que se apresentava uma imensa pluralidade de discursos em torno da manifestação da doença na cidade. A partir da reunião desses relatos foi possível analisarmos as várias concepções acionadas para dar conta das explicações sobre a presença da doença na cidade, como também os pontos de vista divergentes sobre o assunto, os quais justificavam posturas e atitudes diferenciadas em relação ao fenômeno.

Basicamente, eram dois os principais paradigmas médicos, vigentes no século XIX, sobre as causas e os modos de propagação de doenças epidêmicas, o do contágio, que concebia a difusão das moléstias, sobretudo pelo contato físico direto entre os pacientes, e o da infecção, concepção mais fluida e abrangente, explicava o surgimento das doenças devido à ação exercida na atmosfera por

[18] Idem. Estatutos, p.1.

miasmas mórbidos, os quais poderiam advir da terra, da água, da ação do clima, de matérias orgânicas em decomposição, ou ainda pela alteração que um indivíduo doente poderia provocar no ar que o circundava, corrompendo-o. Embora a varíola fosse exemplo muito citado entre as moléstias contagiosas, diante de sua manifestação na cidade, e na tentativa de fornecer explicações sobre seu surgimento, e indicar meios de evitar sua propagação, formulava-se concepções diversas que recorriam não apenas a um ou outro dos paradigmas acima citados, como também os mesclavam.

Na tentativa de tornar viável a compreensão das concepções passíveis de serem apropriadas pelos sujeitos históricos em estudo, optamos por trabalhar com os conceitos operatórios disponíveis à época. Nesse sentido, aprofundamos a análise dos termos presentes nas fontes a partir do diálogo entre elas e um dos manuais médicos mais conhecidos no século XIX, o dicionário de medicina popular do Dr. Chernoviz, o qual teve cerca de seis edições publicadas entre 1842 e 1890, chegando a vender mais de três mil exemplares no Brasil. Esse manual foi lido e utilizado por pessoas de diferentes categorias sociais e profissionais, sendo difundido também em Fortaleza[19].

Elaborados de modo a facilitar a leitura, estes manuais de medicina popular continham não só a descrição das moléstias, mas também os conselhos e medicamentos que deveriam ser empregados em cada uma delas[20]. Portanto, os conceitos trazidos neste manual lançam luz sobre o nível dos conhecimentos médicos disponíveis até aquele momento, ajudando-nos a perceber a formulação de determinadas concepções enquanto fruto de uma racionalidade própria de uma época. Pois, para se entender as representações formuladas sobre o tipo de manifestação que a doença assumia na cidade, se epidêmica ou endêmica, assunto discutido no segundo capítulo, ou ainda para se compreender as ações empreendidas para seu combate, tema do terceiro capítulo, era preciso que

[19] Segundo informação contida na contracapa do manual: "todas as obras do Dr. Chernoviz acham-se à venda no Rio de Janeiro, Bania, Pernambuco, Pará, Maranhão, Ceará, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em casa dos principaes livreiros; e em Pariz, em casa dos editores". *Cf.*: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionário de medicina popular** e das sciencias accessórias para uso das famílias... . 6º. ed. Paris, A. Roger & F.Chernoviz, 1890. p.3.

[20] GUIMARÃES, Maria Regina C. **Civilizando as artes de curar**: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

primeiramente tivéssemos noção de quais conhecimentos estavam disponíveis à utilização naquele período, ou seja, a partir de que idéias, ou com que ferramentas, tais representações e ações foram pensadas.

No segundo capítulo, denominado – *"Quem tem razão?": A manifestação da varíola entre epidemia e endemia* –, a questão que orienta nosso trabalho é a seguinte: como foram construídas as explicações sobre o tipo de manifestação que a doença assumia na cidade? Trabalhamos então as diferentes percepções em torno da ocorrência da varíola na capital. Procuramos entender o contexto em meio ao qual os sujeitos históricos elaboraram suas representações sobre o fenômeno, procurando perceber o posicionamento adotado por eles a partir dos interesses em jogo no momento, bem como compreender em que se baseavam tais classificações e o que elas implicavam. Para tanto, utilizamos neste capítulo os jornais, em que se desenrolaram várias discussões sobre o assunto, demonstrando assim a divergência em relação aos pontos de vista adotados, como também os relatórios oficiais e ainda os relatos produzidos por Rodolfo Teófilo e Thomaz Pompeu, que vivenciaram o período. Através da análise destas fontes, podemos compreender o que fundamentava cada um dos discursos apresentados, lançando luz assim sobre as diferentes percepções e representações do fenômeno estudado.

Nesse sentido, trabalhamos neste capítulo com os conceitos de epidemia e de endemia, procurando entender como eles eram apropriados pelos discursos da época. Através da análise dos elementos contidos no significado que o termo epidemia assumia, tentamos avaliar o que justificava a sua utilização associada geralmente à cobrança de providências enérgicas do governo, sugerindo um clima de medo e alarde diante da manifestação da doença na cidade, na tentativa de mobilizar opiniões sobre o assunto e convencer as pessoas do perigo representado pelo fenômeno. Já o emprego do termo endemia geralmente adotado pelos representantes do governo, parece associado a um tipo de ocorrência da doença em que o número de vítimas não era tão expressivo e, portanto, não tão alarmante quanto em uma epidemia, assim o uso desse conceito encontrava sua justificativa em um posicionamento mais conformado, e acusado à época de indiferente diante da manifestação da doença. Contudo, esse termo foi também utilizado no relato escrito pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo, o qual justificava essa classificação do fenômeno devido a sua constante ocorrência em determinadas áreas da cidade,

denominadas subúrbios, e, sobretudo, entre os pobres urbanos ali residentes. Percebe-se, então, que endemia, para ele, parecia significar o estabelecimento de um elo entre a doença, o lugar e seus habitantes.

É, portanto, com base em representações como estas que se organizaram as ações de intervenção ante a manifestação da doença na cidade. Nesse sentido, no terceiro capítulo, intitulado – *"A varíola entre nós": isolamento e vacinação como práticas médicas de combate à doença* –, nos perguntamos como eram formuladas as medidas de controle à disseminação da varíola? Tratamos então das iniciativas pensadas e postas em prática na tentativa de impedir o desenvolvimento da moléstia na capital. Para isso, analisamos especialmente os relatórios e ofícios produzidos pela inspetoria de higiene pública, os quais visavam expor as atividades realizadas por essa repartição, mas que demonstram ainda a incipiente organização deste departamento, e as dificuldades enfrentadas para a efetivação dos serviços de combate à doença. A estes discursos, juntamos o relato produzido por Rodolfo Teófilo sobre a campanha de vacinação que empreendeu na cidade, no qual ele estabelece uma série de críticas ao funcionamento da inspetoria de higiene, possibilitando assim travamos um diálogo entre estas fontes.

Durante toda a década de 1890, aparece constantemente na documentação oficial uma série de reclamações quanto à precariedade dos serviços da repartição de Higiene Pública no Ceará e especificamente em Fortaleza. Com relação às iniciativas tomadas contra a ocorrência da varíola na cidade, muitas eram ainda as carências apresentadas por essa repartição, no sentido de realizar um serviço eficiente de combate à doença, embora o sistema tradicional de vacinação realizado em alguns dias da semana e em locais específicos, geralmente na região central da cidade, e também o serviço de recolhimento de variolosos no lazareto da Lagoa Funda tivessem se mantido ao longo desse período.

Dentre as carências, eram citadas a falta de pessoal para promover a vacinação domiciliária e os serviços de desinfecções; a falta de verbas para a criação de um instituto vacinogênico para a produção da vacina animal, possibilitando assim uma maior eficiência quanto aos resultados da vacinação, tendo em vista as constantes queixas sobre a má qualidade da vacina proveniente do Rio de Janeiro e da Europa, que geralmente *degenerava* antes de chegar à cidade; e

ainda as reclamações quanto a falta de equipamentos necessários à realização das desinfecções. Todos estes protestos foram reiteradas vezes apresentados pelos inspetores de higiene e pelos presidentes do Estado à Assembléia Legislativa do Ceará durante este período, cobrando, assim, uma estruturação básica da repartição de higiene, sem, contudo, obterem aprovação do legislativo nem, portanto, a efetivação destas ações.

A falta de estrutura desta repartição para realizar os serviços básicos reclamados para a manutenção da higiene pública, dentre eles os ligados ao combate à presença da varíola na cidade, tais como a vacinação, o isolamento e as desinfecções, revela o despreparo do Estado para lidar com a questão. Desta forma, ao lado das reclamações e exigências relacionadas ao melhoramento dos serviços de higiene, encontramos relatos sobre as freqüentes aparições desta moléstia na capital nas mensagens dos presidentes do Estado nos anos de 1891, 1893, 1894, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900 e 1901, até quando, por iniciativa particular, é realizada uma campanha de vacinação domiciliária empreendida pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo, dando cabo, assim, da manifestação da varíola em Fortaleza. Todavia, durante os dez anos compreendidos entre 1891 e 1901, a varíola se apresentou na capital como elemento presente na vida urbana e por isso gerador de discursos e ações referentes a diversas demandas surgidas e relacionadas à convivência cotidiana com esta doença na cidade.

Portanto, para além de atingir apenas o corpo, a doença ultrapassa as fronteiras biológicas, afetando a sociedade, instalando-se na cultura. Enquanto elemento perturbador seja porque desconhecido, incômodo, ou atemorizante, ela mobiliza concepções, ativa percepções, exige ações. Os modos de enfrentamento das doenças em cada sociedade e em cada época decorrem de condições políticas, econômicas e sociais, assim como dos conhecimentos médicos disponíveis e das concepções de saúde e doença nela prevalentes. Assim, analisar as representações construídas para dar conta da manifestação da varíola em Fortaleza durante a última década do século XIX significa estar atento aos modos através dos quais se entendia a doença nesta época; como estas concepções informavam determinadas explicações sobre o tipo de manifestação deste fenômeno na cidade; e ainda como orientavam as intervenções no sentido de controlar e combater tal moléstia.

CAPÍTULO 1
"FALLE A SCIENCIA": DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A VARÍOLA

Março de 1891: a partir deste mês começa a se desenrolar na imprensa de Fortaleza, capital do Ceará, diversas publicações acerca da manifestação da varíola na cidade. Falas que tomam a forma de notícias, artigos, avisos, conselhos, sugestões, cartas, publicações solicitadas e até mesmo de editoriais; e que se revestem de tons alarmantes, exaltados, científicos, administrativos, moderados e silenciosos. Tais publicações versam sobre variados temas, entre os quais se incluem as concepções sobre as causas e os modos de propagação da doença, suas medidas de prevenção e formas de tratamento, que revelam em seu bojo o conjunto de representações que se tinha à época sobre a doença e o corpo. A varíola se apresenta então na cidade como um fenômeno alarmante, perturbador, incômodo, vexatório, e por isso provocador de discursos como estes, os quais nos servirão de base à análise proposta para este capítulo.

Tendo em vista o estudo de nosso objeto, que consiste nas representações médicas construídas sobre a manifestação da varíola em Fortaleza entre os anos de 1891 a 1901, agrupamos nosso conjunto documental reunindo inicialmente os discursos referentes às concepções em torno da doença. Deste modo, a questão que procuramos responder neste primeiro momento é a seguinte: como a doença era concebida à luz dos conhecimentos médicos disponíveis à época?

A varíola, descrita hoje como uma infecção viral que tem como agente causal um ortopoxvirus, já foi erradicada do mundo, mas ocupa lugar de destaque na história da saúde pública mundial, tanto por sua expressão epidemiológica como pela dimensão social que alcançou[21]. Ela foi ao longo dos séculos reconhecida por sua extrema contagiosidade e alta letalidade. Sugere-se que tenha surgido na Índia ou no Egito há mais de três mil anos. No Brasil, registros da doença apareceram em 1562, na Bahia, quando a então chamada *peste das bexigas* matou cerca de três

[21] FERNANDES, Tânia Maria. Varíola: doença e erradicação. In.: NASCIMENTO; CARVALHO, 2004, *Op.cit.*.

quartos dos índios aldeados[22]. Daí em diante, ela se espalhou por outras localidades, sendo registrada na região atualmente denominada Ceará a partir de 1642, quando produziu grande devastação entre os índios que habitavam o local[23].

O reconhecido médico Guilherme Studart elaborou um histórico da presença da varíola na região cearense desde os tempos coloniais, em que registra o aparecimento de surtos desta moléstia na cidade de Fortaleza nos anos de 1804, 1814, 1825, 1845, 1857, 1858, 1859, 1878 e 1890[24]. Desta forma, o conhecimento e o contato com a doença já vinham se constituindo ao longo da história do Ceará. Muitos cearenses já haviam tido experiências com ela. Por isso, entendemos ser relevante analisarmos como era entendida a varíola na época, visto que sua ocorrência, intensidade, propagação e até mesmo as épocas em que costumava se manifestar já eram conhecidas pela população de Fortaleza.

1.1 – Teorias sobre a origem e propagação da doença

> As causas das bexigas não são conhecidas; só se sabe que esta moléstia se comunica não só pelo contacto, pela simples aproximação, mas até pela habitação nos mesmos logares.
>
> *Luiz Napoleão Chernoviz, Dicionário de Medicina Popular, 1890.*

Na medida em que as doenças interferem ou são resultantes das condições sociais ou das relações sob as quais os homens vivem, elas se tornam fenômenos também sociais, só sendo completamente compreensíveis em seu contexto biossocial[25]. Sabe-se atualmente que a varíola é uma doença infecto-contagiosa causada pelo arbovírus *Poxvírus variolae*[26]. Contudo, numa época em que as suas causas não eram conhecidas, como se compreendia a doença, sua origem e suas formas de propagação? Muitos eram os fatos sem explicação que se

---

[22] PEREIRA, Sóstenes. **Contágio**: uma Visão Histórica e Biológica das Epidemias. Editora Claranto, 2007.
[23] STUDART, Guilherme (barão de). **Climatologia, epidemias e endemias no Ceará**: memória apresentada ao 4º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro. [1909]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.
[24] Ibidem.
[25] ROSEN, *Op.cit.*.
[26] PEREIRA, *Op.cit.*.

acumulavam em torno de sua manifestação, e grande era também a cobrança para que a ciência médica elucidasse tal fenômeno.

Tal foi a razão de uma publicação divulgada no periódico citadino *O Estado do Ceará*[27], relatando o episódio de um morador da cidade de S. José do Rio Pardo que apareceu com bexigas, "sem que tal epidemia grassasse no lugar, e sem que também o mesmo indivíduo houvesse feito qualquer viagem"[28]. O jornal informava ainda que o acontecimento teria causado certa estranheza, e inquirindo o fato souberam que "aquele homem havia aberto, em vésperas de aparecer doente, uns buracos para mourões de cerca, onde há 27 anos tinha sido sepultado um bexiguento"[29]. Diante deste fato até então sem explicação, o perplexo autor do artigo questiona: "É possível?"[30] e conclui propondo o que ele iria destacar como título do artigo: "Falle a sciencia"[31].

Casos como este, marcados por especulações e observações diretas que requeriam explicações serviram para promover e fundamentar a formulação de diversas teorias acerca da origem e propagação das doenças ao longo dos séculos. Os médicos tinham muitas ocasiões de estudar e observar doenças epidêmicas. Acumulou-se, assim, muito conhecimento, e considerável especulação, sobre a gênese das epidemias[32]. Esforços para explicar esses fenômenos, não apenas dando-lhes respostas, mas também sugerindo providências no sentido de impedi-los ou ao menos de minorar seus efeitos, levaram à formação de uma série de conceitos influentes no pensamento e na prática médica.

Ante a manifestação de alguma doença na cidade, os clínicos logo eram chamados a fazer uso de seu *discurso competente*[33], visando esclarecer a população sobre os motivos para o advento da moléstia, informar acerca de seus

---

[27] Órgão político pertencente à União Republicana – publicação diária. Administradores: Farmacêutico João Sampaio e Dr. Francisco Fernandes Vieira. Circulou em Fortaleza em substituição à Gazeta do Norte. Fundindo-se com o Libertador em 1892, produziu A Republica. *Cf.*: STUDART, Guilherme (barão de). Catálogo de Jornaes de grande e pequeno porte publicados no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** - ANNO XII – 1898. p.180.

[28] *O Estado do Ceará*, 23.10.1891. Anno II, n.351. Falle a sciencia, p.2. (Notícias)

[29] Idem.

[30] Idem.

[31] Idem.

[32] ROSEN, *Op.cit.*.

[33] Trataremos desse conceito no capítulo seguinte, para um estudo detalhado, ver: CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Moderna, 3.ed., 1982.

perigos, dos cuidados necessários, das medidas a serem tomadas, etc.. Baseando-se em observações diretas, é que o Dr. Rocha Moreira[34], escrevendo, em fins de março de 1891, no editorial do jornal *O Estado do Ceará*,– ou seja, enquanto uma fala autorizada porque competente no assunto, capaz assim de representar o periódico diante das questões a serem tratadas –, parece então elaborar seus argumentos acerca da urgente necessidade de uma maior atenção à saúde pública naquele momento, devido a manifestação de uma epidemia de varíola em Fortaleza. Sobre tal assunto, afirma ele:

> Justificamos os nossos acertos d'uma parte com a historia e observação das epedemias que em outras epochas tem devastado esta infeliz terra e com a estação calmosa que atravessamos, propicia ao desenvolvimento de varias molestias, de outra com o abandono completo em que actualmente jaz o serviço de vaccinação, que n'esta quadra devia ser a arma mais valente que poderia exgrimir o Dr. Inspector de Hygiene na defesa dos sagrados interesses da saude publica.[35]

Segundo o distinto médico, seus argumentos encontravam justificativa através da observação feita sobre a marcha das epidemias anteriores de varíola que já haviam ocorrido na região, cujas histórias, sobretudo as da grande epidemia que assolara o Ceará no ano de 1878[36], ainda se faziam bem presentes na memória dos cearenses, vítimas já comuns de eventos trágicos como este. Conhecimentos deste tipo, baseados na experiência histórica, se apresentam dispersos pelo corpo social não sendo apenas privilégio do saber médico, antes encontram eco em outras falas, pertencentes a outros personagens, como a seguinte que traz à tona, em meio a uma discussão sobre o posicionamento e intervenção política de dois periódicos rivais na cidade, a mesma relação ou associação sugerida entre períodos de seca, historicamente freqüentes no Estado, e a manifestação da varíola, também periodicamente registrada:

> A principio a secca era o terror de todo o cearense; falassem em tudo, menos na falta de chuva; afinal Deus apiedou-se deste pobre povo e

---

[34] João da Rocha Moreira, nascido em Fortaleza em 1845, doutorou-se em medicina pela Universidade da Bahia em 1869. Exerceu no Ceará durante muitos anos o cargo de médico da Santa Casa de Misericórdia, em 1876 foi nomeado inspetor da saúde pública, foi comissário vacinador em 1877, em 1881 médico da cadeia pública, em 1886 inspetor de higiene e em 1893 inspetor da saúde do porto. *Cf.*: STUDART, Guilherme (Barão de). **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense**. Fortaleza:Typo-Lithographia a vapor. Volume primeiro, 1910. p.443-444.

[35] *O Estado do Ceará*, 30.03.1891. Anno I, n.186. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

[36] Algumas obras de época que tratam deste assunto são: TEÓFILO, Rodolfo. **Secas do Ceará** (segunda metade do século XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1901.; TEÓFILO, Rodolfo. **História da Secca do Ceará (1878-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.; TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*.; STUDART, 1997, *Op.cit.*.

> mandou-nos alguma chuva. Depois, como é forçoso que os cearenses soffram, declarou-se a variola e despachou, sem dizer agua vai, uns tantos mortaes desta para melhor. Agora, para cumulo da desgraça, ahi está o <<Libertador>>, uma calamidade peior, muito mais perigosa que a secca e a variola. Com effeito!![37]

Ao fazer menção a calamidades como a seca e a varíola conjuntamente, o autor sugere uma proximidade ou associação entre estes dois fenômenos tradicionalmente evocada ao longo da história do Ceará. No entanto, referindo-se especificamente ao ano de 1891, ele pontua uma significativa diferença na relação entre seca e varíola, pois embora a associação seja feita, fica claro também que a varíola naquele ano se manifestou mesmo após não ser mais confirmado o período de seca que se temia. Ou seja, ainda que historicamente estas calamidades estivessem associadas, no período em questão, independente da seca ou à revelia dela, a varíola passa a se desenvolver na cidade.

A associação entre a manifestação da varíola e os períodos de estiagem também é sugerida no editorial citado anteriormente, em que o Dr. Rocha Moreira relaciona as épocas em que ocorriam epidemias, como as de varíola, com a *estação calmosa*, que pode ser entendida como estação seca, a qual, segundo ele, era propícia ao desenvolvimento de várias moléstias. Este tipo de relação indica que para além da observação apenas, estes argumentos parecem também ter como base uma concepção teórica sobre o surgimento das doenças que as relaciona a determinadas estações climáticas ou atmosféricas.

Até os últimos anos do século XIX, o pensamento médico baseava-se fortemente nos ensinamentos de Hipócrates e Galeno, “dois célebres médicos da Antiguidade que exerceram influência determinante, durante cerca de três séculos, na formação universitária do corpo médico europeu, notadamente francês”[38]. Este, por sua vez, contribuiu para a elaboração das práticas médicas em Fortaleza, muito devido à bibliografia médica disponível, quase toda baseada em títulos estrangeiros, como os tratados de higiene pública, que ainda hoje se encontram na Academia Cearense de Medicina, assinados por doutores como Rochard, Becquerel, Lombard e, Chernoviz, referências freqüentes para os médicos locais[39].

---

[37] *O Estado do Ceará*, 05.05.1891. Anno I, n.217. FAR NIENTE, p.2.
[38] LEBIGRE, Arlette. Sangrar e purgar! In: LE GOFF, *Op.cit.*, p.298.
[39] COSTA, Maria Clélia L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, vol.11, n.1. Rio de Janeiro, jan./abr. 2004.

Uma das concepções sobre a origem das doenças cuja influência perdurou muito longamente, chegando a alcançar e servir de parâmetro para explicações sobre as causas de doenças epidêmicas como a varíola foi a teoria atmosférico-miasmática. Conceito que desempenhou um importante papel na saúde pública do século XIX e que aparece mais claramente no seguinte editorial escrito pelo mesmo Dr. Rocha Moreira no periódico *O Estado do Ceará*, dando subsídios a sua exposição sobre a *epidemia da varíola* em Fortaleza:

> A alta temperatura, que diariamente supportamos na quadra, que vamos atravessando, sob a acção constante de um sol ardentissimo, deve por sem duvida influir mui desvantajosamente nas condições de salubridade d'esta cidade em cujo ambiente devem se accumular miasmas perigosissimos e compromettedores da saude publica. Não é só pela acção direta ou immediata que o calor contribue para piorar as condições hygienicas de uma localidade. O movimento atmospherico, effeito quasi exclusivo do calor, a producção de miasmas e de humidades, a actividade das funcções philiologicas[sic] nos seres organisados, a maior energia de affinidades chimicas na materia inerte, são outros tantos meios pelos quaes o calor influe indirectamente no desenvolvimento de muitas e variadas molestias. As observações meteorologicas em confrontação com a estatistica obtuaria nos demonstrão a influencia letal que tem o alto gráo thermico sobre a explosão das epidimias e seu ulterior desenvolvimento. Já por este facto inherente as nossas condições topographicas nos achamos sob a eminencia de muitas e perigosas entidades morbidas. [...] Desejariamos, como cearense e patriota, ver dissipados todos os receios de secca companheira forçada de outras muitas calamidades, que implicitamente involvem importantissimas questões de hygiene publica.[40]

O doutor relaciona a estação caracterizada por um clima quente e seco com a formação de miasmas, os quais também seriam, segundo esta concepção, causadores de alterações prejudiciais à salubridade urbana, como o surgimento de epidemias. Segundo o conhecido Dr. Chernoviz em seu dicionário de medicina popular[41], bastante difundido pelo Brasil, inclusive em Fortaleza, tendo em vista que seus anúncios eram constantemente publicados nos principais jornais da cidade durante a segunda metade do século XIX, os miasmas faziam parte do sistema geral de emanações presentes na troca contínua entre os elementos constituintes da natureza, sendo que em meio a essas trocas, em certos casos, nasciam essas espécies de venenos voláteis, invisíveis, impalpáveis, e nocivos, que corrompiam o

---

[40] *O Estado do Ceará*, 02.04.1891. Anno I, n.189. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

[41] O *Dicionário de medicina popular* do Chernoviz teve cerca de seis edições publicadas entre 1842 e 1890 e chegou a vender mais de três mil exemplares no Brasil. Tal manual foi lido e utilizado por pessoas de diferentes categorias sociais e profissionais. De fácil formulação e úteis na economia doméstica, esses manuais contribuíram para a instrução acadêmica de inúmeros praticantes leigos da medicina. *Cf.*: GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, ciência e saúde – Manguinhos**, vol.12, n.2, ago. 2005. p.1.

ar e atacavam o corpo humano, e cuja natureza íntima não se conhecia, só se tendo até então como bem determinadas as condições que favoreciam o seu desenvolvimento[42].

A idéia de serem as epidemias causadas por um conjunto de condições climáticas e circunstâncias locais também já estava presente nos escritos hipocráticos. Hipócrates distinguiu as variações meteorológicas e o caráter das estações como os elementos determinantes da ascensão e do declínio das doenças epidêmicas, e das variações em sua incidência sazonal e anual. Este era o conceito de constituição epidêmica – um estado da atmosfera propício a certas doenças capazes de se espalharem enquanto persistisse a constituição particular – que se desenvolveu mais a partir dos séculos XVI e XVII[43].

Segundo tal teoria, os distúrbios aumentavam em gravidade e violência enquanto a constituição epidêmica crescia e levava sua força ao máximo, e se atenuavam à proporção que os elementos da atmosfera cediam lugar a uma nova constituição, que prevaleceria por certo período e a que outras doenças epidêmicas se associariam. Não se tinha certeza, no entanto, quanto à natureza da mudança atmosférica, mas ela era geralmente atribuída a um miasma que se elevava da terra, e ainda chegava-se a pensar em uma origem astral das epidemias[44]. Eram idéias como estas que informavam o pensamento médico do período e davam base para possíveis explicações sobre a ocorrência de fenômenos como a manifestação da varíola em Fortaleza.

No entanto, as explicações sobre a origem dos miasmas indicavam também que estes poderiam se formar a partir da atuação atmosférica sobre algum elemento terrestre, as decomposições, as imundícies, etc.. Deste modo, tal concepção parece sugerir que suas causas deveriam estar ligadas a uma má relação das pessoas com o meio físico, o que se acha de acordo com o pensamento da medicina social em voga no período, baseado na retomada da tradição hipocrática, que dava especial atenção à ação dos fatores físicos sobre o organismo humano. Segundo Michel Foucault[45], a medicina social ou urbana, que se

---

[42] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.421.
[43] ROSEN, *Op.cit.*.
[44] Ibidem.
[45] FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In.: _____. **Microfísica do poder**. Rio de

desenvolveu na Europa a partir do século XVIII, caracterizava-se não por ser uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas como uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência.

Desenvolve-se, a partir de então, uma medicina a acentuar o meio ambiente, as relações entre o homem doente, a natureza e a sociedade, assentada no neo-hipocratismo[46]. Referendada nessa lógica é que compreendemos a publicação da seguinte notícia no jornal *O Combate*[47], produzido pelo partido operário local, acerca das providências a serem tomadas na tentativa de se evitar a propagação da doença na capital:

> Consta-nos que em algumas casas aqui criam-se porcos, e portanto é preciso que sejam inspeccionados geralmente os quintaes, afim de que se attenda mais ao aceio, n'uma epocha calamitosa como a actual. E é preciso que nesse ponto os dignos fiscaes sejam inexoraveis, pois quando se trata do bem publico devem cessar todas as conviniencias particulares e de somenos interesse. Esperamos que a nossa reclamação seja attendida.[48]

A requisição de medidas enérgicas em relação à inspeção da limpeza pública, visando evitar maiores transtornos para a população quanto ao desenvolvimento da varíola no espaço urbano, parece ligada à idéia de que a doença desenvolve-se mais facilmente em um ambiente insalubre, sendo o asseio um meio eficaz de impedir a propagação de uma epidemia. Tal pensamento encontrava justificativa e repercussão dentro de um contexto marcado por um desenvolvimento urbano desordenado. George Rosen aponta para essa questão ao falar do crescimento das cidades a partir da época medieval. Explica ele que, como a maioria dos habitantes urbanos era oriunda do campo e conservava, portanto, os hábitos da vida rural, mantinha-se então, por exemplo, comumente dentro das cidades animais grandes e pequenos e se ajuntavam montes de excrementos onde

---

Janeiro: Graal, 1979.

[46] FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

[47] Órgão do partido operário de Fortaleza. Redatores Aderson Ferro e Capitão Antonio Duarte Bezerra. Publicado três vezes por semana. O 1º número saiu em 5 de abril de 1891. *Cf.*: CEARÁ, Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. **Jornais Cearenses em Microformas, Catálogo geral**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. p.38.

[48] *O Combate*, 15.10.1891. Anno I, n.114. VARIOLA, p.2. (Notícia)

houvesse espaço. E ainda, como a maioria das ruas não possuía calçamento, elas recebiam assim toda sorte de refugos e imundícies[49].

Em Fortaleza essa realidade também se fazia presente, basta analisarmos os constantes Códigos de Posturas formulados ao longo do século XIX para termos uma noção de como os habitantes da cidade conviviam com a sujeira e a insalubridade. Através destas fontes, vemos também o esforço das autoridades públicas que tentavam de muitas maneiras normatizar os hábitos do povo, tornando-os civilizados, urbanizados, e sobretudo higiênicos[50]. O Dr. Rocha Moreira se mostrava preocupado com esta questão ao alertar em seu artigo, após mencionar várias reclamações dirigidas ao inspetor de higiene acerca da ineficiência das medidas de saneamento na capital, que "dificilmente em uma cidade saniada penetrão as epidemias e quando por ventura se manifestam a benignidade de sua ação torna-as suportáveis"[51]. Todavia, a insalubridade urbana aliada à precariedade dos serviços de higiene pública no período tornava a instituição de medidas higiênicas na cidade uma tarefa nada fácil e nem sempre implementada de forma satisfatória.

O médico menciona ainda em seu artigo apenas o isolamento como medida higiênica providenciada pelo inspetor, e mesmo assim feita de modo ineficiente. Posto que, diz ele, "não é aconselhando o isolamento dos variolosos deixando em santa paz a metade dos pestilenciados, como S.S. mesmo reconhece, que atingirá o fim a que se propõe"[52]. Ele sugere então outras intervenções que deveriam ser feitas para além do isolamento dos doentes, as quais incluíam tanto a propagação da vacina quanto as medidas de saneamento, sendo estas sim eficientes senão para impedir, ao menos para atenuar os efeitos da epidemia.

Nota-se, portanto, uma percepção sobre a origem das doenças relacionada a um conjunto heterogêneo de fatores que vão desde o contato ou proximidade com doentes, a predisposição de indivíduos à enfermidade, e até mesmo a existência de condições insalubres na cidade que também poderia influir

---

[49] ROSEN, *Op.cit.*.
[50] CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial**: rural e urbana. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.
[51] *O Estado do Ceará*, 28.03.1891. Anno I, n.185. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo)
[52] Idem.

no desenvolvimento da epidemia. A discrepância entre a providência adotada pelo inspetor de higiene e aquelas reivindicadas pelo Dr. Moreira, para além de uma indiferença ou falta de vontade política por parte do inspetor, de que o mesmo é acusado, pode representar ainda uma divergência de concepções acerca das razões para o surgimento da varíola na capital.

As bases epistemológicas do pensamento médico até o século XIX como já sabemos encontravam-se no neo-hipocratismo, o qual havia dado origem a duas posições que durante este período se alternavam na explicação das causas e formas de transmissão das doenças. Estas eram as teorias contagionista e infeccionista. Ambas haviam surgido de uma fusão entre conceitos e observações empíricas, e sua história, ao longo dos séculos, tinha sido a de uma série de preponderância entre uma ou outra concepção. Como se poderia esperar, no decorrer do tempo, tais pontos de vista se amalgamaram, em algum grau, para produzir uma posição intermediária. Em conseqüência, na maior parte do oitocentos podem-se distinguir três posições[53].

Primeiro, a teoria dos miasmas: segundo ela, os surtos epidêmicos de doenças infecciosas seriam causados pelo estado da atmosfera. Sustentava-se esta suposição, em geral, numa versão, segundo a qual condições sanitárias criavam um estado atmosférico, que vinha a causar doenças. Defendia-se então o conceito de infecção como base explicativa para o processo de adoecimento, ou seja, uma doença era adquirida no local de emanação dos miasmas, sendo impossível a transmissão por contágio direto. Tal posicionamento desempenhou papel decisivo nas propostas de intervenção sobre ambientes insalubres - águas estagnadas, habitações populares, concentração de lixo e esgotos - e nas propostas de reforma urbana e sanitária, em diversas cidades, durante o século XIX. Ainda que seus pressupostos científicos tenham sido avaliados como equivocados após o advento da bacteriologia, os efeitos positivos da abordagem ambientalista para a melhoria das condições de saúde das populações foram inegáveis[54].

Segundo a concepção contagionista, os contágios específicos seriam as únicas causas de infecções e de doenças epidêmicas. Uma doença poderia então

[53] ROSEN, *Op.cit.*.
[54] FINKELMAN, *Op.cit.*.

ser transmitida do indivíduo doente ao indivíduo são pelo contato físico ou, indiretamente, por objetos contaminados pelo doente ou pela respiração do ar circundante. Com base nesta teoria, uma doença causada por determinadas condições ambientais continuaria a se propagar, independentemente dos miasmas que lhe deram origem. As práticas de isolamento dos doentes, a desinfecção de objetos e a instituição de quarentenas consistem em resultados importantes desta forma de explicar a transmissão das doenças[55].

Contudo, havia ainda uma terceira posição, que era a dos empenhados em conciliar, ou ajustar, as teorias miasmática e contagionista. Embora admitindo que as doenças infecciosas fossem devidas aos agentes contagiantes, específicos ou inespecíficos, os proponentes desta visão afirmavam que estes últimos só poderiam agir em conjunção com outros elementos – como o estado da atmosfera, as condições do solo ou fatores sociais. Esta parecia ser a posição mais aceita. "Capaz de abrigar uma variedade de elementos, alguns dos quais incompatíveis entre si, essa concepção persistiu até as últimas décadas do século XIX"[56].

Portanto, considerando a variedade dos argumentos utilizados pela maioria dos médicos levados a se pronunciar sobre as causas da manifestação da varíola na capital do Ceará, acreditamos então que, no geral, o posicionamento adotado por estes doutores parece se achar ligado a esta última concepção por ser ela mais abrangente e eclética, acolhendo melhor a ampla gama de explicações e sugestões feitas por eles. Estas se referiam não apenas à promoção do isolamento dos doentes e à realização de desinfecções, mas também à efetivação de medidas de saneamento e limpeza urbana, e, sobretudo, à propagação da vacina, considerada o meio mais eficaz no combate a esta epidemia.

No entanto, tal posição não parecia ser unanimidade entre o corpo médico, posto que surgira na imprensa de Fortaleza uma acalorada discussão em torno das concepções sobre a origem das epidemias e implicações destas idéias nas práticas médicas. O Dr. Rocha Moreira, ex-inspetor de higiene, em artigo assinado publicado no periódico oposicionista *O Estado do Ceará,* critica severamente o posicionamento e concepções expressas pelo então inspetor, Dr.

[55] Ibidem.
[56] ROSEN, *Op.cit.*, p.211.

Marinho de Andrade[57], no artigo que este havia publicado na folha oficial do governo à época, o jornal *Libertador*[58], em resposta aos escritos anteriores de autoria do Dr. Moreira, publicados na coluna editorial do periódico *O Estado do Ceará*, nos quais são feitas diversas acusações contra a atual administração da inspetoria de higiene. Comentando as explicações dadas pelo inspetor diante das críticas dirigidas a ele, o Dr. Moreira ressalta o seguinte:

> Abordando agora a parte scientifica do artigo de S.S. discutamos a maior blasphemia, que temos lido no seculo 19 e que talvez tenha irrefletidamente sahido do bico da penna do Sr. Dr. Inspector de Hygiene. É a seguinte. Que [...] o isolamento é a unica medida hygienica, que pode obstar a propagação da variola. Realmente isto não é somente uma grande heresia scientifica, é tambem um cumulo de ignorancia e atraso dos conhecimentos mais rudimentares da hygiene. [...] Onde leo S.S., que o isolamento é a unica medida capaz de evitar a propagação da epidemia da variola? Ainda mesmo que elle se fizesse com o maior rigor possivel, esta medida por si só não seria sufficiente; por quanto as correntes atmosphericas, as communicações, a falta de desinfecção das casas e objectos, que pertencem aos doentes, são outros tantos meios de propagação da molestia.[59]

A partir de tal censura ao posicionamento do Dr. Marinho, o autor deixa clara a distância que separava a sua concepção daquela adotada pelo inspetor, para quem o contágio da varíola só poderia ser evitado através do isolamento, o que denota uma concepção da propagação da doença apenas através do contato direto, idéia considerada ultrapassada na época. Por essa razão, ou seja, por pensar diferente dos demais, o médico da higiene voltou a ser alvo de críticas, dessa vez formuladas pelo Dr. Luna Freire[60], clínico da cidade, o qual denunciava o seguinte:

> O sr. Inspector, em materia de hygiene está mais atrasado que o seu enfermeiro, pois que não admitte a transmissão indirecta da variola. [...] Por

---

[57] João Marinho de Andrade, nascido em 1860 na cidade de Sobral, doutorou-se em 1883 na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de inspetor de higiene do Ceará em 1891, voltando a exercê-lo entre os anos de 1893 a 1896, durante a administração do Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle. Representou o Estado na Câmara dos Deputados Federais, eleito em 1896. *Cf.*: STUDART, 1910, *Op.cit.*, p.498-499.

[58] Órgão da sociedade cearense Libertadora de Fortaleza, aparecido a 1º de janeiro de 1881. Em virtude de acordo estabelecido entre o Centro Republicano e a União Republicana, desapareceu da imprensa a 9 de abril de 1892, aparecendo em seu lugar "A República", órgão do novo partido, o Federalista, em que se fundiram aquelas duas agremiações políticas. *Cf.*: CEARÁ. *Op.cit.*, p.33-34.

[59] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)

[60] Médico, exercia sua clínica em Fortaleza, publicava seus anúncios no periódico "O Combate", na sessão de avisos, em que participava a seus clientes e amigos que atendia na rua Senna Madureira, antiga Conde d'Eu, esquina da travessa do Cajueiro, onde recebia chamados e dava consultas das 12 às 2 horas. In.: *O Combate*, 05.08.1891. Anno I, n.84. AVISOS, p.1.

> honra da classe a que dá-se ao luxo de pertencer, o Sr. Dr. Marinho deve declarar que acredita no contagio indirecto da variola.[61]

Ao longo do século XIX, as explicações com relação à natureza e difusão das epidemias permaneciam obscuras e especulativas, invocavam-se opiniões que relacionavam as causas das doenças tanto a condições climáticas e terrestres, como ao contágio direto, a um defeito na constituição corporal ou predisposição, ao sabor do momento. Concepções contagionistas e infeccionistas se alternavam no favor do público. Contudo, em meados do século XIX a última posição havia conseguido predominância[62]. Assim, a idéia da propagação de doenças contagiosas apenas através do contato direto, conforme parecia pensar o inspetor de higiene, não era bem aceita pela opinião comum, conforme verificamos nas críticas dirigidas a ele.

No entanto, os modos de pensar e agir do Dr. Marinho encontravam sustentação em atitudes muito antigas na relação entre os homens e a doença. Cedo se reconheceu a necessidade de controlar as enfermidades e então se desenvolveu uma forma de ação presente ainda atualmente: o isolamento de pessoas vítimas de doenças contagiosas. Quando indivíduos que sofrem de moléstias transmissíveis podem ameaçar, diretamente, a saúde dos que os circundam, a comunidade sente-se no direito de sujeitá-los a restrições, e até mesmo a sanções. Assim, surgiu a obrigação de notificar algumas doenças comunicáveis, e, em algumas ocasiões, a liberdade do doente podia ser severamente limitada. Essa face do serviço de saúde pública começou a aparecer ainda no início da Idade Média, quando a lepra passou a ser um importante problema sanitário[63].

Assim, a providência quanto ao isolamento dos doentes adotada pelo inspetor de higiene, e justificada por ele como único meio de se impedir o contágio, encontra-se arraigada em tradicionais práticas sanitárias. Mas, embora esta atitude estivesse para ele firmada no peso das experiências passadas, para seus contemporâneos, não passava de uma *blasfêmia* ou uma visão *atrasada* em termos de higiene para o século XIX. Segundo eles, era preciso cercar a doença por todos

---

[61] *O Estado do Ceará*, 20.05.1891. Anno I, n.229. A variola entre nós, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Luna Freire). Grifos do autor.
[62] ROSEN, *Op.cit.*.
[63] Ibidem.

os lados, tentando impedir o seu desenvolvimento quer ele se desse por meio de condições atmosféricas, insalubridade, miasmas, contágio ou predisposição dos organismos não imunizados pela vacina.

Em relação à varíola, uma certeza se tinha, admitia-se e aceitava-se, em geral, ser ela uma doença comunicável. Tal idéia apoiava-se na observação direta, mas não respondia a todas as perguntas quanto à origem das epidemias. Deste modo, se, por um lado, comumente sabia-se que a varíola tinha uma natureza contagiosa, por outro, não se tinha uma idéia precisa acerca de qual seria, e de onde viria, o seu elemento comunicável. Por isso, como não havia certezas quanto a esta questão, muitas eram as especulações e predominava então uma mistura de idéias que procurava abranger as várias concepções existentes sobre as doenças.

As explicações vinham geralmente da tradição hipocrática, passavam por Galeno e chegavam aos médicos medievais. Alguma alteração, alguma corrupção do ar, trazia a doença; matéria orgânica em decomposição, águas estagnadas e pútridas, etc., contaminavam a atmosfera. Acreditava-se que o ar corrompido atacava o corpo. Surtos em massa ocorriam quando uma conjuração maligna dos astros conferia à corrupção da atmosfera uma virulência especial. Na tentativa de explicar por que, no curso de uma epidemia, algumas pessoas se viam atingidas e outras não, muitos salientavam a importância da predisposição; a ênfase no indivíduo caminhava junto com o valor dado à higiene pessoal. Com base nestas concepções é que se desenvolveram as teorias dominantes na saúde pública moderna, até a última parte do século XIX[64].

É neste contexto que os médicos cearenses passam, no final do oitocentos, a entrar em contato com as recentes pesquisas feitas na Europa que iriam ajudar a formular uma das concepções mais modernas à época sobre a origem das doenças, a teoria microbiana. A influência que tais descobertas passam a exercer sobre o pensamento médico do período pode ser percebida a partir da utilização de um termo que volta a fazer parte do vocabulário médico, o germe. É possível notarmos a presença dessa expressão no seguinte trecho do editorial escrito pelo Dr. Rocha Moreira, no qual ele observa que:

[64] Ibidem.

> É um facto dominante e conhecido na historia geral da diffusão das epidemias, que o commercio, as communicações constantes e o ar atmospherico arrastão os germens das molestias, as quaes, transpondo as distancias, e não respeitando edades, sexos ou condições sociaes, installão-se nos organismos, que gosão de maior receptividade.[65]

A idéia de que agentes vivos pudessem originar doenças infecciosas não era novidade no século XIX. Desde a antiguidade, observadores tinham aventado a hipótese de serem estas doenças transmitidas por contágio, e causadas por *sementes*, *animáculos* ou *germes*[66]. Apenas na segunda metade do século XIX, porém, a opinião começou, lentamente, a se voltar com mais decisão nesse sentido.

Em parte tal mudança se deveu a reação contra a teoria dos miasmas. Mas a evidência, acumulada com rapidez, de que microorganismos causavam doenças contagiosas e epidêmicas teve mais importância[67]. Contudo, a teoria segundo a qual as doenças infecciosas se deviam ao crescimento de germes no corpo continuou sem aceitação de muitos clínicos e outros profissionais do mundo científico por muito tempo[68]. Até a década de 1870, as idéias sobre microorganismos e doença estavam confusas porque estava desordenado o conhecimento sobre os micróbios.

Mas, "na proporção em que esses organismos vinham à luz, surgiam questões relativas ao mecanismo de ação microbiana. Como se produz a infecção? Como preveni-la? Como tratar suas conseqüências?"[69]. Assim, na última década do século XIX, alguns desses questionamentos sobre as doenças contagiosas tinham sido respondidos através da demonstração da existência de organismos causais e dos modos de prevenir a infecção.

A teoria microbiana conheceu a partir de então uma repercussão imediata muito devido à designação simples que conferia à causa das doenças. Pois, "embora invisível, o germe ou micróbio podia ser facilmente integrado no imaginário popular mesmo que sua representação fosse diferente da dos cientistas"[70]. O fato é

---

[65] *O Estado do Ceará*, 31.03.1891. Anno I, n.187. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)
[66] CZERESNIA, D. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **Hist. cienc. saude- Manguinhos**, v.4, n.1, mar./jun. 1997.
[67] ROSEN, *Op.cit.*.
[68] Ibidem.
[69] Ibidem, p.231.
[70] FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In.: CORBIN; COURTINE; VIGARELLO. **História do corpo**: 2.Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008. p.36.

que, na verdade, tanto os miasmas, quanto a disposição viciada dos organismos, ou ainda os animáculos inimigos da natureza do corpo, como num primeiro momento foram percebidos os germes antes de ser sua compreensão elucidada pela microbiologia, não estavam ainda ancorados em uma estrutura perceptiva capaz de dar nitidez e objetividade a uma teoria da doença[71]. A partir de tal nível de compreensão é que entendemos situar-se o comentário do Dr. Rocha Moreira, ao tratar novamente das formas segundo as quais a transmissão das doenças poderia ocorrer:

> Attenda o Sr. Dr. Inspector de Hygiene para o que disse o nosso collega Helvecio: –Meus olhos virão variolosos em descamação sem estarem isolados [...].– O que o Sr. Dr. Helvecio Monte vio em um ponto d'esta cidade, existe em muitos outros; sendo outros tantos focos de contagio, que diffundem a epidemia directa e indirectamente pela relações e communicações diarias da vida, pelas correntes atmosphericas, que para longe impellem o germem lethal da fatal molestia. Conseguintemente, convenha comnosco, achamo-nos cercados de muitos focos de infecção, quaes laboratorios chimicos preparando e elaborando miasmas, que hão de entreter o desenvolvimento da epidemia.[72]

Partindo de um relato alusivo a existência de variolosos na cidade que não se achavam isolados, o Dr. Moreira passa a elaborar uma explicação sobre o provável desenvolvimento da varíola na qual reúne, enquanto argumentos válidos e conciliáveis, as idéias de contágio, infecção, miasmas e germes. Ele revela, desta maneira, não somente que a teoria microbiana estava sendo utilizada, mas também a forma como ela estaria sendo recebida e interpretada, ou seja, aliada às outras noções já existentes e ainda predominantes. Vale ressaltar que o mesmo Dr. Moreira anteriormente já havia falado da influência climática ou atmosférica na propagação de doença, e agora se pronunciava sobre a dispersão dos germes na atmosfera provocando epidemias, amalgamando, assim, todas estas concepções dentro de um mesmo pensamento carregado de heterogeneidade.

Apesar da existência de algumas referências à teoria microbiana entre os discursos médicos do período, esta somente viria a tomar corpo e se estabelecer enquanto base para o pensamento médico no Ceará no início do século XX. No período anterior, no entanto, basicamente, eram dois os principais paradigmas médicos vigentes sobre as causas e os modos de propagação das doenças

---

[71] CZERESNIA, *Op.cit.*.

[72] *O Estado do Ceará*, 14.04.1891. Anno I, n.199. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)

epidêmicas: o do contágio, que concebia a difusão das moléstias sobretudo pelo contato físico direto entre os pacientes, e o da infecção, concepção mais fluida e abrangente, que explicava o surgimento das doenças devido a ação exercida na atmosfera por miasmas mórbidos, os quais poderiam advir da terra, da água, da ação do clima, de matérias orgânicas em decomposição, ou ainda pela alteração que um indivíduo doente poderia provocar no ar que o circundava, corrompendo-o.

Embora a varíola neste período fosse exemplo muito citado entre as moléstias contagiosas, diante de sua manifestação na cidade e na tentativa de fornecer razões acerca do seu surgimento, indicando meios de evitar sua propagação, formulavam-se concepções diversas que recorriam não apenas a um ou outro dos paradigmas acima citados, como também os mesclavam. Portanto, como tivemos ocasião de mostrar, no momento em que se fazia necessário dar explicações e reivindicar providências, todo argumento era válido e acolhido contanto que representasse a possibilidade de uma maior adesão ao que se tentava defender ou que se mostrasse capaz de despertar a mobilização do público em prol do assunto. Neste sentido, as misturas de teorias sobre a origem das doenças pareciam ser comuns.

1.2. Formas de prevenção e tratamento da varíola

As práticas médicas de saúde predominantes no século XIX se preocupavam, em essência, com o controle das doenças contagiosas por meio do saneamento ambiental. De acordo com a teoria miasmática, a prevenção era a conseqüência da remoção dos refugos e águas dos esgotos; acreditava-se que ao minorar os transtornos sanitários, se impediria surtos de doenças contagiosas[73], como a varíola. Tais medidas apresentavam-se também como soluções para os problemas higiênicos de Fortaleza tanto nos relatórios produzidos pelos inspetores de saúde pública ao longo do oitocentos quanto no estudo elaborado em 1897 pelo Dr. Thomaz Pompeu[74] sobre *Os efeitos benéficos das medidas higiênicas e*

[73] ROSEN, *Op.cit.*.
[74] Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, filho do senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, nasceu em Fortaleza a 30 de junho de 1852 e faleceu em 6 de abril de 1929. Foi advogado, político e escritor.

especialmente dos esgotos, no qual procurava chamar atenção para os progressos realizados pela medicina preventiva, a higiene, argumentando para isso que "mas do que nunca vê-se que as causas que engendram as moléstias e diminuem a vida estão sob nossa inspeção, podemos hoje restringi-las ou atenuá-las"[75]. Na tentativa de comprovar seu argumento, Pompeu faz menção aos melhoramentos sanitários realizados na Inglaterra, que anteriormente possuía grande parte de seu território:

> ocupado por lagos, brejos, e paúes, fonte perpetua de nevoeiros humidos e frios. As habitações da gente do povo, construídas de madeira, erão pequenas e immundas, mal arejadas, ainda peior drenadas, ficando o sólo coberto de immundicies e saturando-se de todos os miasmas toxicos. As ruas, estreitas e descalçadas, constituião verdadeiras cloacas infectas.[76]

Tais condições insalubres, segundo ele, tornavam estes ambientes os mais favoráveis ao desenvolvimento de moléstias e explicavam a quantidade e intensidade das epidemias que naquele país "exerceram as suas devastações sob diversos nomes: peste, suor maligno, typho petechial, varíola, influenza, lepra, malária, disenteria, sobre uma população mal nutrida, mal acondicionada e um paiz inculto, coberto de pântanos"[77]. Porém, após a imposição das medidas de saneamento, tornava-se então possível verificar a importância dos progressos realizados:

> As casas são mais bem construídas, a drenagem e a ventilação mais completas, a terra mais bem preservada de impurezas; a febre palustre e a dysenteria, outr'ora tão communs, são hoje desconhecidas; a lepra desappareceu inteiramente. A mortalidade diminuio singularmente, ao mesmo tempo que a média da vida se elevou. A agua é mais pura, a nutrição mais variada e mais rica, as vestes mais bem adaptadas ao clima.[78]

Thomaz Pompeu propunha então que tais ações fossem também adotadas em Fortaleza, visando livrá-la assim definitivamente dos surtos epidêmicos de diversas moléstias, que permanentemente contribuíam para o aumento da taxa de mortalidade na capital. Em seu estudo publicado no ano anterior, 1896, pela mesma revista da Academia Cearense, Pompeu já apontava como uma das principais razões para a "progressão sempre crescente da mortalidade, nesta

---

Escreveu inúmeras obras sobre geografia física e humana, abordando temas como clima, seca e higiene no Ceará. *Cf.*: DICCIONARIO Bio-bibliographico Cearense. **Revista do Instituto do Ceará**: Tomo especial consagrado á memoria do Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, presidente, e João Baptista Perdigão de Oliveira, secretario. Fortaleza: Typ. Minerva, 1929. p.5.

[75] POMPEU, Thomaz. Os effeitos beneficos das medidas hygienicas e especialmente dos esgôtos. In.: **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza: Typ. Studart, tomo II, 1897. p.85.

[76] Idem, p.86.

[77] Idem, p.86.

[78] Idem, p.87.

capital, em contrário do que se observa na maioria das grandes aglomerações, em paizes adiantados"[79], a questão da falta de cuidado com a higiene doméstica e pública, como a limpeza das casas e das ruas, a remoção do lixo, a carência de água potável e o "uso das fossas fixas e de outros methodos primitivos de aceio na habitação"[80].

No caso específico do combate à mortalidade ocasionada pela varíola, além das medidas de saneamento, eram também recomendadas intervenções baseadas na teoria do contágio direto ou indireto da doença, tais como o isolamento dos doentes e as desinfecções das casas e objetos pertencentes aos mesmos. As desinfecções eram o exemplo mais expressivo do momento de transição que vivia o conhecimento médico. Elas tanto agregavam as idéias novas, sobre a existência dos microorganismos, oriundas das descobertas promovidas pelo desenvolvimento da teoria microbiana, como também guardavam vestígios da teoria miasmática das doenças. Embora tal concepção se encontrasse, no final do século XIX, em declínio desde o avanço das pesquisas bacteriológicas, ela ainda permanecia como explicação para diversas doenças cujo mecanismo de transmissão se ignorava[81].

A indicação referente à necessidade da montagem de um desinfetório na capital cearense foi mencionada pelo inspetor de higiene do Estado, Dr. Marinho de Andrade, em seu relatório anual de 1894, no qual chamava a atenção dos poderes públicos para a urgência em se dotar a repartição de higiene dos meios necessários para satisfazer os reclamos da população. Segundo ele, era imprescindível para tanto a instalação dos seguintes equipamentos: além do desinfetório, um laboratório de análises e um instituto vacinogênico. O desinfetório viria assim "preencher uma lacuna que nota-se desde muito n'esta cidade, por isso que as desinfecções, como são feitas até agora, não podem nos garantir absolutamente contra o contágio"[82].

---

[79] POMPEU, Thomaz. Importancia da vida humana como factor da riqueza. O desenvolvimento da população da Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. In.: **Revista da Academia Cearense**. Anno I, Fascículo I. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. p.21.
[80] Idem, p.22.
[81] RIBEIRO, Maria Alice R.. **História sem fim**... Um inventário da saúde pública. São Paulo 1880-1930. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 1991.
[82] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 3ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura, 1º de julho de 1894. Fortaleza: Typ. d'A República, 1894. Anexo VI, p.74.

O inspetor critica ainda a forma como era praticada a desinfecção, afirmando que "não é simplesmente com a combustão do enxofre para produzir acido sulfuroso, pixe nas ruas e algumas asperções de acido phenico diluído nos aposentos contaminados, que se praticam desinfecções eficazes"[83]. Fazia-se então necessário que a estes métodos fossem reunidos outros, considerados mais modernos e de fácil aplicação, segundo o inspetor, tais como "a desinfecção pela estufa de Genes, acompanhada de um pulverizador, que projecta, sob a forma de uma chuva finíssima, uma solução de bichlorecto de mercúrio e ácido tartarico, ou qualquer outra solução parasiticida"[84].

Tais equipamentos precisavam, contudo, ser em sua maioria comprados em firmas européias, bem como as matérias químicas utilizadas, os desinfetantes, que também teriam de ser importados da Alemanha, França e Inglaterra[85]. O gasto com a aquisição destas substâncias químicas e dos aparelhos, tais como estufas e pulverizadores, teria de ser arcado pelo governo, o qual precisava portanto ser convencido da necessidade e utilidade deste serviço. Por isso, o Dr. Marinho procurava demonstrar as vantagens de tal investimento, alegando que "estes meios determinam a destruição radical dos germens pathogenicos os mais resistentes, conforme tem provado muitas e variadas experiências"[86]. O inspetor informava ainda que justamente por ser tal método de tamanha importância e da maior necessidade tinha sido ele adotado em muitos lugares como indispensável auxiliar de um serviço sanitário regular, que visasse uma profilaxia completa.

De fato, as desinfecções ocupavam posição estratégica no controle das doenças em importantes estados brasileiros como São Paulo, que havia começado a organizar seu serviço sanitário naquele mesmo período. Segundo Alice Ribeiro[87], a política de saúde pública paulista privilegiava este método como o meio de ataque primordial às moléstias transmissíveis. Deste modo, o serviço geral de desinfecção do Estado absorvia uma parcela substancial dos recursos da diretoria de higiene. Contando com um alto investimento em pessoal, equipamentos e substâncias químicas, nada escapava à sua mira. O sucesso era tanto que o diretor do serviço

[83] Idem, p.74.
[84] Idem, p.74.
[85] RIBEIRO, *Op.cit.*.
[86] CEARÁ, 1894, *Op.cit.*, Anexo VI, p.74.
[87] RIBEIRO, *Op.cit.*.

de desinfecção, Dr. Diogo de Faria, em seu relatório de 1895, “mostrava-se otimista, pois, em nenhuma das casas desinfetadas, havia ocorrido reincidência de moléstia contagiosa”[88], o que provava, segundo ele, a eficiência deste sistema.

Contudo, durante a última década do século XIX, à medida que se identificavam os microorganismos através das descobertas promovidas pela pesquisa microbiana, abria-se caminho para um controle das doenças epidêmicas a um grau cada vez mais específico, ou seja, ao nível do corpo. É neste momento que a vacinação passa também a ganhar mais prestígio como o meio por excelência de se impedir o desenvolvimento de uma epidemia. Assim como a vacina, é também para o corpo que se direciona grande parte das ações de prevenção contra a varíola, as quais são reveladoras dos modos como se concebia a doença naquele período.

Uma medida bastante indicada para se evitar diversas doenças era o cuidado com a higiene individual. Os livros de saúde e almanaques populares, que passaram a circular com freqüência a partir da invenção da imprensa, tratavam de vários detalhes da vida diária e sugeriam como cuidar de cada parte do corpo. Entre os assuntos incluídos no asseio pessoal estavam a habitação, a alimentação e a limpeza corporal[89]. Segundo o dicionário do Dr. Chernoviz, a higiene era considerada a parte da ciência médica que ensinava a conservar a saúde, dando aos doentes e aos homens sãos os preceitos necessários à escolha dos alimentos e bebidas, as regras que se deveriam seguir nos exercícios, banhos, sono, paixões e trabalhos intelectuais; ensinando também a evitar coisas nocivas e a fazer bom uso das úteis[90].

Recomendações desse tipo circulavam também nos jornais de Fortaleza diante da iminência de epidemias, como quando foi publicado o seguinte conselho à população, na sessão *Conhecimentos úteis* do periódico *Gazeta do Norte*[91], alertando que “em épocas de epidemia um dos meios mais seguros de prevenção é

[88] Ibidem, p.22.
[89] ROSEN, *Op.cit.*.
[90] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.173.
[91] Órgão político da facção liberal conhecida na província pelo nome de pompeus. Seu 1º número é de 8 de Junho de 1880. Com o advento da república, mas já com o nome de Estado do Ceará, passou a ser órgão republicano Federal, e mais tarde fundindo-se com o Libertador teve o nome de República. *Cf.*: STUDART, 1898, *Op.cit.*, p.184.

o rigor dos cuidados hygienicos. Deve-se ter muito cuidado na alimentação, especialmente das crianças"[92].

A sugestão acerca do cuidado necessário com a alimentação na tentativa de proteger o corpo da ameaça de epidemias parece se basear na idéia de que um organismo mal alimentado não poderia oferecer facilmente resistência à doença, ou seja, o indivíduo debilitado estaria então predisposto a contrair enfermidades. Daí a atenção especial à alimentação das crianças, vítimas mais comuns da varíola, a qual já havia se manifestado em Fortaleza naquele ano de 1889, e que devido a presente conjuntura, marcada pela seca e pela chegada de muitos retirantes vindos do interior da Província, aglomerando-se na capital, deveria preocupar a população já acostumada com a manifestação epidêmica dessa doença em meio a tais circunstâncias.

Podemos ter acesso a alguns detalhes sobre quais seriam os cuidados, recomendados no século XIX, para com a alimentação, através das prescrições divulgadas no dicionário de medicina popular do Dr. Chernoviz[93]. Em sua parte referente aos alimentos, recomendava-se que os homens deveriam nutrir-se de uma mistura de substâncias vegetais e animais em proporção quase igual, pois um regime exclusivamente animal ou vegetal seria prejudicial à saúde. Alertava-se também sobre a utilidade de alterar um pouco o regime habitual, porque uma dieta uniforme poderia predispor o indivíduo a determinadas enfermidades. Ainda segundo ele, os alimentos deveriam variar conforme o clima, as estações, as idades, e o estado de saúde de cada um; e em qualquer caso de enfermidade, por mais leve que fosse, seria bom diminuir a quantidade de alimento, ou até mesmo guardar dieta, a qual deveria ser o primeiro de todos os medicamentos.

Tais conselhos podem ser compreendidos a partir de uma concepção de corpo saudável baseada no equilíbrio entre as partes que o constituem, idéia que tinha por base o pensamento hipocrático, fundamento primordial do ensinamento médico do período. Um dos sustentáculos da escola hipocrática decorria do seu entendimento acerca da natureza do corpo humano. Em um tratado intitulado *Da Natureza do Homem*, Hipócrates resume o essencial sobre o assunto ao explicar

[92] *Gazeta do Norte*, 26.03.1889. Anno IX, n.66. Conhecimentos uteis, p.1.
[93] CHERNOVIZ, *Op.cit.*.

que o corpo era constituído de sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra, tais fluidos seriam as causas dos males ou da saúde. A saúde seria o estado em que estas substâncias permaneceriam numa proporção correta, estando bem misturadas. A moléstia apareceria quando um destes fluidos estivesse deficitário ou em excesso, ou ainda se um deles se encontrasse separado no corpo e não misturado aos demais[94]. A doença caracterizava-se, portanto, num desequilíbrio do corpo. Por isso, uma atenção especial à dieta, visando suprir suas necessidades e manter seu equilíbrio, poderia então ajudar as pessoas a prevenirem-se dos males.

Segundo Henrique Carneiro[95], em praticamente todas as culturas, os alimentos se encontram relacionados à saúde, principalmente porque o tipo de dieta e a explicação médica para a sua utilização influenciam constantemente a atitude das pessoas diante da comida, considerando sua adequação a certas idades, gêneros, constituições físicas ou enfermidades presentes. Tal atitude, explica ele, encontra-se intimamente ligada ao fato de que a idéia predominante na cultura ocidental até o século XIX foi a da teoria dos humores e da correspondência universal entre o micro e o macrocosmo. Em tal concepção, "o corpo humano, os vegetais, as estrelas, assim como tudo no universo, possuiria uma correspondência íntima e cifrada, que caberia aos homens descobrir"[96]. As temperaturas, as estações do ano, a secura ou umidade do ar, os estados de humor, as secreções, os órgãos do corpo estariam interligados numa estrutura quaternária. Assim, conforme tais opiniões, baseadas nas teorias hipocráticas e galênicas, cada alimento corresponderia a um certo grau de calor ou frio, de secura ou umidade que o tornaria apropriado a determinadas pessoas, idades, doenças, etc..

Em Fortaleza, na já mencionada coluna *Conhecimentos úteis*, do periódico local *Gazeta do Norte*, encontramos ainda outras recomendações acerca das precauções que se deveria ter em épocas de epidemia, tais como o cuidado com "a ventilação, aeração dos aposentos de dormir. Deve-se evitar a exposição ao sol e ao sereno principalmente ao cair da noite"[97]. Estas preocupações denotam uma atenção especial direcionada à qualidade do ar, enquanto elemento

---

[94] LE GOFF, *Op.cit.*.
[95] CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História**: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p.71-80, 2005.
[96] Ibidem, p.73.
[97] *Gazeta do Norte*, 26.03.1889. Anno IX, n.66. Conhecimentos uteis, p.1.

indispensável à manutenção da saúde. Podemos compreender o sentido destes conselhos, observando o que diziam as regras de higiene prescritas pelo Dr. Chernoviz, o qual advertia que o ar deveria ser puro, e que para purificá-lo fazia-se necessário renová-lo muitas vezes; indicando também que o ar que se respirava depois do pôr do sol, nos lugares úmidos, era causa geralmente de febres; e afirmando que o ar mais puro e mais salubre era o da manhã, depois do nascer do sol[98]. Tais indicações se explicam, segundo ele, porque a salubridade do ar influía vantajosamente na composição do sangue, e em toda a nutrição. Já a ventilação viciosa era a origem de moléstias crônicas, que dizimavam muitas pessoas nas grandes cidades[99]. Nesse sentido, promover a boa circulação do ar e evitar ambientes onde ele pudesse estar de algum modo corrompido mostravam-se medidas tendentes a evitar a propagação das doenças.

Vemos, portanto, que diante de um contexto marcado pela ameaça de epidemia, foram aconselhadas diversas precauções higiênicas aos habitantes da capital. Dentre elas, sugeria-se um maior cuidado com a alimentação, visando evitar a debilidade do corpo que poderia predispor o organismo a enfermidades. Bem como, eram também recomendadas providências quanto ao asseio dos ambientes como as desinfecções, a limpeza e a ventilação, no intuito de impedir que agentes externos atacassem o corpo retirando-o do seu equilíbrio habitual e, assim, provocando doenças.

Quando da manifestação da varíola em Fortaleza a partir do ano de 1891, esse conjunto de recomendações volta a ser registrado na imprensa local, presente neste caso em um artigo médico, publicado no jornal *O Estado do Ceará*, e assinado pelo já conhecido Dr. Rocha Moreira, no qual este faz a seguinte observação diante da constatação da ocorrência de uma epidemia de varíola na capital:

> O isolamento concurrentemente com outras precauções aconselhadas pela hygiene; como sejão, parcimonia dos alimentos e outras, prezares[sic]; asseio das pessoas e cousas, das casas e suas dependencias, dessinfecção d'esta e daquellas; visitas domiciliarias; moral firme e outras, são conselhos, que se recommenda em casos taes.[100]

---

[98] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.174.
[99] Ibidem, p.965.
[100] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)

As sugestões recomendadas pelo doutor, tais como o cuidado com a alimentação, a limpeza e desinfecção das casas já tivemos ocasião de tratar anteriormente. Portanto, nos dedicaremos a abordar agora as demais medidas aconselhadas por ele, quais sejam o asseio pessoal e as recomendações morais, enquanto precauções eficazes diante do enfrentamento de uma epidemia na cidade. As providências relacionadas à higiene do corpo, que incluem o cuidado com os banhos, roupas, etc., são presença comum nos manuais de higiene do período, como o do Dr. Chernoviz, que traz as seguintes recomendações com respeito a este assunto: "os vestidos destinados a proteger-nos contra o calor, frio e umidade, devem ser asseados, e variar segundo as estações, a idade, o sexo, tanto na matéria, como na cor e forma"[101]. Sobre os banhos, diz ele serem estes necessários para a conservação da saúde, e que só devem ser tomados três ou quatro horas depois das comidas, podendo ser os demasiadamente quentes mui nocivos, e que os banhos frios deveriam ser de muito pouca duração[102].

O uso higiênico da água, segundo Georges Vigarello[103], desde a Antiguidade era uma prática trabalhosa, não sendo o contato banalizado com a água uma constante na história do Ocidente. Porém, segundo ele, tudo muda com o século XIX, quando passa a existir um lento domínio dos fluxos e novas imagens do corpo. Assim, o advento contemporâneo da limpeza supõe a conversão de várias representações, uma aprendizagem, uma difusão e instrumentação para o uso da água. Idéias como as de que os banhos frios despertariam os vigores do corpo começam a ganhar espaço na medida em que aumentam as exigências sanitárias naquele período.

A pele passa, a partir de então, a ser vista como um instrumento de eficiência para o corpo, assim, lubrificada pelo banho, ela consolidaria mais do que nunca os recursos da saúde[104]. Com a descoberta microbiana, amplia-se ainda mais a importância dada à limpeza, como também se altera a imagem do corpo, visto como um invólucro cercado por algum agressor imperceptível, transformado de um portador infeccioso a uma ameaça que se torna coletiva. Neste contexto, a limpeza

[101] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.174.
[102] Idem, p.174.
[103] VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In.: CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, *Op.cit.*, p.375.
[104] Ibidem.

aguça suas finalidades, considera-se que ela se torna a base da higiene, visto que consiste em afastar dos indivíduos toda sujeira e, por conseguinte, todo germe ou micróbio[105]. É a partir da disseminação de tais idéias e representações que entendemos terem sido recomendados os cuidados com o asseio e a limpeza pessoal como formas de se evitar o contágio da varíola.

Outro dos conselhos indicados pelo Dr. Moreira dizia respeito à firmeza moral. Item também elencado nos manuais de higiene do século XIX, que sugeriam, como regra para uma boa saúde, medidas tais como observar a sobriedade, a temperança, exercer igualmente e em justos limites o corpo e o espírito, conservar o quanto possível a serenidade e a tranqüilidade da alma, e fugir dos excessos, pois "tudo que é excessivo tem por efeito acelerar os movimentos da organização, e perturbar a economia"[106]. A falta de tais regramentos, que deveriam proporcionar equilíbrio à mente e ao corpo, era percebida como uma possibilidade aberta para o aparecimento de algum distúrbio que, por sua vez, poderia ocasionar alguma doença.

Conforme observa Jean Delumeau[107], a medicina de outrora considerava que o abatimento moral e o medo das doenças predispunham as pessoas a receberem o contágio. Segundo ele, várias obras eruditas publicadas do século XIV ao XVIII convergiam sobre este ponto. Com poucas diferenças de detalhes, todas estas publicações ensinavam finalmente a mesma coisa: se impediria melhor uma epidemia não cedendo ao pavor, armando-se de bom humor e de forte dose de moderação e serenidade estóica, evitando assim os desregramentos e os excessos. Neste sentido, é que compreendemos como a manutenção de uma *moral firme*, recomendada pelo Dr. Rocha Moreira, poderia servir também como obstáculo à manifestação da doença.

Porém, para além dos desregramentos ou dos excessos, outros fatores também eram apontados como causas de desequilíbrio para o corpo, deixando o organismo propenso a enfermidades. Era o que sugeria o seguinte anúncio, publicado no periódico *O Estado do Ceará*, em outubro de 1891, em meio a notícias

---

[105] Ibidem.
[106] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.964.
[107] DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

sobre a ocorrência de casos de varíola na cidade. Aproveitando-se do temor coletivo relativo à possibilidade do aumento do número de vítimas da doença devido ao início da estação quente e seca na cidade, período tido como propício ao desenvolvimento de epidemias, um comerciante local procurou anunciar seu produto, alertando que:

> O calor, as mudanças de temperatura, a transpiração abundante, debilitão o organismo e o predispõem a contrahir as molestias epidemicas. Para evitar este perigo basta tomar o sulphato de quinina na dose de dez a vinte centigrammas diariamente. Não ha tonico mais efficaz, porem o seu terrivel amargo era um verdadeiro obstaculo ao seu emprego. E' por isso que devemos felicitar a bella iniciativa dos successores de Pelletier inventor do sulphato de quinina apresentando esse precioso medicamento sob a forma de capsulas delgadas e transparentes, sem o menor gosto, que se dissolvem no estomago de uma maneira rapida, absorvem-se facilmente, ao passo que podem conservar-se por longo tempo dentro dos frascos.[108]

Tal publicação baseia-se na idéia de que fenômenos climáticos como as mudanças de temperatura, comuns no Ceará nos últimos meses do ano, e o calor então gerado juntamente com a transpiração abundante por ele provocada interferiam na resistência do corpo, abatendo-o e tornando-o, desta forma, susceptível a adquirir doenças epidêmicas como a varíola, que grassava em Fortaleza naquele momento. Ora, se a saúde era entendida como o estado de equilíbrio do corpo, a doença era, em primeiro lugar, considerada uma perturbação, um desequilíbrio, devido ao excesso de um dos elementos constituintes do corpo, ou a um excesso de calor, de frio, de secura ou de umidade[109]. Tal desequilíbrio que poderia ser provocado pelas alterações climáticas, no entanto, era facilmente passível de ser reajustado, segundo o anúncio, através do uso de um eficiente tônico.

A utilização de tônicos revigorantes encontra seu desenvolvimento juntamente com as mudanças produzidas sobre as imagens e concepções do corpo, a partir do século XVIII, que dão cada vez mais atenção à resistência, ao endurecimento, ao vigor e à firmeza dos músculos como representações de força, saúde e vitalidade[110]. Segundo o conceito formulado pelo Dr. Chernoviz, os tônicos seriam aqueles medicamentos responsáveis por aumentar o tônus e a força dos órgãos. O emprego dos tônicos era indicado "sobretudo nas moléstias

---

[108] *O Estado do Ceará*, 06.10.1891. Anno II, n.337. p.2. (Anúncios)
[109] LE GOFF, *Op.cit.*.
[110] PORTER; VIGARELLO. Corpo, saúde e doenças. In.: CORBIN; COURTINE; VIGARELLO. **História do corpo**: 1.Da Renascença às Luzes. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008.

caracterizadas por debilidade geral, tais como as afecções escrophulosas, escorbuticas, gangrenosas"[111]. Devendo-se também recorrer a eles, conforme sugere o Chernoviz, nos casos relacionados a fastios, enfraquecimento dos órgãos digestivos, nas convalescenças das moléstias, etc..

Além dos métodos de prevenção já tratados, tais como as desinfecções, os cuidados com a alimentação, a higiene corporal, as disposições morais e o uso de tônicos revigorantes, todos estes generalizáveis, ou seja, recomendados para prevenção de diversas moléstias sem nenhuma especificidade, podemos analisar ainda, quanto à varíola, uma forma de profilaxia aplicada ao nível do corpo e específica para o controle desta doença. Tal medida, tão recomendada e defendida pela maioria dos médicos como o único preservativo eficaz contra a moléstia, era a vacinação. Método criado em fins do século XVIII, a partir das observações feitas por Edward Jenner[112] sobre o fenômeno de proteção contra a varíola, adquirido por pessoas que tinham entrado em contato com uma doença similar que acometia os bovinos.

A produção artificial da imunidade já era conhecida há muito tempo e fora estabelecida inicialmente a partir dos métodos de prevenção da varíola, primeiro através da variolização, ou inoculação, e somente depois por meio da vacinação. A inoculação, conforme Chernoviz, consistia em introduzir no corpo o princípio material de alguma afecção contagiosa, operação por muito tempo praticada com o intuito de preservar as pessoas dos acidentes das bexigas. Resumia-se a inocular o vírus[113] da varíola, a fim de produzir a doença em suas formas benignas em vez das graves que se manifestavam, sobretudo, durante uma epidemia. Ainda segundo ele, a variolização havia sido usada durante muito tempo, mas como nem sempre ocorria

---

[111] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.1103.

[112] Edward Jenner (1749-1823), inglês nascido em Berckley, concluiu seus estudos em Londres, retornando, em seguida, à sua cidade, onde iniciou suas experiências sobre a varíola. Inicialmente, seus trabalhos tiveram pouca repercussão, porém, após o sucesso de algumas de suas experiências em outros países, o governo inglês o reconheceu. Logo depois, iniciou-se uma ampla divulgação e difusão da vacina antivariólica por todo o mundo, sendo atribuída a ele a célebre descoberta. *Cf.*: FERNANDES, Tania Maria. **Vacina antivariólica**: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, p.17.

[113] Embora a utilização desse termo para designar a forma de contágio da varíola venha sendo feita desde o período anterior à descoberta de seu mecanismo de transmissão, seu significado à época era bem diferente de como o entendemos hoje. Vírus, na acepção usada pelo Dr. Chernoviz e corrente até o final do século XIX, referia-se ao veneno que se julgava estar presente em algumas doenças. Somente com a consolidação da teoria microbiana é que ele passou a designar o agente etiológico daquela doença. *Cf.*: FERNANDES, 1999, *Op.cit.*, p.23.

sem perigo, achou grande número de adversários, sendo enfim deixada de lado depois da descoberta da vacina[114]. Porém, em ambos os métodos, seguia-se o princípio essencial de que um caso benigno da doença protegia os indivíduos contra uma infecção violenta, sem se compreender o mecanismo do fenômeno[115].

No entanto, a partir do momento em que, a propósito da vacinação, passam a ser feitas análises quantitativas de sucessos e insucessos, de fracassos e êxitos, quando passam a ser calculadas as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação, então a varíola começa a ser percebida como uma distribuição de casos numa população circunscrita no tempo e no espaço. Esta nova noção de propagação da doença implicava uma substancial alteração nas propostas de técnicas para controle da moléstia no espaço urbano com o surgimento de toda uma série de novas formas de intervenção que vão ter por meta, não mais "tentar anular pura e simplesmente a doença em todos os sujeitos em que ela se apresenta, ou ainda impedir que os sujeitos que estejam doentes tenham contato com os que não estão"[116]. O dispositivo que aparece com a vacinação vai consistir, não em fazer essa demarcação entre doentes e não doentes, mas em considerar o conjunto sem descontinuidade, sem ruptura, isto é, a população como um todo, e em procurar ver o que era normalmente esperado em matéria de acometimento da doença.

Além disso, através do desenvolvimento das experiências com a produção da linfa vacínica, desde os estudos acerca da eficácia do método jenneriano, ou seja, aquele aplicado de braço a braço, até a descoberta do mais moderno sistema de vacinação do período, a vacina animal, extraída de vitelos e aplicada no homem, juntamente com o aprofundamento teórico e científico obtido no final do século XIX, importantes alterações foram sendo feitas no âmbito de suas técnicas de produção, introduzindo-se inclusive alguns procedimentos na etapa posterior à retirada da secreção das pústulas do vitelo. Deste modo, agentes físicos e químicos foram indicados para a purificação, atenuação e conservação da vacina. Um dos primeiros avanços neste sentido ocorreu em Berlim, em 1886, com a

---

[114] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.236.
[115] ROSEN, *Op.cit.*.
[116] FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. p.81.

introdução da glicerina como uma substância purificadora e conservadora para o imunoterápico, que rapidamente se tornou de uso universal[117].

Assim, com a utilização da glicerina adicionada à linfa vacínica, não era mais necessário aplicar a vacina diretamente do vitelo para o homem. Além disso, ela poderia então ser transportada com maior segurança quanto à manutenção do seu poder imunizante. Por isso, este era o método de vacinação mais recomendado pelos médicos chamados à imprensa para indicar quais os melhores meios de se prevenir das bexigas. Tal era o caso do Dr. Rocha Moreira que publicou no jornal *O Estado do Ceará* um artigo médico sobre as medidas profiláticas recomendadas diante do aparecimento da doença em Fortaleza. Diz ele o seguinte, com respeito à necessidade da vacinação diante da epidemia de varíola que acometia a cidade, "hoje graças aos progressos da sciencia dispomos da vacina animal suficiente à todas as exigências d'aquele serviço na actualidade"[118]. Ele sugere então que:

> Cultive-se esta vaccina deixando de parte a lympha humana capaz de transmittir de uns para outros individuos molestias diathosicas, fazendo-se igual restricção com relação áquella, pois hoje se sabe, que os individuos da raça bovina não são os mais aptos para cultura da vaccina, e que não nos offerecem todas as garantias contra a transmissibilidade das molestias, que das raças inferiores podem passar ao genero humano, importantissima questão esta, que na actualidade tem preoccupado vivamente a attenção de todo mundo medico. [119]

Mesmo com todas as vantagens proporcionadas pelo método de aplicação da vacina animal e apesar da grande adesão e prestígio que tal preservativo adquiriu, havia alguns limites quanto a sua aceitação, acompanhado de algumas restrições a sua difusão. Como adverte o Dr. Moreira, uma das preocupações que estava chamando a atenção do mundo médico era a da transmissibilidade de algumas doenças que, principalmente da raça bovina, poderiam passar ao homem através da inoculação da linfa vacínica de origem animal. Tal receio, que era tanto técnico quanto moral, com respeito ao uso de um produto terapêutico extraído da vaca, também foi razão de polêmicas e da demora na difusão desse preservativo nos países europeus, chegando esta discussão a alcançar inclusive o Brasil. Em meio a tais considerações, havia tanto a idéia de que esse método poderia transmitir doenças próprias dos animais, como também era

---

[117] FERNANDES, 1999, *Op.cit.*.
[118] *O Estado do Ceará*, 14.04.1891. Anno I, n.199. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)
[119] Idem.

difundida a imagem de que a vacina poderia *avacalhar* as pessoas, ou seja, transplantar para elas características do animal[120]. Opiniões que se disseminadas entre a população eram capazes de produzir reações de medo e aversão a este método de imunização antivariólico.

Na tentativa de dissuadir os cearenses de pensamentos como estes, o Dr. José Lino da Justa, inspetor de higiene em 1897, resolveu reunir em folhetos e distribuir largamente pelo Estado "os seus preciosos artigos sobre a varíola e a sua prophilaxia – vacinação e revacinação, [...] sob o mesmo título de – Conselhos ao povo – com que foram primitivamente publicados em nosso jornal"[121]. Tal iniciativa demonstra o intuito de divulgar, não apenas entre os habitantes da capital, que primeiramente tiveram acesso aos seus artigos publicados na folha oficial do governo naquele período, o jornal *A República*[122], mas também pelo interior do Ceará, os benefícios da vacinação como forma de se prevenir da doença.

Segundo o jornal, a publicação consistia em "artigos de propaganda no sentido de preservar-nos da terrível peste que tantos estragos causou em nossa população na crise de 77 a 1879, e sobretudo vulgarisadores da vacinação e da revacinação"[123]. Através deste empreendimento, "o ilustre facultativo vem prestar um valioso serviço as classes laboriosas e ignorantes do Estado"[124]. Tanto o título quanto a forma de distribuição de tais artigos são indicadores do público ao qual procuravam atingir. Estes não se dirigiam primeiramente à maior parte da população, que era analfabeta, mas é possível que houvesse a intenção de que os indivíduos letrados pertencentes inclusive às *classes laboriosas* pudessem repassar os conhecimentos adquiridos através da leitura dos folhetos aos demais, vulgarizando-se assim as idéias acerca da necessidade e dos benefícios da vacina.

Fora divulgado ainda naquele mesmo jornal, alguns dias antes, um dos artigos escritos pelo Dr. Lino da Justa. Nesta publicação o inspetor procura primeiramente anunciar que era "a *vacina* o agente mais poderoso, o único capaz de

---

[120] FERNANDES, 1999, *Op.cit.*.
[121] *A República*, 28.01.1897. Anno VI, n.22. CONSELHOS AO POVO, p.1. (Notícia)
[122] Jornal publicado em Fortaleza, resultado da fusão entre os jornais *O Estado do Ceará* e *O Libertador*. Pertencia a uma sociedade anônima denominada Ceará-Libertador. Seu 1º número é de 9 de Abril de 1892. *Cf.*: STUDART, 1898, *Op.cit.*, p. 200.
[123] *A República*, 28.01.1897. Anno VI, n.22. CONSELHOS AO POVO, p.1. (Notícia)
[124] Idem.

preservar o homem da *varíola*"[125]. Em seguida, o doutor comenta que "há 1 século se procura *um caso* de varíola depois de uma vacinação bem sucedida e ainda não se encontrou"[126]. Tais declarações, apresentadas de forma simples e direta no início do artigo, parecem indicar que a principal finalidade deste era garantir a eficiência da vacina, dissipando qualquer dúvida acerca de sua validade. Posteriormente, o inspetor busca assegurar que tal método era inofensivo, afirmando que a vacinação não prejudicava absolutamente a saúde. Em seguida, o Dr. Lino lamenta o fato de ser:

> uma crença arraigada na classe media e menos esclarecida da nossa população que a vacina, muitas vezes produz a varíola. Não é exacto. É um preconceito, é uma convicção erronea e prejudicial esta e é preciso quanto antes destruil-a. As vezes sucede que o individuo vacinado, depois de 6 ou 8 dias é acometido de varíola: mas isto é devido a já estar elle contaminado pelo mal quando se vacinou. Ainda assim a varíola sahirá atenuada, tornando-se benigna. Demais, isto acontece as vezes quando a varíola está reinando epidemicamente em um logar.[127]

A percepção dos médicos quanto à existência de uma resistência popular à aplicação da vacina não era novidade. De fato, aparecem, ao longo do século XIX, diversos relatos que apontam para esta descrença, principalmente por parte das camadas mais pobres da população, em relação à vacinação como método eficaz de prevenção contra a varíola[128]. Dentro desse contexto é que entendemos a relevância de tal publicação, sugestivamente intitulada de *CONSELHOS AO POVO*, visando contestar algumas convicções populares consideradas errôneas pelo inspetor e por isso prejudiciais, entendendo como necessário então destruí-las por meio da divulgação de corretas explicações fornecidas por ele, que deveria ser visto como uma autoridade no assunto devido ao cargo que então exercia. Neste sentido, o Dr. José Lino continua suas recomendações, assegurando que:

> Não existe inconveniente algum em vacinar-se em todas as epochas da vida, desde o nascimento até a mais avançada idade, assim como durante qualquer epidemia de varíola. [...] Quando aparecer a epidemia da varíola n'uma localidade, será conveniente todos os indivíduos encurtar o praso das revacinações. A dentição nas creanças, o estado de gravidez nas senhoras, e a amamentação não impossibilitão a vacinação e a revacinação em tempo nenhum, maxime em período epidêmico. É sabido que a variola nas mulheres gravidas é perigosíssima e fatal para o feto. Todos aquelles que

[125] *A República*, 05.01.1897. Anno VI. CONSELHOS AO POVO, p.4. (Artigo assinado pelo Dr. José Lino)
[126] Idem.
[127] Idem.
[128] Alguns dos relatos sobre a resistência popular à vacina podem ser encontrados em: STUDART, 1997, *Op.cit.*; TEOFILO, 1997, *Op.cit.*.

> se julgão refractarios, que já foram vacinados sem resultado, devem sempre repetir a vacinação, porque aquella imunidade pode ser temporária e desaparecendo de um momento para outro pode collocar o individuo em condições de *vis-a-vis* do gérmen variólico.[129]

Além de proclamar a vacina um método inofensivo para qualquer pessoa, em qualquer idade ou circunstância, isto é, sem que haja nenhuma contra-indicação ao uso desse preservativo, o inspetor procura ainda alertar para o grande perigo de se contrair a varíola durante a gravidez, levando inclusive à morte da criança. O doutor busca também aconselhar até mesmo as pessoas que já haviam se vacinado, porém sem resultado, que continuassem tentando repetir a vacina para que, caso desaparecesse a sua imunidade, a qual poderia ser temporária, mesmo assim pudessem se colocar a salvo de tal enfermidade. O Dr. Lino lembra ainda a necessidade urgente de se revacinar diante do perigo iminente da ocorrência de uma epidemia.

Segundo informa o Dr. Chernoviz[130], até 1815 não se tinha dúvida alguma sobre a virtude preservativa da vacina, mas naquele ano observou-se na França um caso de bexigas em um indivíduo já vacinado, e ainda durante algumas epidemias que ocorreram na Europa entre os anos de 1818 e 1828, viram-se pessoas vacinadas contraírem a moléstia, algumas das quais a ela sucumbiram. Estas observações inspiraram muitas dúvidas sobre a virtude preservativa da vacina. Porém, era fato também observado que mesmo as bexigas naturais nem sempre preservavam por toda a vida o indivíduo de um novo ataque, no entanto, quando este se repetia, só ocorria em época distante do primeiro contato com a doença. Instigados por tais ocorrências, muitos médicos passaram a fazer pesquisas, chegando à conclusão de que o *vírus vacínico*, como se nomeava à época o elemento ativo da vacina, perdia com o tempo a sua propriedade preservativa, sendo conveniente, então, se revacinar após um intervalo de dez a doze anos, providência essa que deveria ser indispensável sobretudo durante uma epidemia da doença.

Além das questões relacionadas à vacinação, bem como aos demais métodos de prevenção da varíola, eram também veiculadas na imprensa citadina,

---

[129] *A República*, 28.01.1897. Anno VI, n.22. CONSELHOS AO POVO, p.1. (Notícia)
[130] CHERNOVIZ, *Op.cit.*.

em forma de anúncios, conselhos e notícias, algumas informações concernentes a certas medidas recomendadas para o tratamento das bexigas.

Uma destas publicações divulgada diariamente na sessão de anúncios, que ocupava a primeira página do periódico *O Estado do Ceará*, versava sobre a utilização das chamadas *Pílulas depurativas do cirurgião Mattos* indicadas contra a varíola e outras moléstias. O anúncio ressaltava que tais "pílulas tão vantajosamente conhecidas dentro e fora da Província, acabam de ser aprovadas pela Exma. Junta de Hygiene da Corte, tomando a denominação de Pílulas purgativas de resina de batata e monar de cabucha, do Cirurgião Mattos"[131]. Juntamente com o reconhecimento popular, a menção à liberação feita pela junta de higiene, responsável por avaliar e certificar a qualidade dos medicamentos a serem comercializados no Brasil, dava às pílulas a garantia de que precisavam para obterem uma boa aceitação por parte dos consumidores.

Além dos argumentos utilizados para tentar persuadir seus clientes acerca da qualidade deste medicamento, procurava-se também demonstrar sua eficiência no combate à doença através da publicação de atestados ou declarações elaboradas por prováveis consumidores satisfeitos, que mencionavam a indicação do medicamento por clínicos reconhecidos na sociedade. Tal como divulgado no relato seguinte:

> Em Dezembro de 1878, quando a peste da variola na Capital, fazia de 600 á 1:000 victimas diariamente fui accommettido desse terrivel mal. O meu medico assistente, o finado Dr. José Lourenço Filho, logo no começo da molestia mandou-me fazer uso das PILULAS DEPURATIVAS DO CIRURGIÃO MATTOS, com o que consegui que o mal, apesar da força com que appareceu, se tornasse benigno, sendo quasi nenhum os meus soffrimentos. O referido Dr. José Lourenço, affirmou-me nessa occasião que tinha, com essas pilulas, feito muitas curas não só de variolas como de febres, ulceras, e outras molestias que affligiam o povo n'aquella calamitosa época. Desde esse tempo nunca mais deixei de ter em minha casa essas milagrosas pilulas, com as quaes curo grandes numeros de encommodos.[132]

Tal testemunho indica a utilização de um tipo de tratamento que inclui o uso de purgações ou depurações como forma de se tentar expelir a doença, evitando seu desenvolvimento, ou minorando seus efeitos sobre o corpo. Segundo o dicionário do Chernoviz, a recorrência ao uso dos depurantes ou depurativos devia-

[131] *O Estado do Ceará*, 07.03.1891. Anno I, n.172. MEDICINA BRAZILEIRA, p.1. (Anúncios).
[132] Idem. Grifos do autor.

se à crença de que se poderia, com a ajuda de certas substâncias vegetais, desembaraçar o sangue das matérias impuras que se supunha estarem misturadas a ele. Esta prática encontra seu fundamento nas antigas teorias galênicas e hipocráticas, que concebiam a enfermidade como resultante de um desequilíbrio humoral, cabendo então ao médico, promover a aplicação de terapêuticas capazes de auxiliar o organismo no processo de cura, o que ocorria na medida em que o mal ia sendo expelido e o equilíbrio a partir de então poderia ser restaurado.

Neste sentido, o procedimento padrão, independente da doença, consistia na tentativa de expulsar os humores em excesso, através do uso de purgantes, vomitórios, sinapismos e sangrias[133]. Esse tipo de tratamento era também indicado na seguinte notícia, publicada no jornal *Cearense*[134], sob o título de *Antídoto contra a varíola*, que narra uma descoberta feita na Guatemala a respeito de um antídoto encontrado numa planta conhecida pelo nome de *verbena silvestre*, cuja aplicação deveria ser feita do seguinte modo:

> Disposto o enfermo com um bom purgativo, administra-se-lhe um sudorifico, e logo depois, sem perda de tempo, faz-se ha o doente tomar á vontade o seguinte preparado: Toma-se uma porção de raizes ou folhas de "verbenas silvestres" e depois de bem moidas, misturam-se com agua e assucar em dous copos. Assegura-se que os resultados são extraordinarios e não se fazem esperar, cumprindo ainda notar que não póde haver medicamento mais barato e inoffensivo.[135]

A idéia de que o uso de terapêuticas como purgantes e sudoríferos, ajudaria a livrar o doente daquilo que lhe estaria fazendo mal, também era aplicada visando à preparação do corpo enfermo para o recebimento do remédio que poderia auxiliá-lo em seu restabelecimento daquela moléstia. Os sucos feitos por meio da trituração de ervas eram, segundo o dicionário do Dr. Chernoviz[136], principalmente, recomendados como depurantes, para pessoas sujeitas a doenças que atacavam a pele, como a bexiga.

---

[133] BARBOSA, Francisco Carlos J. Corpo doente e práticas terapêuticas nos guias médicos do século XIX. In.: MAGALHÃES JR., Antonio G. (org.). **Corporeidade**: ensaios que envolvem o corpo. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

[134] Órgão do partido liberal publicado em Fortaleza, a partir de 4 de outubro de 1846. Algum tempo após a proclamação da República, até 25 de fevereiro de 1891, foi publicado com o título de "órgão democrático". Desapareceu por ocasião da queda de José Clarindo. *Cf.*: CEARÁ, 1988, *Op.cit.*, p. 18.

[135] *Cearense*, 23.10.1891. Anno XLVI, n.220. Antidoto contra a variola, p.2. (Notícias)

[136] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.824.

A utilização de preparados de bebidas doces e frias também era recomendada no tratamento da varíola, conforme aquele dicionário, o qual orientava que no caso das bexigas simples ou discretas, bastava ordinariamente administrar ao enfermo bebidas adoçadas frias, como o cozimento de arroz, de cevada, chá de flores de malvas, etc; e caldos de galinha. E, dizia ainda, que se o doente fosse atormentado de muita sede, poder-se-ia satisfazê-la fornecendo-lhe água fria[137]. Este tipo de tratamento, basicamente sintomático, encontra sua racionalidade na idéia segundo a qual a saúde do corpo humano seria mantida a partir do equilíbrio entre os grupos de oposição como o calor e o frio, o seco e o úmido, o amargo e o doce[138]. Neste sentido, durante a manifestação da doença, o retorno ao equilíbrio implicava o estabelecimento de um regime de compensações avaliado em função dos sintomas que o indivíduo apresentasse. Parece que tais indicações surtiam algum efeito, tendo em vista o caso exposto na seguinte publicação, veiculada pelo periódico católico *A Verdade*[139], referente a um caso narrado em uma revista católica de Las Vegas, sobre uma menina que fora

> atacada da variola, e apezar do excessivo cuidado que se tinha com ella, gulosa como todas da sua edade, tomava mel de abelha com agua para refrescar-se, dando isso como resultado, com grande admiração do medico e da familia, o desapparecimento completo da variola. Este descobrimento, devido á uma casualidade, foi estudado pelos medicos e utilizado nos soldados que padeciam da dita enfermidade, dando resultado satisfactorio.[140]

Sendo alguns dos sintomas característicos da varíola a febre e a sede, parece compreensível que os doentes procurassem se refrescar, diminuindo o calor e o amargor na boca através da ingestão de alimentos doces e frios juntamente com água. Tais recomendações faziam-se igualmente presentes no dicionário do Dr. Chernoviz, que, sugerindo algumas indicações para o tratamento das bexigas, afirmava ser importante "usar de gargarejos com água morna e mel rosado, e dar-lh'os a tomar frequentemente, afim de diminuir o calor que existe no interior da boca"[141].

---

[137] Idem, p.327.
[138] LE GOFF, *Op.cit.*.
[139] Órgão católico, publicado em Fortaleza a 27 de julho de 1890. Saía aos domingos. Tendo por redator gerente Padre Francisco Pinheiro. Entre seus redatores contam-se os nomes de Monsenhor Graça, Desembargador Paulino Nogueira e Padre Valdevino Nogueira. *Cf.*: CEARÁ,1988, *Op.cit.*, p.38.
[140] *A Verdade*, 27.02.1898. Anno IX, n.8. Contra a varíola, p.3. (Gazetilha)
[141] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.327.

O escritor cearense Juvenal Galeno[142], que colecionou, durante as últimas décadas do século XIX, uma série de meizinhas ou remédios caseiros difundidos tanto pelo saber popular quanto pelos jornais e manuais de saúde da época, também menciona, em sua obra *Medicina Caseira*, os benefícios do mel de abelha, inclusive para o tratamento da varíola.

> O bom mel da jandaíra
> E de outras, suas iguais,
> Não é somente alimento:
> Tem usos medicinais.
> Cura a laringe, a garganta
> E os órgãos respiratórios:
> Tem sido preconizado
> Da Ciência em relatórios.
> Em tristes variolosos,
> Contam jornais muitas curas,
> Internamente, às colheres,
> Externamente, em unturas.[143]

Assim, outra forma de tratamento, ainda utilizando-se o mel de abelha, orientada de acordo com os sintomas apresentados pelo doente era a aplicação de unturas ou cataplasmas no peito ou no ventre dos enfermos, visando evitar que as inflamações provocadas pela doença atacassem as partes internas do corpo. Segundo tal princípio é que o Dr. Chernoviz aconselhava o seguinte: "quando existe dor forte na boca do estomago ou no ventre, deve-se aplicar cataplasma de linhaça"[144]. Ou ainda, como revela a publicação abaixo, inserida na sessão *Conhecimentos úteis* do periódico *O Combate*, narrando o seguinte episódio:

> Um cirurgião do exercito inglez descobrio um remedio efficaz para as bexigas. Quando a febre está no maior grão e antes que appareça a erupção fricciona-se o peito com oleo d'Algodão e unguento tartarico que faz com que a erupção appareça n'aquella parte do corpo e não em outra. A erupção é completa e impede que a enfermidade ataque os orgãos internos. Por tal methodo considera-se completa cura.[145]

Durante a segunda metade do século XIX, era hábito que médicos ou os próprios jornalistas divulgassem a título filantrópico, nos periódicos, suas experiências ou as de outrem com tal ou qual meizinha[146]. Embora todos estes

---

[142] Nascido em Fortaleza no dia 27 de setembro de 1836. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará, Patrono da Academia Cearense de Letras. O poeta morreu em Fortaleza no dia 7 de março de 1931, aos 95 anos de idade. *Cf.*: Jornal de Poesia. Juvenal Galeno – Biografia. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/ galeno.html#bio>. Acesso em: 30 mar. 2011.
[143] GALENO, Juvenal. **Medicina Caseira**. Fortaleza: Secult, 2010. p.68.
[144] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.327.
[145] *O Combate*, 02.06.1891. Anno I, n.44. Conhecimentos Uteis, p.2.
[146] RIEDEL, Oswaldo. Apresentação à 1ª edição. In: GALENO, *Op.cit.*.

relatos de caso, que chegaram a ocupar as páginas de diversos jornais locais, tivessem alguma relação com as indicações presentes em manuais populares dedicados a aconselhar medidas para o tratamento das bexigas, os argumentos apresentados em tais publicações se referiam sobretudo ao fato de se deverem a casos extraordinários, descobertas interessantes, curas admiráveis ou remédios milagrosos.

Neste sentido, o espaço concedido nos periódicos referente a tal assunto dedicava-se a tudo aquilo que se mostrasse excepcional, tornando-se então algo que mereceria ser anunciado. Tais receitas parecem então pertencer a uma época na qual o povo se agarrava aos mais variados recursos para não deixar sem tratamento muitas doenças que os mais doutos clínicos desconheciam completamente ou não sabiam tratar de modo adequado. Tempo este também em que não poucas vezes os próprios médicos aceitavam, por falta de melhores, os remédios que o próprio uso popular havia consagrado. Contudo, a publicação de algum tipo de tratamento eficaz contra a varíola, que fosse aconselhado pela ciência, e que estivesse referendado em almanaques de higiene, não encontrava lugar na imprensa da cidade.

Por que isso se dava? Talvez possamos encontrar alguma resposta recorrendo ao que havia sido formulado sobre o assunto no manual de medicina do Dr. Chernoviz. Na parte referente à forma de tratamento da varíola, diz ele: “Não possuímos meios de abreviar a marcha das bexigas; por conseguinte o ofício da medicina consiste simplesmente em ajudar a natureza; o tratamento é simplesmente symptomatico; varia segundo a forma da moléstia e suas complicações”. Portanto, como não se conhecia uma forma específica para o tratamento da doença, comumente as pessoas faziam uso de métodos de tratamento mais genéricos, visando, sobretudo, amenizar os sintomas. Talvez isto se explique também pela influência da crença, bastante difundida na época, segundo a qual a doença deveria seguir o seu curso natural, o que tornava o recurso aos medicamentos algo bastante limitado, reduzindo-se, na maioria das vezes, a purgas, banhos e o controle do regime alimentar[147]. Assim sendo, é possível compreendermos que diante da falta de fórmulas exclusivas para o tratamento da varíola, a publicação de casos em que

[147] LE GOFF, *Op.cit.*.

determinados usos haviam obtido sucesso fosse a forma mais corrente nos discursos veiculados pelos jornais.

Uma das características mais marcantes da ciência médica influenciada pelas idéias contagionistas e infeccionistas, próprias do período anterior à consagração da bacteriologia, consistia justamente na questão da indeterminação da doença[148]. Desta forma, o ar, a água, as habitações, a sujeira, a pobreza, tudo poderia causá-la. A fluidez do diagnóstico era então acompanhada da imprecisão terapêutica. Tal característica permitia também que os médicos atuassem como tradutores dos mais diversos interesses, pois na tentativa de encontrar soluções para o problema gerado pela enfermidade tais doutores procuravam "coletar informações dos mais variados lugares não só do país, mas do mundo; não só da ciência, mais do povo"[149]. Por conseguinte, nos jornais da época encontram-se diversas colunas dedicadas a divulgarem matérias referentes a descobertas e usos de variados medicamentos, ervas e plantas.

Assim, na tentativa de responder ao nosso questionamento inicial acerca de como era compreendida a varíola em fins do século XIX, analisamos, primeiramente, as idéias existentes ou formuladas durante o período acerca da origem e propagação da doença. Desde a tradicional relação estabelecida entre a ocorrência das secas e a manifestação da varíola, assim como a recorrência às antigas teorias atmosférico-miasmáticas e do contágio, até os primeiros contatos com as então recentes descobertas da teoria microbiana. Constatamos que tais concepções eram muitas vezes reunidas em um mesmo argumento, demonstrando que ao se tentar compreender a presença da varíola na cidade, fazia-se necessário recorrer a diversas opiniões e teorias médicas capazes de lançar luz sobre o fenômeno, bem como orientar e justificar o estabelecimento de políticas públicas para combater tal moléstia.

Em seguida, desenvolvemos nossa reflexão acerca das concepções de corpo e doença que orientavam as indicações de medidas para prevenção e tratamento da varíola. Dentre elas havia as formas de prevenção através do

---

[148] FINKELMAN, *Op.cit.*.
[149] GADELHA, Georgina da Silva. **Os saberes do corpo**: a "medicina caseira" e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. p.164.

saneamento ambiental baseada na idéia de que diminuindo os transtornos sanitários se impediria o surgimento de doenças; bem como os cuidados com o corpo e a higiene pessoal, os banhos, a alimentação, o uso de tônicos revigorantes; e, sobretudo, a imunização através da vacina, método este específico para prevenção da moléstia. Verificamos ainda que as medidas de tratamento em relação à varíola baseavam-se principalmente na teoria humoral hipocrática ou galênica, cuja terapêutica deveria procurar expelir a doença por meio de depurativos, purgações, etc., ou equilibrar os humores alterados através de um regime de compensações. Todavia, não existia um tratamento específico para a doença, que pudesse levar à sua cura. Aliviavam-se apenas os sintomas, ajudando o corpo a livrar-se da enfermidade, pois como não se compreendia a natureza ou causa da varíola, isso dificultava bastante o entendimento acerca de como tratá-la.

Portanto, em um período durante o qual o conhecimento sobre as doenças se apresentava basicamente marcado por especulações, divergências de opiniões não pareciam faltar entre os médicos e as autoridades públicas. Tais discordâncias, entretanto, não se resumiam apenas às idéias sobre a origem e os meios de propagação da varíola, ou sobre as medidas que deveriam ser recomendadas para sua prevenção ou tratamento. Elas alcançavam também o âmbito da classificação quanto ao tipo de manifestação que a moléstia parecia adquirir na cidade, ou seja, se seu comportamento seria epidêmico ou endêmico. Sobre este debate, e os seus possíveis significados e implicações, é que desenvolveremos nossa análise no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2
"QUEM TEM RAZÃO?": A MANIFESTAÇÃO DA VARÍOLA ENTRE EPIDEMIA E ENDEMIA

Diante das diversas representações construídas acerca da manifestação da varíola em Fortaleza entre os anos de 1891 a 1901, verificamos, através da análise das fontes, que houve, primeiramente na imprensa citadina, uma acirrada discussão sobre o tipo de classificação que se deveria atribuir à ocorrência da doença na cidade. Questionamos então neste capítulo o seguinte: como foram construídas as explicações sobre o comportamento que a moléstia estaria assumindo no espaço urbano? Na tentativa de responder esta pergunta, analisamos inicialmente as possíveis razões da divergência de opiniões entre os clínicos locais sobre a caracterização de tal fenômeno, no intuito de perceber o que estaria em jogo na construção da defesa da existência ou não de uma epidemia na capital cearense.

As notícias que dão conta da ocorrência de alguns casos de varíola publicadas em diversos periódicos locais ao longo dos primeiros dias de março do ano de 1891 estavam provavelmente começando a deixar os citadinos apreensivos quanto ao perigo de que uma epidemia viesse assolar no seio da população. Diante de tal conjuntura, eram comuns as cobranças no sentido de que os poderes competentes viessem a público dar satisfações ao povo acerca do que de fato estaria ocorrendo. Tais exigências parecem ter sido ouvidas, pois, segundo informação publicada no periódico liberal o *Cearense*: "há dias o *Libertador* na parte oficial, declarou para tranqüilizar os espíritos que esta epidemia achava-se extincta"[150].

Contudo, apesar da provável tentativa do governo de através desta categórica alegação conseguir acalmar a população, conforme sugerido no *Cearense*, esta, no entanto, mostrava-se questionável, segundo o referido jornal, ao se contrapor à notícia, publicada dois dias antes naquela mesma folha oficial, de que havia sido "nomeado o Dr. Montesuma para ajudar o inspector da hygiene no

[150] *Cearense*, 25.03.1891. Anno XLV, n.62. Variola. (Noticiário), p.2.

tratamento dos variolosos"[151]. Ao justapor esses registros, ambos extraídos do *Libertador*, em sua publicação, o autor do *Cearense* parece sugerir que estaria havendo uma incoerência entre o discurso e a prática do governo ante aquela situação, pois pouco tempo após assegurar achar-se extinta a epidemia, acabava de nomear um médico para auxiliar o inspetor de higiene no tratamento dos doentes, o que para ele parecia indicar um aumento do número de casos da doença. Fato este que ao contrário de confirmar o fim da epidemia, negava-o. Por isso, o referido autor ao anunciar sua conclusão diante do assunto, alertava o seguinte: "a notícia que corre é que a cidade está empestada"[152].

O posicionamento e pronunciamento imediato dos governos diante de casos semelhantes não parecem divergir muito, a princípio, do adotado pela administração do Ceará em meio àquela desagradável circunstância. Segundo explica Jean Delumeau, "quando aparece o perigo do contágio, de início procura-se não vê-lo. As crônicas relativas às pestes ressaltam a freqüente negligência das autoridades em tomar medidas que a iminência do perigo impunha"[153]. A justificativa para tais atitudes por parte das autoridades públicas – como as de Fortaleza –, que logo no início apressam-se em defender a não existência de uma epidemia, parece bem clara aos olhos de seus contemporâneos, pois o autor da notícia divulgada no jornal o *Cearense* utiliza como argumento para explicar tal declaração dada pelo governo o fato de ter sido ela feita *para tranqüilizar os espíritos*. De fato, pretendia-se com isso não assustar a população.

Enquanto a doença só causava um limitado número de óbitos, ainda se podia esperar que ela regredisse por si mesma antes de devastar toda cidade. Assim, por conta do medo legítimo que uma epidemia provocava, tentava-se a todo custo retardar pelo maior tempo possível o momento no qual ela teria que ser encarada. Médicos e autoridades procuravam então enganar a si mesmos. Acalmando as populações, tranquilizavam-se por sua vez. Conforme afirma Jean Delumeau, é possível constatar em momentos de crise comumente uma espécie de unanimidade na recusa a palavras vistas como tabus. Durante o surto de alguma doença, "evitava-se pronunciá-las. Ou, se eram ditas no começo de uma epidemia,

[151] Idem.
[152] Idem.
[153] DELUMEAU, *Op.cit.*, p.170.

era em uma locução negativa e tranquilizadora como *não é a peste propriamente dita*"[154]. Nomear o mal significava atraí-lo e demolir a última barreira que o mantinha à distância. Contudo, chegava um momento em que não se podia mais evitar chamá-lo por seu horrível nome. Nessa ocasião, o pânico tomava de assalto a cidade.

No dia 04 de abril de 1891, ainda em meio a controvérsias em torno da existência ou não de uma epidemia de varíola em Fortaleza, foi veiculada na sessão *A pedido* do jornal *O Estado do Ceará*, uma carta escrita em 26 de março daquele ano, publicada sob o título *Quem tem razão?* e assinada única e sugestivamente pelo epíteto: *Demócrito*. O fato é que Demócrito – seja este apenas o nome do autor da carta ou um pseudônimo por ele utilizado provavelmente na expectativa de que esta representasse os anseios de toda a população da cidade que se interessava e se sentia afetada por tal polêmica – desejava explicações, pois, escreve ele:

> Diante das calamidades publicas, que assoberbão os povos ninguem tem o direito de occultar-lhes as verdades sabidas, nem tão pouco de alterar-lhes os espiritos pela horribilidade de fatos inverosimeis.
> São extremos que não se devem tocar.
> Já não vai assim acontecendo entre os homens da sciencia que fazem parte da illustre corporação medica residente n'esta capital.[155]

A polêmica em questão fora ocasionada pela publicação de dois artigos "diametralmente opostos em seus acertos"[156], feita através do periódico *Libertador*, sob o título *Varíola*. O primeiro texto, publicado no dia 24 de março, vinha assinado pelo Dr. Guilherme Studart, clínico reconhecido e respeitado na cidade tanto por sua atuação médica, quanto por seus escritos relacionados à medicina, saúde e higiene no Ceará. Já o segundo, do dia 25, trazia "a firma respeitável do Sr. Dr. Marinho de Andrade"[157], então inspetor de higiene do Estado. Vale salientar que a publicação destes dois artigos pelo mesmo jornal, sendo este ainda a folha oficial do governo à época, revela que as divergências de opinião entre os doutores ultrapassavam as discussões político-partidárias entre governistas e oposicionistas representados por periódicos distintos.

---

[154] Ibidem, p.172. Grifos do autor.
[155] *O Estado do Ceará*, 04.04.1891. Anno I, n.191. QUEM TEM RAZÃO? p.3. (A pedido)
[156] Idem.
[157] Idem.

A preocupação que parecia incomodar Demócrito – o autor e/ou o povo – era a de que os homens da ciência, ou seja, aqueles que detinham e representavam um saber científico, que à época se pretendia verdadeiro, absoluto, positivo e que deveria manter-se fora de qualquer contestação, estivessem, no entanto, se contradizendo em suas afirmações acerca da manifestação da doença na cidade. Segundo ele, enquanto o Dr. Studart afirmava o fato de "a epidemia da varíola assolar no seio da população cearense"[158], o Dr. Marinho negava "a existência do alegado por não estar provado"[159].

A falta de consenso no discurso dos esculápios abria espaço para o surgimento da seguinte questão formulada por Demócrito: "Onde está, pois a verdade?"[160]. Tal anseio baseava-se no fato de, como disse o autor, diante das calamidades que atingem os povos, ninguém ter o direito de ocultar-lhes a verdade nem de alterar-lhes os espíritos com fatos inverossímeis. Então, para ele, era imprescindível que fosse divulgada a verdade, nada mais, nada menos que a verdade, sem exageros nem eufemismos e, sobretudo, sem contradições.

A verdade quando encarada conforme seus modos históricos de produção, segundo propõe Foucault, revela-se em um vínculo recíproco com os mecanismos de poder: "o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder"[161]. Assim, podemos dizer que, se a verdade é efeito do poder das regras segundo as quais determinados saberes têm competência para a verdade, tal autoridade lhes atribui, por seu turno, os direitos de uso do poder[162]. Portanto, em seu nome é que se distingue não só o verdadeiro e o falso, como o permitido e o interditado, o correto e o errado, o normal e o patológico, etc.. E, na sociedade ocidental, são os discursos reconhecidos como científicos os que compõem os saberes aceitos como verdadeiros.

Dessa forma, na Fortaleza do final do século XIX, o saber que parecia ter competência para a verdade, capacidade essa que lhe atribuía os direitos de uso do poder para determinar com precisão o que seria verdadeiro ou falso, era sem dúvida

---

[158] Idem.
[159] Idem.
[160] Idem.
[161] FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In.: _____. 1979, *Op.cit.*, p.142.
[162] MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**: textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

a medicina[163]. Neste sentido, a divergência no discurso dos esculápios não condizia com a imagem de confiabilidade que os defensores da ciência, sobretudo da medicina, prezavam por manter. Assim, justificava-se a publicação da carta solicitando esclarecimentos aos doutores, alertando que:

> Si a pobre população ignorante e estranha a sciencia vê a controversia, e a duvida entre os sacerdotes, não será n'este caso incutir o medo que ficará *colaborando de modo desastroso com as enfermidades* na phrase do Sr. Dr. Guilherme Studart em seu citado artigo?[164]

Diante de tal assunto, julgava-se importante que os homens da ciência não dessem margem a dúvidas ou suspeitas capazes de disseminar o temor entre a população. A idéia de que o povo seria naturalmente predisposto ao medo não era nova. Segundo Jean Delumeau[165], desde a Antiguidade até data recente, se exaltou a valentia individual dos heróis que governavam a sociedade, e era necessário que eles fossem apresentados sob esta perspectiva a fim de justificar aos seus próprios olhos e aos do povo o poder de que estavam revestidos. Inversamente, o medo era representado como o quinhão vergonhoso e banal que explicava a sujeição dos plebeus. Assim, foi se instituindo esse lugar-comum em que o autor da carta se sustenta ao mencionar que a pobre população estaria propensa ao medo porque ignorante e estranha à ciência, ou seja, porque não detinha o saber, a certeza e a convicção da verdade dos fatos, que não daria – ou pelo menos não deveria dar – espaço à dúvida ou ao medo.

O argumento utilizado por Demócrito para requisitar uma deliberação consensual por parte dos médicos em relação ao assunto discutido era o de que a controvérsia entre os sacerdotes poderia incutir o medo na população. Este, por sua vez, conforme as palavras extraídas do artigo do Dr. Studart, tenderia a colaborar com a disseminação da enfermidade. Partindo desta mesma idéia, escrevia em 1832 o autor de um relato contemporâneo à epidemia de cólera na França, o qual, segundo Jean Delumeau, informava o seguinte: "Viram-se as vivas emoções da alma como podendo agravar em muitos casos o estado dos doentes e até como

---

[163] Sobre a influência da medicina e da biologia como parâmetros para as idéias e ações sobre a cidade no século XIX, ver: GUNN; CORREIA. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In.: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

[164] *O Estado do Ceará*, 04.04.1891. Anno I, n.191. QUEM TEM RAZÃO?, p.3. Grifos do autor.

[165] DELUMEAU, *Op.cit.*.

podendo causar a doença"[166]. De fato, durante muito tempo, a medicina foi receptiva à idéia de que o medo das doenças poderia ser representado como um elemento que predispunha os indivíduos a se tornarem vulneráveis aos seus ataques.

Em vista da polêmica gerada a partir da publicação dos dois artigos médicos contraditórios, o autor da carta passa a transcrever alguns dos argumentos utilizados pelos doutores para justificar suas diferentes posturas diante da ocorrência da doença na cidade, salientando que para o inspetor de higiene, o Dr. Marinho de Andrade, era preciso o registro "*pelo menos* de 270 variolosos para então poder afirmar a existência real da epidemia quando agora só tem informa 27!"[167]. Assim, Demócrito conclui que o inspetor estaria então "com efeito muito longe de organizar seu batalhão"[168].

A própria forma como o argumento do Dr. Marinho é transcrito exprime a crítica que o autor da carta faz ao inspetor de higiene utilizando-se do grifo no termo *pelo menos*, visando além de especificar que estaria citando exatamente como o doutor havia escrito originalmente em seu artigo, possivelmente também ressalta o exagero que teria cometido o inspetor ao se referir à necessidade do registro de tantos casos para poder considerar a existência de uma epidemia de varíola na capital. O que é ainda sugerido pelo uso do ponto de exclamação que Demócrito coloca ao final de tal afirmação, seguido do comentário sobre a morosidade do inspetor em organizar pessoal, equipamento e recursos, ou seja, o seu *batalhão* para combater a doença.

Já o argumento do Dr. Guilherme Studart, transcrito por Demócrito, parece se situar em discordância à alegação feita pelo Dr. Marinho. Segundo o autor da carta, o Dr. Studart estaria dando o grito de alerta, ao anunciar em seu artigo que "*no bairro do Oiteiro casas ha cujos habitantes tem sido acometidos na totalidade*"[169]. Além da citação do doutor, Demócrito faz referência ainda ao seguinte aviso: "as boticas dirão alerta estamos"[170], indicando provavelmente o aumento da procura de remédios e preservativos contra a doença nas farmácias da cidade.

---

[166] Ibidem, p.183.
[167] *O Estado do Ceará*, 04.04.1891. Anno I, n.191. QUEM TEM RAZÃO?, p.3. Grifos do autor.
[168] Idem.
[169] Idem. Grifos do autor.
[170] Idem.

Tanto o relato do doutor quanto a advertência acerca das boticas concordam com a indicação da existência ou iminência de uma epidemia de varíola em Fortaleza.

Tais alegações sugerem que em presença de fatos de tamanha gravidade fazia-se necessário pôr a população em alerta expondo o perigo a que as pessoas estariam sujeitas. Estas afirmações procuravam ainda demonstrar o quanto deveria ser imprescindível certa urgência na organização de ações capazes de opor eficazes obstáculos ao desenvolvimento epidêmico da moléstia. Porém, tudo isso parecia bem distante da opinião do inspetor de higiene, segundo a qual não haveria razão para esse alarde, nem necessidade de uma rápida execução de medidas enérgicas contra a manifestação da varíola na cidade. Diante da exposição de afirmações tão divergentes, Demócrito manifesta sua perplexidade através do seguinte questionamento: “Quem os entende?”[171].

Entendemos os possíveis significados de tão diferentes discursos quando os consideramos enquanto jogos de representações. Segundo Roger Chartier, “as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”[172]. Neste sentido, compreendemos como a *verdade* tão cobrada e desejada por Demócrito diluía-se diante de versões criadas a partir de pontos de vista opostos, respaldados em experiências e argumentos diferenciados, e que estabeleciam ambas verdades ou interpretações verdadeiras sobre o fenômeno da manifestação da varíola na capital cearense.

Deste modo, o Dr. Marinho de Andrade, que ocupava o cargo de inspetor de higiene, responsável por administrar a saúde pública do Ceará com base em evidências confiáveis e indiscutíveis como eram consideradas à época as estatísticas ou o número exato de casos registrados, não recorre à toa a este argumento para provar sua alegação quanto a não existência de uma epidemia da doença na cidade. Pois, com os parcos recursos disponíveis à inspetoria e contando apenas com o auxílio de um ajudante, era preciso primeiramente ter justificativas bem convincentes para conseguir do poder legislativo a aprovação de um orçamento e do executivo a liberação da verba necessária à realização do conjunto de ações

[171] Idem.
[172] CHARTIER, *Op.cit.*, p.17.

que se fariam indispensáveis diante de uma epidemia de varíola. Não era, portanto, uma tarefa fácil colocar em prática as medidas sugeridas pelos demais clínicos da capital e requisitadas através da imprensa da cidade.

Considerando as questões expostas, entende-se o porquê da pressa do inspetor de higiene em divulgar no periódico oficial do governo, no dia seguinte à publicação feita pelo Dr. Guilherme Studart no mesmo jornal, um artigo com a sua assinatura negando as alegações feitas pelo ilustre facultativo e ainda tendo a preocupação de opor ao relato do mesmo a prova, para ele, incontestável representada através do registro do número de indivíduos acometidos pela enfermidade. Para o inspetor era uma questão de honra e do dever que implicava o seu cargo defender-se das possíveis acusações de inércia diante de uma calamidade pública. Por isso, tentar provar a inexistência da epidemia significava preservar a sua reputação diante da população, pois se não havia medidas enérgicas por parte da inspetoria era porque não havia razão para tal.

No entanto, não pareciam menos verdadeiras aos olhos do público, que acompanhava angustiado a manifestação da doença e as notícias dos jornais, as afirmações presentes no artigo do Dr. Studart. Aliás, ele não fora o primeiro a alardear na imprensa o risco de uma epidemia de varíola na capital. Suas preocupações encontravam eco em outras publicações sobre o assunto, veiculadas sob variadas formas como notas, editoriais, anúncios, etc. em diversos periódicos da cidade. Se os argumentos do Dr. Marinho baseavam-se em dados numéricos com aparente valor de objetividade, os do Dr. Studart não eram considerados menos objetivos, pois ele recorre à observação de um clínico respeitado que provavelmente elabora seu relato a partir daquilo que vira ao ir visitar seus pacientes ou do que ouvira falar entre os próprios habitantes da urbe.

De tal impasse advém, portanto, a dúvida motivadora da publicação assinada por Demócrito e que provavelmente representava também um pouco do ambiente de tensão vivenciado pela população citadina em decorrência do aparecimento de diversos casos de varíola na capital. Neste sentido é que o autor da carta conclui salientando o seguinte:

> A transcendência do assumpto, o facto e sua contestação nos impõem o dever de chamarmos extrajudicialmente aos illustres facultativos á

> explicações, máxime, por ser certo, que se trata de questão de interesse publico, na qual não duvidaremos tomar parte, com o louvado, offerecidos pela população desvalida, que é a prejudicada na questão vertente. Se para tanto for preciso estudaremos o velho Arabe *Rharzy* [sic], não nos pouparemos.
> Por ora queremos saber – *Quem tem razão?*
> Fortaleza, 26 de março de 1891. *Demócrito.*[173]

Diante da dúvida ocasionada pela falta de consenso entre os doutores, Demócrito chega a fazer referência à possível necessidade de recorrer ao *velho Arabe Rharzy*, na tentativa de elucidar tal questão. Este médico árabe do século X conhecido como Rhazes foi o primeiro a elaborar um diagnóstico que diferenciava a varíola de outras doenças eruptivas como o sarampo a partir de seus sintomas aparentes[174]. Apesar de seu discernimento, ele desconhecia o caráter contagioso da doença, assim como seu período de incubação – de dez a quatorze dias – tempo mais do que necessário para que um infectado percorresse longos caminhos, mesmo que a pé, disseminando a varíola por onde passasse[175].

O fato de haver divergências acerca de um assunto de suma importância para a população da cidade, como parecia ser o caso exposto, justifica a publicação da carta e o empenho em cobrar explicações satisfatórias dos médicos aos habitantes da capital. Não é sem motivo que Demócrito termina seu texto enfatizando a questão: "Por ora queremos saber – *Quem tem razão*?"[176]. Através do uso do verbo na primeira pessoa do plural, ele visa dar uma idéia de coletividade, ou seja, demonstrar que essa era uma exigência que não partia somente dele, que não dizia respeito somente a ele, mas que representava toda uma sociedade desejosa de explicações.

O processo de consolidação da medicina científica, segundo aponta Gabriela Sampaio[177], foi lento e conflituoso. A autora evidencia que, ainda em fins do oitocentos, importantes disputas eram travadas entre os médicos, as quais revelavam mais do que divergências pessoais ou brigas por pacientes. Tratava-se de diferenças sobre questões internas referentes aos procedimentos, às

---

[173] *O Estado do Ceará*, 04.04.1891. Anno I, n.191. QUEM TEM RAZÃO?, p.3. (A pedido). Grifos do autor.
[174] SOURNIA; RUFFIE. **As epidemias na História do homem**. Lisboa: Edições 70, 1986.
[175] PEREIRA, *Op.cit.*, p.96.
[176] *O Estado do Ceará*, 04.04.1891. Anno I, n.191. QUEM TEM RAZÃO?, p.3. (A pedido). Grifos do autor.
[177] SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

recomendações médicas e aos princípios da ciência. O que acabava por colocar em questão a hipótese de que a força da ciência médica, muitas vezes representada como absoluta e atemporal, residiria simplesmente nas dimensões do poder contidas no saber. Pois, embora os médicos que lutavam para conseguir maior prestígio entre as autoridades públicas e a sociedade desejassem assim apresentar sua medicina científica, os meandros dessa história têm se mostrado bem mais complexos e contraditórios do que pretendiam tais doutores.

A literatura médica do Ceará, durante o século XIX, registra diversos assuntos controvertidos levados à imprensa leiga, privilegiado veículo de comunicação à época. A polêmica geralmente se constituía um espetáculo. Os médicos se afirmavam, se promoviam e buscavam convencer a todos de que eram os donos da verdade. As idéias defendidas enquanto a discussão era travada eram acompanhadas de perto com bastante interesse pela população citadina que discutia as opiniões controvertidas e ansiava vê-las solucionadas[178]. A imprensa sempre deu especial atenção aos assuntos ligados ao bem-estar da comunidade. Assim, podemos encontrar, ao longo do oitocentos, além de várias notícias, artigos, cartas e editoriais, também muitas outras publicações dedicadas ao tema da higiene pública.

As moléstias transmissíveis constituíam sérios problemas de saúde neste período e não raramente surtos epidêmicos grassavam, ceifando vidas e criando implicações de ordem sanitária. Vozes médicas se erguiam e levavam pela imprensa conselhos, orientações e cobravam providências das autoridades competentes no sentido de minorar os sofrimentos da população. Estudaremos, então, a partir da documentação gerada em meio ao debate sobre a ocorrência da varíola na cidade, os possíveis e diversos significados contidos nas representações construídas para nomear, classificar, definir e tentar explicar tal fenômeno.

2.1 – O medo da epidemia e a defesa da higiene

[178] SALES, José Borges. **Bibliografia Médica do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1978.

No decorrer do século XIX, a varíola havia se manifestado epidemicamente por diversas vezes na capital do Ceará. Temos notícias da ocorrência de pelo menos um surto da doença em Fortaleza a cada década. Devido a seus reaparecimentos sucessivos, que a caracterizava na região cearense enquanto uma moléstia endêmico-epidêmica, ela não podia deixar de causar medo entre os habitantes da urbe, principalmente porque as terríveis lembranças da grande epidemia de 1878 ainda permaneciam vivas na memória de muitos. Portanto, ao longo dos anos, a ocorrência de algum surto de varíola, mesmo que fora da capital, não deixava de ser noticiada pelos periódicos locais.

Os fortalezenses atentos ao assunto encontravam nas páginas dos jornais notas como essas, informando que "na capital de Alagoas está grassando com muita intensidade a varíola, tendo já feito muitas vítimas"[179]. Ou ainda avisando que "o bairro do Recife, do Estado de Pernambuco, acha-se em más condições de salubridade: a varíola assumindo caráter epidêmico, ha feito diversas vítimas"[180]. Dentre as notícias da capital Federal, figuravam também as relacionadas ao seu estado sanitário:

> Grassa intensamente a epidemia da variola no Rio de Janeiro. As tres ultimas series da Faculdade de Medicina offereceram gratuitamente os seus serviços para vaccinação da população da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro. Os obitos regulam de 40 a 50 por dia, estando infestados quarteirões.[181]

Cidades como Recife e Rio de Janeiro eram importantes centros comerciais com os quais Fortaleza mantinha intenso contato. Por isso, é provável que tais publicações não tenham sido veiculadas de modo aleatório, antes, para além de relatar o que estava acontecendo nestes grandes núcleos urbanos, procuravam também acautelar os moradores quanto ao perigo de uma possível difusão da epidemia. Notícias como estas eram ocasionalmente publicadas em diversos periódicos citadinos, prestando o serviço não só de alertar os viajantes que se encontravam na cidade e iam em direção às regiões afetadas, mas também visando prevenir a população urbana em relação aos cuidados que se deveria ter quanto à comunicação com indivíduos provenientes dos locais onde a varíola estava

---

[179] *Gazeta do Norte*, 06.03.1889. Anno IX, n.51. Noticias, p.2.
[180] *A Patria*, 21.03.1890. Anno I, n. 63. Notícias, p.2.
[181] *O Estado do Ceará*, 14.09.1891. Anno II, n.318. p.2. (Notícias)

grassando epidemicamente no sentido de evitar a manifestação da doença na capital.

No entanto, apesar do empenho na publicação de tais avisos, algumas vezes o mal irrompia no espaço citadino. Com efeito, desde o início de março de 1891, passaram a circular em alguns jornais da cidade notícias como a seguinte, informando que "tem se dado no bairro do Outeiro muitos casos de varíola, alguns dos quais se tem resolvido em morte dos atacados"[182]. E alertando para o fato de "que esta terrível moléstia tende á propagar-se, aumentando de dia para dia o numero dos doentes recolhidos ao hospital da Jacarecanga"[183]. Tais publicações eram comumente acompanhadas de reclamações direcionadas à administração pública, no intuito de averiguar "que providências, para prevenir uma epidemia, têm tomado o Sr. Governador, a intendência e o medico da hygiene? O publico, sobressaltado, não as conhece"[184]. Tais pedidos de resposta demonstram o clima de insatisfação que se alastrava na imprensa diante do registro e crescimento do número de casos de varíola na cidade.

Conforme a doença se disseminava entre os moradores da urbe, ela ganhava cada vez mais espaço nos periódicos locais, passando de pequenas notas a extensos artigos. Na tentativa de legitimar seu discurso, a imprensa procurava contar com a participação de especialistas na composição de suas seções. Assim, não foi difícil encontrar nas colunas de algum jornal citadino, dias após as primeiras notícias sobre o aparecimento da varíola em Fortaleza, alguns artigos médicos discorrendo sobre o assunto. Os doutores eram chamados a fazer uso de seu *discurso competente*[185] para dar à sociedade possíveis esclarecimentos sobre os motivos para o advento da moléstia; informar acerca de seus perigos; dos cuidados higiênicos que cada um deveria ter; e ainda indicar as medidas que deveriam ser tomadas, além de cobrar do governo a realização destas.

O discurso competente, conforme explica Marilena Chauí, "é aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em

---

[182] *O Estado do Ceará*, 07.03.1891. Anno I, n.172. Varíola, p.2. (Notícia)
[183] *Cearense*, 12.03.1891. Anno XLV, n.52. Noticiário, p.2.
[184] Idem.
[185] CHAUÍ, *Op.cit.*.

qualquer circunstância"[186]. Sendo então, um discurso em que os interlocutores já foram antecipadamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, onde os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria alçada. O discurso da competência em sua forma clássica, no século XIX, tratava-se de uma fala proferida do alto e que, graças à transcendência então conferida às idéias, nomeava o real, possuía critérios para distinguir a civilização da barbárie, o normal do patológico, o verdadeiro do falso, e se destinava a pôr ordem no mundo e ensinar. Tal discurso emitia conhecimento sobre a história em termos de progresso e continuidade, oferecendo, com isto, um conjunto de referenciais seguros fixados no passado, cuja obra estaria sendo continuada pelo presente e seria terminada pelo futuro[187].

Desta forma, um "distinto clínico"[188] da capital fora convidado pelo diário *O Estado do Ceará* a fazer uso de suas atribuições, publicando em tal periódico o artigo intitulado *A EPIDEMIA DA VARÍOLA* no qual procurava elucidar o surgimento da doença na cidade. Ao desenvolver sua explicação para tal fenômeno, o médico assinala o seguinte: "há mais de um ano que a varíola devasta os estados visinhos do sul e todos os vapores que vinham d'aquella procedência nos traziam aos dois e quatro variolosos"[189]. Esta afirmação encontra-se de acordo com as notícias citadas anteriormente, publicadas entre os anos de 1889 e 1890, e que dão conta da manifestação de epidemias de varíola nas capitais dos estados de Alagoas e Pernambuco, respectivamente. Em seguida, o doutor reclama que a única medida preventiva tomada em relação à chegada destes variolosos limitou-se "á hospedal-os no lazareto da Lagoa Funda"[190]. Quando, na verdade, diz ele, "os reclamos da sciencia e interesses sociais"[191] deveriam tê-los impelido "à necessidade imperiosa e urgentíssima de estatuirmos desde logo um plano bem estudado de medidas prophylaticas atinentes á evitar a difusão da moléstia"[192]. Os contatos comerciais com os locais infectados, o acolhimento de doentes e a precariedade das medidas

[186] Ibidem, p.10.
[187] Ibidem.
[188] *O Estado do Ceará*, 31.03.1891. Anno I, n.187. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[189] Idem.
[190] Idem.
[191] Idem.
[192] Idem.

de prevenção, enfim, toda esta conjunção de fatores parece ter concorrido para a propagação da varíola no espaço urbano, segundo indica o doutor.

De fato, os casos da doença estavam rapidamente se desenvolvendo na cidade, a ponto de o mesmo clínico asseverar em outro de seus artigos que "até onde pode chegar a previsão medica supomos e com algum fundamento que vamos ter uma epidemia de varíola extensa e intensa"[193]. Diante dos fatos observados, o doutor passa a alertar não apenas a população, mas sobretudo o inspetor de higiene do Estado, a quem dirige seu artigo, quanto a uma provável configuração epidêmica da doença. Ele prossegue então explicando que era preciso, desde o surgimento dos primeiros casos, pôr em prática medidas higiênicas eficazes. O que, no caso da varíola, significava principalmente estabelecer um serviço regular de vacinação e revacinação, pois:

> Em geral não começão as epidemias accommettendo as centenas de individuos a um tempo, vão ellas pouco a pouco se desenvolvendo, crescendo sempre até atingir o periodo de fastígio, quando então envolvem em seu luctuoso manto as populações inteiras.
> E' talvez o que irá acontecer. [194]

O doutor, prevendo a possível constituição de uma epidemia, clama então ao governo providências urgentes no sentido de evitá-la. Ele justifica sua cautela fundamentando-a em uma explicação baseada no conhecimento do mecanismo de tal fenômeno, alertando assim a todos sobre o perigo iminente. O artigo seguinte, escrito pelo mesmo médico, ocupa lugar na principal seção do periódico, o editorial, passando assim a representar a fala e expressar a opinião do próprio jornal sobre a matéria. Tal editorial, publicado apenas três dias após o artigo acima, já apresenta o veredicto acerca da existência da epidemia na cidade:

> Eis-nos em face da mais pungente fatalidade; já não deve pairar, ainda mesmo nos espiritos os mais scepticos, duvida alguma acerca da existencia da epidemia de variola. Parece-nos, que quando traçavamos os nossos primeiros artigos, eramos impulsionados pela força irresistivel de uma previsão. A cidade, que se achava em estado de verdadeiro sitio, começa a ser invadida pelo implacavel inimigo. E de facto. A terrivel molestia já farta de accommetter o grande numero de habitantes dos arredores irrompe com surpresa no centro das ruas mais populosas e habitadas.[195]

---

[193] *O Estado do Ceará*, 28.03.1891. Anno I, n.185. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo)
[194] Idem.
[195] *O Estado do Ceará*, 31.03.1891. Anno I, n.187. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

Ao afirmar categoricamente a existência de uma epidemia de varíola em Fortaleza, o autor utiliza como argumento em defesa de sua alegação o episódio representado como o ponto de inflexão no desenvolvimento da doença na cidade, qual seja, a ocorrência de casos da moléstia não mais apenas entre os moradores dos subúrbios, mas o fato dela irromper *com surpresa no centro das ruas mais populosas e habitadas*. Tal afirmação a nosso ver indica que esta conceituação de epidemia se apresenta carregada de sentido político. Seu emprego subordina-se mais ao problema da ameaça social que a doença traz ao atingir indivíduos detentores de melhores condições higiênicas que os moradores dos arredores, do que ao número total de sujeitos afetados. Preocupação que se verifica também na publicação da seguinte notícia sobre o registro de casos da moléstia:

> Consta que a variola vai grassando espantosamente pelos arrabaldes desta cidade. A ser verdade, é de imprescindivel urgencia uma vista do sr. Delegado da Hygiene Publica sobre o estado em que se acham esses arrabaldes porque claro é que, a variola visitar o centro da nossa capital, é cousa somente de instantes.[196]

Em tais publicações, a preocupação que parece motivá-las não se mostra relacionada apenas ao simples fato de serem registrados alguns casos da doença, antes há certa apreensão quanto à ocorrência destes em um determinado espaço da urbe – o centro. A idéia que se apreende a partir de tais observações é a de que seria preciso preservar a região central da cidade e seus habitantes, porque não era considerado normal estes serem acometidos pela varíola. Tal episódio é então concebido como excepcional e inaceitável. Diante do qual era preciso fazer cobranças ao governo para que essa situação fosse resolvida imediatamente. Ou seja, o fato da doença manifestar-se nos arrabaldes da cidade, onde as condições de vida não eram boas, não chegava a ser considerado tão assustador quanto ela chegar a atingir o centro urbano, provavelmente o lugar de onde falavam os autores de tais publicações, impulsionados assim pelo medo gerado devido à ameaça da proximidade com a doença.

Desta forma, o que parecia causar mais surpresa, mais temor, mais estranhamento não era um "aumento brusco e desenfreado do número de doentes"[197] – como geralmente se conceitua a ocorrência de uma epidemia –, mas o

---

[196] *O Estado do Ceará*, 03.10.1891. Anno II, n.335. VARIOLA, p.2. (Notícias)
[197] PEREIRA, *Op.cit.*, p.13.

fato de que a varíola passasse a fazer vítimas na região central da cidade. Tal acontecimento era digno de nota e requeria medidas urgentes, pois, segundo alerta o doutor, “em uma cidade perfeitamente acceiada convenientemente saniada é difícil penetrar epidemias e quando por ventura se manifestem a benignidade de sua acção as tornam suportáveis”[198]. Portanto, recomendava-se que “a boa hygiene sendo a condição primordial da saúde publica deve despertar a máxima solicitude por parte d'aqueles a quem incumbe velar em sua manutenção”[199].

A manifestação da epidemia encontra-se então diretamente relacionada às condições higiênicas da urbe. O fato da doença irromper *no centro das ruas mais populosas e habitadas* devia-se assim a uma brecha criada pela falta de cuidados higiênicos na cidade. Em estudo sobre a percepção da constituição epidêmica durante o século XVIII na Europa, Foucault observa que a essência da epidemia não era a doença em si, mas os diversos fatores que influenciavam as condições de salubridade das cidades no momento de ocorrência das epidemias e que contribuíam definitivamente para a configuração e a gravidade que as doenças adquiriam no contexto em que se manifestavam. “As formas patológicas familiares são convocadas, mas para um jogo complexo de entrecruzamentos em que ocupam lugar análogo ao do sintoma em relação à doença”[200]. O fundamento essencial é definido pelo momento e pelo lugar em que a enfermidade se manifesta. Neste sentido é que entendemos a razão das constantes cobranças de medidas de saneamento da capital como forma de impedir o desenvolvimento epidêmico da varíola na cidade.

Contudo, apesar das exigências e das críticas recorrentes na imprensa durante os primeiros meses de 1891, parece que as medidas enérgicas tão requisitadas não foram tomadas, nem tampouco é provável que o número de casos tenha crescido de forma tamanha a assombrar o espírito dos cidadãos, embora a varíola continuasse se manifestando e de forma crescente entre a população urbana. Fato que levou o doutor Luna Freire, clínico da cidade, a publicar no periódico *O Estado do Ceará* um artigo sobre o assunto, intitulado *A varíola entre nós*, no qual reclama que:

---

[198] *O Estado do Ceará*, 02.04.1891. Anno I, n.189. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)
[199] Idem.
[200] FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª ed., 2008b. p.24.

> Ainda não ha muito tempo alguns collegas empenharão-se em discussão calorosa sobre a epidemia da variola, que se dizia declarada, e a opinião publica interessou-se pelo debate que de perto lhe affectava. Agora, porém, que duvida alguma pode haver sobre a existencia da variola entre nós e de modo epidemico, indisculpavel silencio tem-se feito sobre o assumpto e de maneira tão insolita, que nos somos obrigados a vir á imprensa despertar o publico e ao mesmo tempo chamar a attenção dos competentes poderes para o problema importantissimo da hygiene prophylatica da variola. [201]

O artigo segue argumentando que os países cultos assinalavam-se pelo modo com que eram tratadas as questões referentes à saúde pública e apela para o fato de que o Ceará, que, segundo o autor, estaria se distinguido por marchar adiante de seus irmãos na solução dos graves problemas sociais, "não deixará em estado de incúria tão censurável essas graves questões e saberá opor os meios hygienicos modernos à marcha da epidemia que ameaça flagelar-nos de modo assombroso"[202].

Na tentativa de retomar o debate, que segundo o doutor Freire havia sido insolitamente silenciado na imprensa durante aquele complicado período, ele estabelece uma relação direta entre o cuidado que se dedica à questão da saúde pública e o grau de civilização de um povo. Este argumento é utilizado para justificar sua apelação feita às autoridades no sentido de tomar sérias providências para retirar a higiene "do caos em que jaz mergulhada"[203]. A mesma referência à importância que adquiria a adoção de meios higiênicos modernos para a profilaxia da varíola naquele momento, mais especificamente a propagação dos métodos de vacinação, pode ser percebida também através de um testemunho de época, no caso, o dicionário do Dr. Chernoviz em seu verbete sobre a varíola:

> As causas das bexigas não são conhecidas (...). Com frequencia, grassa epidemicamente sobre muitas crianças e pessoas jovens da mesma cidade; mas estas epidemias, geralmente mui mortíferas, só se observam nos paizes em que a ignorância, os preconceitos, ou a incúria se oppõem á propagação da vaccina.[204]

A observação feita pelo doutor acerca das condições de ocorrência das epidemias de varíola nos países em que estas ainda se davam oferece-nos uma interpretação para a representação construída sobre o lugar prioritário que o problema da doença deveria ocupar no conjunto das políticas de saúde pública de

---

[201] *O Estado do Ceará*, 18.05.1891. Anno I, n.227. A variola entre nós, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Luna Freire)
[202] Idem.
[203] Idem.
[204] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.325.

uma nação civilizada. Pois, ao indicar que somente num país onde predominavam *a ignorância, os preconceitos, ou a incúria*, impedindo a propagação da vacina, é que poderia ainda grassar a varíola, o autor sugere que esta era uma questão que já havia sido enfrentada e superada nos países civilizados, progressistas, e que, principalmente por suas boas condições higiênicas, eram considerados mais adiantados.

Portanto, a pouca difusão da vacina e a ocorrência de epidemias eram alguns dos índices construídos e utilizados à época para medir o grau de atraso de uma região em relação a um determinado modelo de civilização, no caso, o das importantes metrópoles européias, como Paris, que servia de exemplo para diversas cidades no período, dentre elas Fortaleza. Segundo Sidney Chalhoub[205], era considerado um vexame a repetição de epidemias de varíola já em fins do período imperial, pois tal moléstia era tida como uma doença do passado, superada definitivamente pela profilaxia médica desde a difusão dos métodos de vacinação. A varíola é apresentada então, na fala do Chernoviz, como um problema antigo e já ultrapassado pela moderna ciência médica há muito tempo e que representava um obstáculo à marcha do país rumo ao progresso e à modernização.

Enquanto a recorrência de epidemias é representada como sinônimo de atraso em relação a um ideal de civilização, a higiene é cada vez mais exaltada nos discursos da época enquanto uma técnica moderna de grande utilidade e importância, da qual não se poderia duvidar. Assim garante o autor da seguinte publicação feita em nome do jornal *O Estado do Ceará*: “desde as eras mais remotas, até os nossos dias, que a hygiene ocupa lugar honrosissimo entre as demais sciencias, que poderosamente tem contribuído para o esplendor e engrandecimento da humanidade”[206]. Tal entusiasmo é também verificado na transcrição que Thomaz Pompeu faz do discurso que o Dr. Joseph Fayer havia apresentado no Congresso Internacional de Hygiene realizado em Londres:

> <<Progresso sem precedentes em todos os ramos do saber humano caracterisão o seculo actual, e a medicina preventiva participou largamente deste movimento geral. Revela entretanto notar que foi na ultima metade deste seculo que esses progressos se accelerárão, e nos ultimos annos

[205] CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
[206] *O Estado do Ceará*, 03.04.1891. Anno I, n.190. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

> sómente que, abandonando as regiões da duvida e da hypothese, a hygiene preventiva se apoiou sobre o terreno mais firme e mais solido das deduções experimentaes e dos factos positivos. [...] <<Os obstaculos principaes que se oppunhão ao desenvolvimento das medidas de hygiene erão de um lado devidas á ignorancia e de outro á falta de confiança nas medidas a executar. Um conhecimento mais completo das leis biologicas, idéas mais racionaes sobre a natureza e as causas das molestias determinárão gradual, mas seguramente, um melhoramento das condições de existencia, por conseguinte uma diminuição, uma attenuação, sem ousar dizer uma desapparição, das causas morbidas que têm exercido até hoje uma influencia tão nefasta sobre a sociedade humana.[207]

O fim do século XIX parece então ser um momento em que o progresso e a vitória da ciência povoavam o imaginário das pessoas. O clima apresentado era de que o desenvolvimento da civilização seria um caminho sem volta. Era a ocasião em que a burguesia, orgulhosa de seu avanço, vislumbrava na ciência a possibilidade de realizar seus sonhos[208]. Tal processo representava o triunfo da modernidade, de um tempo em que as certezas, a crença no progresso, na ciência, na prosperidade e na civilização pareciam contagiar a muitos. E a convicção do papel fundamental que a higiene estaria protagonizando neste importante período parece inabalável, pois com a racionalização do conhecimento médico não haveria mais espaço para obstáculos como a ignorância e a falta de confiança nas medidas higiênicas. Em consonância com estas idéias parece se colocar ainda o autor do seguinte editorial, que, ao tratar da importância da higiene, ressalta o seguinte:

> No seculo actual ha ella realisado portentosas maravilhas á ponto de já alguem a haver considerado como a verdadeira medicina dizendo: A medicina do futuro é a medicina preventiva, é a hygiene. Os grandes problemas que a ella se ligão, são assumptos de actualidade que intimamente entendem com o desenvolvimento progressivo das sociedades. Entretanto assim não se tem comprehendido entre nós, sendo as nossas palavras n'este tentamen recebidas com indifferentismo e talvez mesmo com aborrecimento. [...] Surprehende-nos ver o Dr. Inspector de Hygiene mostrar-se indifferente e impassivel a tudo quanto o rodeia, acastellando-se em um silencio compromettedor, surdo aos baldões, que de todas as partes lhe devem chegar aos ouvidos.[209]

Após tecer diversos elogios à capacidade da higiene em contribuir para a promoção do progresso da sociedade, o autor passa a criticar a postura assumida pelo inspetor de higiene do Estado, o qual, segundo ele, se mostrava indiferente aos vários alertas de epidemia anunciados pelos periódicos locais, não se dignando a aparecer na imprensa para responder às criticas que lhe eram feitas, nem ao menos

---

[207] POMPEU, 1897, *Op.cit.*, p.85.
[208] COSTA, Ângela Marques. **1890-1914**: No tempo das certezas. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
[209] *O Estado do Ceará*, 03.04.1891. Anno I, n.190. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

a pôr em prática as sugestões dadas por diversos médicos em suas publicações acerca da manifestação da varíola na capital. A ele, parecia inaceitável que o inspetor de higiene se mantivesse alheio à ocorrência de casos da doença e às recorrentes notícias sobre os mesmos diante da tamanha importância que a higiene adquiria no momento.

Poucos dias após a publicação deste editorial, e ainda durante o clima de insatisfação que se desenrolava na cidade por conta da então considerada ineficaz administração do Dr. Marinho de Andrade, inspetor de higiene, em face dos crescentes registros de casos da doença, faleceu "vítima da varíola confluente hemorrágica, Miss Canningham, norte-americana e uma das instituidoras na missão evangélica n'esta cidade"[210]. A missionária protestante Carrie Cunningham havia chegado, em fins de 1890, à Fortaleza onde ajudou a abrir a escola protestante na primeira segunda-feira de 1891[211]. Em meados de março, passou a assumir sozinha o trabalho da escola, indo diariamente ensinar "seus dotes morais às jovens cearenses, cujos pais haviam abraçado a religião protestante"[212]. Tendo sido, porém, vacinada cinco vezes sem bom êxito, "vivia ela receosa de contrair o mal epidêmico"[213], que assolava todo o bairro do Outeiro. No dia 31 de março foi ela "atacada por uma febre alta. E no dia 3 de abril, foi diagnosticado um tipo fatal de varíola"[214], tendo falecido poucos dias depois.

Tal acontecimento, ao que parece estranho e inesperado, foi noticiado por diversos periódicos locais[215]. Bem diferente do que ocorria em relação às vítimas mais comuns da varíola – em sua grande maioria pobres e moradores dos subúrbios da cidade – cujo falecimento comumente nem ao menos era mencionado no obituário local. Este se destinava apenas ao registro do nome dos indivíduos sepultados no cemitério São João Batista e como os variolosos normalmente eram

---

[210] *O Estado do Ceará*, 06.04.1891. Anno I, n.192. Noticias, p.2.
[211] MATOS, Alderi Souza de. **Os pioneiros presbiterianos do Brasil**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
[212] *O Estado do Ceará*, 06.04.1891. Anno I, n.192. Noticias, p.2.
[213] Idem.
[214] MATOS, *Op.cit.*, p.443.
[215] Os registros que possuímos acerca da morte da missionária Carrie Cunningham são: uma nota de falecimento divulgada pelo periódico *O Estado do Ceará* no dia 06.04.1891, um registro no obituário publicado pelo jornal *Cearense* em 11.04.1891, extraído da folha oficial do governo, o *Libertador*. Em seguida, esse fato passou a ser mencionado na seção editorial do jornal *O Estado do Ceará*, em um artigo escrito pelo Dr. Rocha Moreira, e em uma publicação assinada pelo Dr. Helvécio Monte, ambos veiculados também pelo periódico *O Estado do Ceará*.

inumados no campo-santo próximo ao lazareto da Lagoa Funda, destinado especificamente ao enterro dos acometidos de moléstias contagiosas e popularmente conhecido como cemitério de bexigosos, estes acabavam muitas vezes não sendo divulgados nem aparecendo no registro dos óbitos ocorridos na capital. A não ser excepcionalmente, quando se tratava de alguma vítima ilustre como a senhorita "Canninghan, 31 anos, solteira, Estados Unidos, varíola"[216], a qual sequer fora sepultada no cemitério da Lagoa Funda, ou o filho do "nosso prezado amigo Dr. João Othon, honrado juiz de direito, de 18 meses de idade, vítima da varíola, que grassa com intensidade nesta capital"[217].

A notoriedade que tais ocorrências adquiriam, bem como a surpresa e estranhamento que provocavam, indica que, devido à existência mais comum de acometimentos pela varíola entre os pobres e indigentes, julgados vítimas preferenciais da moléstia em face das situações precárias em que viviam, havia então uma expectativa de que a morte aguardasse mais a estes do que ao restante da sociedade que dispunha de melhores condições higiênicas. Era como se a doença tivesse a capacidade de realizar este tipo de seleção dentro de sua marcha implacável sobre os destinos dos povos. Pensava-se ser possível isolar socialmente a varíola. Por isso, quando tal barreira era transposta, considerava-se, de imediato, uma grave ameaça, que precisaria ser urgentemente combatida a fim de que "o mal não visite e não victime uma população inteira"[218].

Certa expectativa quanto a uma possível seletividade social feita pela doença encontra-se presente em diversos relatos acerca da ocorrência de epidemias. Segundo Jean Delumeau, alguns documentos relativos à peste dão a entender que ela era seletiva e que dizimava sobretudo os pobres, como no caso da epidemia de Marselha, em 1720, quando falava-se que "o povo miúdo era aquele que quase sempre era atingido pela peste"[219]. Outros testemunhos, no entanto, vão em sentido contrário, como o seguinte, também citado por Delumeau, o qual descreve a peste que devastou Milão em 1630 e observa que a epidemia, de início confinada nos bairros populares, passou a ganhar em seguida o restante da cidade: "A teimosia dos incrédulos cedeu enfim à evidência, sobretudo quando se viu a

[216] *Cearense*, 11.04.1891. Anno XLV, n.74. Obituário, p.2.
[217] *O Norte*, 16.05.1891. Anno I, n.26. Noticiário, p.2.
[218] *O Estado do Ceará*, 07.10.1891. Anno II, n.338. VARIOLA, p.2. (Notícias)
[219] DELUMEAU, *Op.cit.*, p.167.

epidemia, até então concentrada no povo, expandir-se e atingir pouco a pouco personagens mais conhecidos"[220]. Já Sávio de Almeida, ao citar um documento enviado pelo presidente de Alagoas ao Ministério da Justiça durante a epidemia de cólera que devastava a província em 1856, informa: "A princípio o mal não atacou a gente mais elevada e que melhor se trata; há alguns dias porém, todas as classes hão sido acometidas"[221]. O medo gerado pelo ataque a indivíduos de todas as classes sociais revela a preocupação que se tinha com a ocorrência de tal fenômeno, a ponto de ser esse um forte argumento utilizado para se determinar e caracterizar a existência real de um surto da doença.

O episódio do falecimento da missionária norte-americana vitimada pela varíola veio dar novo fôlego à discussão sobre a existência de uma grave epidemia na cidade e às críticas direcionadas à administração da saúde pública. De modo que, incomodado com o longo silêncio em que jazia o inspetor de higiene do Estado, o qual ainda não havia se pronunciado na imprensa para dar satisfações à sociedade acerca da ocorrência do surto epidêmico e das medidas tomadas pela inspetoria no sentido de obstá-lo, o doutor incumbido de escrever o editorial do jornal *O Estado do Ceará* lança-lhe a seguinte acusação:

> Certamente n'estes ultimos dias se tem dado factos gravissimos, que nos levão a afiançar, que a saude publica assim como todas as questões, que intimamente se ligão á ella, não merecerão siquer ainda, a attenção de S.S. e jámais preoccuparam o seu espirito. [...] Acaba de fallecer de variola hemorrhagica uma senhora estrangeira, professora da congregação evangelica n'esta cidade, que fora infeccionada por se haver collocado em um bond ao lado do Dr. Inspector de Hygiene, que, segundo se diz, não muda de vestimentas quando regressa do lazareto.[222]

Além das constantes denúncias que dão conta da inércia do inspetor de higiene em averiguar os muitos casos de varíola que estariam se manifestando, desde o início do ano, nos arredores da cidade, posteriormente chegando a fazer vítimas no centro urbano, vinha então juntar-se a tais acusações o fato da morte da *senhora estrangeira* acometida de *varíola hemorrágica*, forma grave da doença característica de tempos de epidemia. Não era mais apenas a existência de certo número de indivíduos afetados pela moléstia, nem tampouco o fato dela passar a acometer moradores das ruas centrais da capital, mas agora o que surpreende e

---

[220] Ibidem, p.167.
[221] ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996. p.102.
[222] *O Estado do Ceará*, 07.04.1891. Anno I, n.193. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

parece indicar que, de fato, estariam se dando *fatos gravíssimos*, que sugerem a confirmação da ocorrência de uma epidemia de varíola em Fortaleza, é o tipo de pessoa que havia sido vitimada pela doença e, além disso, a grave virulência que tal moléstia adquirira.

Tal evento parece tornar-se ainda mais impressionante devido à alegação de que o inspetor seria duplamente culpado pela morte da protestante variolosa. Conforme tais insinuações, a falta de preocupação e cuidado com a saúde pública por parte do médico da higiene teria ocasionado o falecimento da missionária Carrie Cunningham de modo direto, por ter ele a infeccionado ao andar de bonde trajando as mesmas vestes que utilizava ao visitar os variolosos no lazareto, e indireto, por não ter alertado os citadinos acerca do risco que estariam correndo e dos cuidados que se deveria ter para evitar o contágio da varíola. Sendo, para isso, no entanto, necessário que o inspetor considerasse e afirmasse a existência de uma epidemia da doença na capital, mas, o Dr. Marinho de Andrade, pelo contrário, "havia garantido ao público e ao governo que não tínhamos na cidade epidemia de varíola"[223]. Assim defende-se o Dr. Helvécio Monte, clínico que tratou da senhorita Cunningham, diante da acusação feita pelo Dr. Marinho de que a morte da protestante teria sido causada por culpa daquele que a tinha "mandado para o Oiteiro á convalescer de moléstia sofrida"[224].

Segundo o Dr. Helvécio Monte, em publicação assinada, veiculada pelo jornal *O Estado do Ceará*, sob o título *AO DR. MARINHO*, tal alegação feita pelo inspetor de higiene era mentirosa, porque "a inditosa moça, minha doente, que falleceu de varíola hemorrágica, sempre residiu no Oiteiro em companhia da família do Sr. Lacy, e nunca foi para ali á mandado meu para convalescer"[225]. Mas, continua o doutor, mesmo que assim tivesse procedido, por que deveria ser culpado pela morte da senhorita Cunningham, se o próprio médico da higiene tinha garantido a todos que não havia epidemia da doença na cidade? "Com que direito, sem observação própria, poderia eu duvidar da palavra duplamente autorisada do profissional e do encarregado da saúde publica?"[226]. O doutor lança então sobre o

[223] *O Estado do Ceará*, 11.04.1891. Anno I, n.197. AO DR. MARINHO, p.2. (Publicação assinada pelo Dr. H. Monte)
[224] Idem.
[225] Idem.
[226] Idem.

inspetor a acusação de omissão diante da manifestação epidêmica da varíola na capital, pois ao negar a existência da epidemia, ele estaria impedindo que as pessoas se prevenissem de forma adequada e tomassem os devidos cuidados para evitar a contaminação.

Na tentativa de se justificar diante do público que acompanhava a discussão noticiada pela imprensa sobre a morte da professora norte-americana vítima da varíola, o Dr. Helvécio procura esclarecer os fatos confessando o seu erro, o qual teria sido o de confiar na declaração do inspetor de higiene acerca da não existência de uma epidemia em Fortaleza, "porquanto, se tivesse sido menos crédulo, teria com muita antecedência aconselhado ao Sr. Lacy para deixar o domicilio, em que estava, implantado no foco de uma epidemia imminentemente contagiosa"[227]. Todavia, esclarece o doutor:

> Tarde dispertei da confiança em que me havia embalado. [...] Só depois de ter a minha clinica aquelle caso grave, proprio das epidemias firmadas, e com tendencia a caracterisal as de assustadoras e gravissimas, foi que duvidei da asseveração do collega, e por minha vez affirmei o contrario do certificado ao publico e ao governo, mas no simples dever profissional, e não para molestal-o. [...] Assim firmei meu juizo de como fôra infeccionada minha doente, e de que a epidemia de variola entre nós era infelizmente uma realidade.[228]

A relação estabelecida entre o surgimento desse tipo grave da doença e a sua manifestação de modo epidêmico parece encontrar sustentação na recorrência destes episódios em surtos anteriores. Conforme relata Rodolfo Teófilo sobre a epidemia que devastou Fortaleza em 1878, "predominavam as formas mais graves de varíola. A hemorrhagica tornou-se comum e foi considerada a *peste negra*"[229], provavelmente em alusão à calamidade epidêmica que assolou a Europa durante séculos[230]. Ainda segundo Teófilo, "os repetidos casos de varíola hemorrhagica e a sua notória incurabilidade traziam numa penosa tensão de espírito a população mais culta da cidade"[231]. Deste modo, torna-se possível imaginar que dolorosas e assustadoras recordações poderiam ser evocadas através da notícia do falecimento

---

[227] Idem.
[228] Idem.
[229] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.30.
[230] Sobre a ocorrência da peste na Europa durante os séculos XIV a XVIII, ver: DELUMEAU, *Op.cit.*, p.154-220.
[231] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.30.

da missionária protestante acometida de varíola hemorrágica. A população da capital provavelmente acompanhava apreensiva as publicações sobre o assunto.

Preocupação que se tornava ainda maior quando da acusação de que o inspetor de higiene não só havia sido considerado culpado pela morte da protestante variolosa por causa de sua negligencia em prevenir os fortalezenses acerca da gravidade da epidemia que estaria grassando na cidade, como também teria sido responsável diretamente por infeccionar a senhorita Cunningham quando esta se havia sentado ao seu lado no bonde onde o inspetor estava trajando as mesmas roupas que havia usado quando de sua visita ao lazareto. Por causa de tal episódio, o Dr. Marinho, médico da higiene, foi severamente criticado pela imprensa local:

> Nos paizes onde a hygiene é uma realidade, como na Inglaterra, Allemanha, Belgica e Suissa, evita-se com summa cautella o contagio e infecção das molestias transmissiveis, impondo-se penas severissimas ao transgressor das salubres disposições das leis.
> Nos Estados-Unidos da América a lei se mostra mais severa ainda quando os interesses da collectividade são compromettidos por negligencia em imprudencia de um de seus membros, perseguindo se com maximo rigor todos aquelles que concorram para difusão das molestias contagiosas ou infecto-contagiosas, aqui entre nós dá-se justamente o contrario; aquelle a quem incumbe velar pela saude publica é quem se encarrega, segundo disem, de propagar as molestias epidemicas.[232]

Em alusão ao modo como eram tratadas as questões relativas à higiene nos países considerados civilizados como a Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Suíça e Estados Unidos em que o cuidado para se evitar o contágio de moléstias transmissíveis se dava com extremo rigor, o autor do editorial estabelece uma comparação com o Ceará, visando ressaltar o descaso com a saúde pública na capital, sugerindo que pela falta de rigorosas disposições de leis referentes à polícia sanitária imperava a desordem, de modo que até o próprio inspetor de higiene, o qual deveria zelar pela salubridade urbana, acabava sendo acusado de propagar ele mesmo a doença.

O extremo cuidado dedicado às questões de higiene nos países europeus em fins do século XIX deve-se ao fato de que a saúde da população passa a adquirir grande importância neste período como forma de garantir a estabilidade e representar a riqueza de um Estado. O Dr. Thomaz Pompeu em estudo sobre a qualidade de vida dos habitantes de Fortaleza publicado em 1896 sob o título

---

[232] *O Estado do Ceará*, 07.04.1891. Anno I, n.193. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)

Importância da vida humana como fator de riqueza inicia seu trabalho ressaltando que “qualquer que seja o estado de cultura intellectual e moral de uma nação, o número de braços válidos dos cidadãos representa um dos mais importantes cabedais sociais”[233]. A saúde torna-se a partir de então objeto de polícia, segundo indica Foucault[234], na medida em que ela é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens possam trabalhar, exercer atividades e obter algum tipo de ocupação. Neste sentido, o cuidado com a higiene cotidiana de todos deveria se tornar alvo permanente de preocupação e de intervenção para a polícia médica, a quem caberia evitar, dentre outras coisas, o contágio e a infecção das moléstias transmissíveis.

A manutenção das condições higiênicas dos povos fazia-se presente nos países considerados adiantados à época através da existência de leis rigorosas no que tange a questão da salubridade urbana, punições severas aos seus transgressores e uma efetiva polícia médica. A preocupação com o bem-estar dos cidadãos representava um sinal importante do grau de civilização de uma nação, pois, conforme indica Thomaz Pompeu, “em igualdade de condições naturaes, será mais forte e rico o Estado que possuir maior numero de cidadãos aplicados ás industrias e artes”[235]. Sendo a saúde condição indispensável à existência de braços fortes para o trabalho que produziria a riqueza de um Estado, era então necessário que o governo cuidasse de garantir uma vida saudável para sua população.

Segundo a opinião da comissão inglesa de higiene, transcrita por Pompeu, era dever das autoridades públicas “velar constantemente pela observância das leis de hygiene, fazer respeitar por toda a parte e sempre as regras de salubridade, assegurar e aperfeiçoar incessantemente este grande serviço público”[236]. No entanto, as graves acusações que se faziam ao inspetor de higiene do Ceará denotam que o tipo de tratamento dado às questões relativas à saúde pública na capital em muito se diferenciava do rigor e do cuidado dispensado a esta matéria em países como os Estados-Unidos, terra natal da missionária protestante vitimada pela varíola. Diante de tal situação, o autor do editorial do periódico *O Estado do Ceará* lamenta:

---

[233] POMPEU, 1896, *Op.cit.*, p.3.
[234] FOUCAULT, 2008a, *Op.cit.*.
[235] POMPEU, 1896, *Op.cit.*, p.3.
[236] Ibidem, p.5.

> Que contraste; aquella que vem ao nosso paiz diffundir entre os filhos do povo as luzes de seu espirito culto e educado em recompensa encontra a morte pelas nossas más condições de salubridade, pagando tributo com a vida a uma molestia que já não reina entre os povos adiantados!
> Triste verdade![237]

Ao jogar com os significados partilhados acerca de uma dicotomia muito comum à época, expressa em termos de luzes e trevas, representando, o primeiro, tudo aquilo que se desejava, ou seja, espíritos esclarecidos pela cultura, educação, civilidade, progresso, higiene e, o segundo, concebido como tudo que significava o atraso, a ignorância, a doença e etc., o autor do editorial põe em relevo as discrepâncias entre a atitude da missionária protestante, que, segundo sugere, deu a sua vida para difundir as luzes entre a população fortalezense, e a postura do inspetor de higiene que, conforme indica o autor, além de não contribuir de modo eficaz no combate à epidemia de varíola, doença esta já controlada nas nações civilizadas, ainda estaria ajudando a propagar a moléstia entre o povo. Por fim, ele conclui o seu texto dirigindo ao inspetor o seguinte questionamento:

> Si entre nós existissem rigorosas disposições de leis relativas a policia sanitaria como nos Estados-Unidos da América, onde deveria estar S.S.ª? Responda por nós a esta interrogação, que por acanhamento e desprazer não queremos fazel-o.[238]

Após a publicação de diversas notas e artigos na imprensa, pedindo esclarecimentos, fazendo denúncias e exigindo satisfações ao inspetor de higiene, sem, contudo, ter-se obtido sequer alguma resposta, somente diante de tamanha e tão direta acusação é que: “até que afinal... apareceu no *Libertador* de ontem o Sr. Dr. Inspector de Hygiene acudindo ao nosso chamamento”[239]. No dia seguinte à divulgação do editorial acima, o Dr. Marinho de Andrade dirigiu-se ao público através da folha oficial do governo para contestar as inculpações que lhe haviam sido feitas, justificando que não havia respondido antes às publicações veiculadas no editorial do periódico *O Estado do Ceará*, por estas não terem sido assinadas. Ao responder ao inspetor, o Dr. Rocha Moreira, autor dos editoriais, ressalta o seguinte: “acreditávamos, que escrevendo n'estas columnas deveríamos ter tanta senão maior

---

[237] *O Estado do Ceará*, 07.04.1891. Anno I, n.193. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Editorial)
[238] Idem.
[239] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)

consideração, do que se o fizéssemos sob a nossa assignatura, não nos parecendo bastante aquele motivo para nos deixar, até hoje, sem uma resposta"[240].

Em todo caso, o episódio da morte da senhorita Cunningham e as acusações feitas ao Dr. Marinho acerca deste assunto parecem ter sido suficientes para dar um fim à longa espera pela manifestação do inspetor de higiene sobre as críticas elaboradas contra a sua administração no que se refere ao combate à manifestação da varíola na capital. No entanto, em sua defesa, o Dr. Marinho limitou-se a qualificar de "*mentirosos e falsos* os factos, que hemos articulado no nosso artigo último"[241]. Embora nada pareça indicar que as publicações direcionadas à administração da saúde pública tenham surtido algum efeito no tocante a adoção de medidas higiênicas enérgicas no combate à manifestação da doença na cidade, sabemos que esta última acusação foi capaz de romper o silêncio do inspetor e fazê-lo ao menos procurar pronunciar-se na imprensa para tentar responder às insinuações que lhe eram feitas.

Portanto, para além da comum relação já estabelecida entre a presença da varíola e a ocorrência de um surto epidêmico, propagar e defender a idéia da existência de uma epidemia em Fortaleza significava também tentar construir argumentos capazes de mobilizar atenções tanto da população como do governo, visando à efetivação de medidas consideradas capazes de obstar o avanço da doença. É neste sentido que compreendemos manifestações como as do Dr. Rocha Moreira no jornal *O Estado do Ceará* e o intenso debate que se desenrolou na imprensa citadina suscitando inclusive a necessidade de que a administração da saúde pública, na figura do Dr. Marinho, tivesse que rebater os ditos fatos "*mentirosos e falsos"* acerca da existência da epidemia.

Tais argumentos, conforme tivemos ocasião de analisar, baseavam-se, de início, na constante referência a um aumento do número de vítimas da doença, em seguida passa-se a observar que os casos antes confinados nos subúrbios estavam ocorrendo também no centro urbano, e, ainda, que não apenas os mais pobres estavam sendo acometidos, mas até mesmo pessoas notáveis da sociedade haviam contraído a moléstia, cuja gravidade também estava passando a causar espanto.

[240] Idem.
[241] Idem.

Assim, pudemos observar pelo menos quatro tipos de argumentos sucessivos que vão sendo colocados através das publicações veiculadas quase que diariamente na imprensa local na medida em que se acompanha o desenvolvimento da doença em Fortaleza. Argumentos estes utilizados na tentativa de se obter respaldo para deixar toda população alerta e atemorizada, tornando-se assim mais fácil conseguir o apoio da opinião pública na pressão para cobrança de medidas urgentes em defesa da higiene no intuito de impedir a propagação da doença.

Durante os primeiros meses do aparecimento da varíola na capital, foi sendo produzido, principalmente por médicos, através da imprensa, um discurso marcadamente em defesa da idéia de que estaria havendo uma epidemia da doença na cidade, o que de imediato havia sido contestado pelo inspetor de higiene. Todavia, com o passar do tempo tal discurso foi tornando-se cada vez mais escasso. De fato, perdemos os seus rastros na documentação, embora tenhamos acompanhado a publicação dos principais periódicos citadinos durante todo o ano de 1891 e dos poucos exemplares de jornais que ainda nos restam referentes aos anos seguintes até 1901. Na verdade, não mais nos deparamos com tamanha discussão relativa à presença epidêmica ou não da varíola na capital, embora tenhamos encontrado alguns indícios em outras fontes que dão conta da ocorrência de discussões semelhantes em outros momentos. Tal como no ano de 1899, quando o presidente do Estado, Dr. Nogueira Accioly, apresentava em seu relatório anual à Assembléia Legislativa explicações rebatendo as "notícias alarmantes que d'aqui eram expedidas para a Capital Federal, talvez com intuitos mercantis menos confessáveis, mas, em todo caso, com muita perversidade, dizendo que a epidemia de varíola assolava esta capital"[242]. O governador informava ainda que o inspetor de higiene havia oportunamente contestado tais notícias na imprensa, garantindo que embora a doença se manifestasse na cidade, esta se fazia "sem caracter epidêmico, ainda que com alguma intensidade"[243].

Portanto, ao longo dos anos, a presença da varíola em Fortaleza fora divulgada em alguns momentos na imprensa local e até mesmo nacional como uma epidemia, embora durante toda a última década do século XIX, o governo admitisse

[242] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1899. Fortaleza: Typ. d'A República, 1899. p.14.
[243] Idem, p.13.

e atestasse apenas sua ocorrência endêmica, porém numa maior proporção em alguns períodos. Todavia, epidemicamente ou não, o fato é que a doença continuou manifestando-se e, apesar de não se apresentar de forma intensa, talvez por isso mesmo não mais causando sobressaltos na população capazes de provocar publicações alarmantes, pressagiando epidemias como as veiculadas durante o período acima tratado, mesmo assim mostrou-se bem presente no cotidiano citadino até 1901, quando foi declarada erradicada na capital.

2.2 – A varíola endêmica: convivência com a doença na cidade

O presidente do Estado do Ceará no ano de 1902, Dr. Pedro Augusto Borges, em mensagem escrita à Assembléia Legislativa, informava aliviado o seguinte: "a varíola, que de longa data havia constituído entre nós uma endemia que se agravava nas quadras de estação calmosa, desapareceu felizmente, não registrando, ha mezes, o obituário um só caso d'essa terrível moléstia"[244]. Entretanto, o período que compreende os anos de 1891 a 1901 foi marcado por sua constante presença. Segundo afirmam em seus estudos sobre as epidemias Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie, após um surto epidêmico é possível que uma doença não abandone o lugar que atacou, mas estabeleça-se aí fixamente e permaneça endêmica: "a sua morbilidade e a sua mortalidade são fracas até que uma nova ressurgência provoque uma epidemia mais ou menos grave"[245]. O que significa dizer que a distinção entre epidemia e endemia é historicamente bastante fluida, desde que se faz intervir o parâmetro tempo na história da saúde dos homens.

Sendo assim, muitos dos que discordavam acerca da manifestação da varíola em Fortaleza enquanto epidemia, no ano de 1891, passaram posteriormente a classificá-la como uma endemia na capital, isto devido a continuidade da manifestação deste fenômeno durante toda a década de 1890. De acordo com a análise dos relatórios produzidos anualmente pela administração do Ceará,

[244] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1902. Fortaleza: Typ. Minerva, 1902. p.16.
[245] SOURNIA; RUFFIE, *Op.cit.*, p.181.

verificamos que o uso do termo endemia passa a ganhar cada vez mais espaço nas explicações sobre a presença da doença na capital com o passar do tempo. Conforme podemos constatar a partir do relatório produzido pelo governador do Ceará em 1898, no qual, ao tratar do estado sanitário da capital, informa que "a varíola, já com caracter endêmico, ainda que sem intensidade, continua a manifestar-se"[246].

Rodolfo Teófilo, farmacêutico que presenciou a manifestação da varíola em Fortaleza durante a segunda metade do século XIX e publicou suas memórias sobre tal evento no ano de 1904, na obra intitulada *Varíola e vacinação no Ceará*, também se refere à presença da doença na capital após a epidemia que acompanhou a seca de 1888 a 1889 como uma endemia. Nesta época, diz ele, a população adventícia era pequena se comparada ao número de imigrantes que existiam na cidade em 1878 quando houve a maior epidemia de varíola já registrada no Ceará, e muitos dos retirantes que ocupavam a capital em 1888 eram sobreviventes da epidemia anterior, encontravam-se portanto imunes à doença. Por isso, afirma: "a varíola pouco fez, pouco matou; porém em compensação não desapareceu completamente, como em 1878, ficou morando na capital, onde de quando em vez fazia uma victima"[247]. Na tentativa de diferenciar as duas ocorrências epidêmicas que assolaram Fortaleza, Teófilo pondera que, embora o surto de 1878 tenha sido bastante intenso tendo acometido e causado a morte de milhares de pessoas, após sua extinção a cidade ficou completamente livre da doença. Todavia, depois da epidemia de 1888, que por sua vez ocasionou poucas vítimas fatais, a doença tornou-se endêmica, ou, nas palavras do próprio Rodolfo, *ficou morando na capital*.

A metáfora instituída por Teófilo em relação à permanência da doença através da alegação de que ela teria ficado morando na cidade diz muito acerca do próprio conceito de endemia. Segundo Luiz Jacintho[248], desde Hipócrates, em seu texto *Ares, águas e lugares*, já havia a preocupação de compreender as interações entre o espaço geográfico e a ocorrência de doenças através da análise de uma

[246] CEARÁ. **Mensagem** apresentada a Assembléia Legislativa do Ceara pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly em 4 de Julho de 1898. Fortaleza: Typ. Econômica, 1898. p. 9.
[247] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.46-47.
[248] SILVA, Luiz Jacintho. A Ocupação do Espaço e a Ocorrência de Endemias. In.: BARATA, Rita Barradas (Org.). **Doenças endêmicas**: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

mistura de fatores que ligavam o meio natural às pessoas que nele viviam. Tal mistura, segundo o autor, se reflete na própria etimologia da palavra *endemia*:

> *Demos*, além de seu significado mais conhecido – 'população', 'povo' ou 'pessoas' –, significa também 'lugar'. O significado que o texto hipocrático confere ao termo 'endemia' é o de uma doença própria de um lugar e de seus habitantes, ressaltando a impossibilidade de dissociar um do outro, contrastando com epidemia, doença eventual, externa. Mesmo em sua acepção atual, 'endemia' e 'endêmico' associam-se a 'lugar'.[249]

Desde sua utilização inicial, portanto, o termo endemia associa-se a lugar. Assim, as doenças endêmicas são então consideradas aquelas próprias de um determinado local e de seus moradores. Neste sentido, a metáfora construída por Rodolfo Teófilo adquire algumas implicações, pois se considerarmos que a varíola *ficou morando na capital*, então precisamos atentar para os diversos fatores que se relacionam enquanto causas ou conseqüências desta proximidade com a doença. Dentre eles, concentramos nossa análise nas condições insalubres da cidade e de seus habitantes que permitem a ocorrência da varíola; na indiferença generalizada das pessoas e do governo com relação à sua permanência; no descaso com as medidas de higiene apregoadas como capazes de obstar seu desenvolvimento no espaço urbano e na inoperância dos serviços de saúde a cargo da administração pública da cidade no combate a manifestação da doença.

No século XIX, o conhecimento científico sobre as condições de saúde das coletividades humanas encontrava expressão no estudo da higiene, disciplina que, segundo Jacobo Finkelman[250], se formava sob a influência do intenso processo de transformações pelo qual passavam as sociedades européias com o advento da industrialização e da urbanização. A associação entre o acelerado crescimento das cidades e o surgimento de doenças era uma constante, ao mesmo tempo em que o receio diante da desordem e a necessidade de respostas em termos de políticas públicas podiam ser verificados nos diferentes Estados europeus, referência para países como o Brasil. Naquele contexto, entendia-se por higiene "o estudo do homem e dos animais em sua relação com o meio, visando ao aperfeiçoamento do indivíduo e da espécie"[251]. As bases epistemológicas da higiene encontravam-se no chamado neo-hipocratismo, uma concepção ambientalista da medicina baseada na

[249] Ibidem, p.139. Grifo do autor.
[250] FINKELMAN, *Op.cit.*.
[251] Ibidem, p.30.

idéia de uma relação intrínseca entre doença, natureza e sociedade. E uma das características mais marcantes da higiene neste período consistia na indeterminação da doença, ou seja, o ar, a água, as habitações, a sujeira, a pobreza, tudo poderia causá-la.

Sendo assim, faz-se necessário primeiramente atentarmos para essa Fortaleza onde a varíola passa a habitar. Que mudanças teriam ocorrido nesta cidade a ponto de que a doença pudesse nela permanecer? Um relatório produzido pelo inspetor de higiene, Dr. João Marinho de Andrade, em junho de 1894, ao tratar da precariedade do funcionamento do serviço de saúde pública e das necessidades e vantagens da reorganização dessa repartição, nos oferece algumas explicações. Referindo-se ao estado sanitário da cidade, diz ele: "já vão longe os tempos em que a capital do Ceará figurava nas estatísticas com uma população de 12.000 almas, reduzida a uma área edificada dez vezes menor que a actual, gosando da justa nomeada de salubre"[252]. Tal desenvolvimento urbano teria se dado, segundo ele, "sobretudo desde a grande seca de 1877"[253], pois salienta que "de então para cá, a população tem crescido extraordinariamente, a área urbana decuplicou-se e a sua proverbial salubridade vai desaparecendo deante das múltiplas causas que têm corrido a alterar a hygiene pública"[254].

De fato, o período posterior à seca de 1877 foi marcado por um grande aumento populacional em Fortaleza, sobretudo da população pobre, pois com o fim dessa calamidade muitas famílias que haviam migrado para a capital do Ceará voltaram a seus domicílios no interior, no entanto muitas outras permaneceram residindo na cidade especialmente nos locais onde já moravam durante aquele período[255]. Tais áreas correspondem aos lugares onde durante a seca foram construídos diversos abarracamentos para abrigar os retirantes, que se localizavam em sua maioria além do perímetro central da urbe, nas regiões chamadas de subúrbios[256].

---

[252] CEARÁ, 1894, *Op.cit.*, Anexo VI, p.71.
[253] Idem, p.71.
[254] Idem, p.71.
[255] GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Mestrado em História Social. PUC-SP, 2006.
[256] ANJOS, Karla Torquato dos. **"Limpar a Cidade"**: A (In)Salubridade e a formação dos Subúrbios em Fortaleza durante a seca de 1877 a 1879. Graduação em História. Universidade Estadual do

Segundo a análise feita por Tanísio Vieira[257], a cristalização por parte da administração pública da idéia de que os subúrbios seriam os principais locais para onde deveria ser enviado tudo que precisasse ser excluído da urbe se deu a partir da aprovação pela Câmara Municipal da *Planta topográfica da cidade de Fortaleza e subúrbios*, elaborada pelo engenheiro Adolpho Herbster em 1875. Segundo o autor, o período que compreende a seca iniciada em 1877, parece representar o ponto máximo da divisão da capital entre centro e subúrbio, processo que já vinha sendo esboçado nos anos anteriores. Porém, foi durante aquele período que, devido o aumento exorbitante da população citadina, esta separação operada no espaço urbano ganhou corpo, pois as áreas suburbanas deixaram de ser simples projeções da prancheta de um engenheiro e tornaram-se aquelas onde eram preferencialmente construídos alojamentos para abrigar a população imigrante.

Neste sentido, a partir da constituição dos abarracamentos durante a seca, os subúrbios, desde antes pensados como lugares para onde deveriam ser enviados os pobres e doentes, foram se instituindo enquanto espaços habitados por um grande número de pessoas durante aquele período e que, mesmo depois dele, continuaram a ser ocupados, na medida em que propiciavam a seus habitantes oportunidades para o desenvolvimento de atividades que lhes pudessem ajudar a garantir sua subsistência. Conforme descreve Rodolfo Teófilo[258], ao se referir aos bairros suburbanos de Fortaleza por ele visitados durante sua campanha de vacinação na cidade, era possível encontrar locais como as *aguadas*, subúrbio ocupado pelos pobres por abrigar cacimbas que eram utilizadas pelas lavadeiras como lugar de trabalho e pelos *aguadeiros* que lá pegavam água para vender na capital. Estes locais eram também escolhidos por ficarem próximos ao centro, onde, segundo reclamava Teófilo, nos dias de sábado a população indigente ia mendigar.

Tais regiões habitadas por um grande número de pobres urbanos passaram a ser por isso também associadas à insalubridade e à ocorrência de doenças. Conforme descreve Rodolfo Teófilo acerca das condições higiênicas da cidade durante os últimos anos do século XIX, “em Fortaleza a área urbana podia se considerar limpa ao passo que na área sub urbana, nas areias, como é conhecida a

---

Ceará. Fortaleza, 2008.

[257] VIEIRA, José Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879. In.: SOUZA; NEVES, (orgs.). **Seca**. Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

[258] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*.

parte da capital habitada e sem calçamento, a bexiga era endêmica"[259]. Igualmente relata o presidente do Ceará em outubro de 1891 sobre os casos de varíola que estavam se dando na urbe desde o mês de março, o qual ressalta que estes acometiam, "de preferência, aos moradores da peripheria da zona populosa e deixando imunes os do centro d'ela"[260].

Os registros da doença pareciam então não se distribuírem de modo uniforme por toda a cidade, antes existiam áreas onde a varíola possuía uma maior concentração. Tal associação estabelece um elo entre a doença, os pobres e os subúrbios, dando a eles a caracterização de uma cidade insalubre, localizada ao redor e às margens de uma cidade limpa, um núcleo povoado por pessoas cultas, onde a vacinação e a higiene haviam livrado a todos do mal representado pela varíola. Esta por sua vez achava-se relacionada à outra cidade, a da área suburbana, símbolo da sujeira, da pobreza e das doenças.

A análise de alguns dos fatores apontados como responsáveis pelo aumento da insalubridade e do índice de mortalidade na capital cearense em fins do século XIX foi alvo de um estudo realizado por Thomaz Pompeu, cujas conclusões foram publicadas na revista da Academia Cearense em 1896. Após observar as melhorias realizadas em alguns locais naturalmente insalubres da cidade, Pompeu conclui que "a mortalidade que avoluma o obituário desta capital não procede, portanto, dos bairros em que as condições naturaes de salubridade são menos favoráveis do que nos demais"[261]. Desta forma, ele propõe como explicação para tal fenômeno o fato de ser "inegável que o desenvolvimento da população, trazendo o augmento de construções prediaes, vae anualmente restringindo a área de vegetação e o espaço livre á oxigenação das matérias putreciveis, ruinosas á salubridade publica"[262].

Assim, um dos motivos indicados como causa da insalubridade urbana, que conseqüentemente estaria influenciando o aumento exagerado do número de óbitos na capital, residiria na crescente aglomeração da população citadina pelo

[259] Idem, p.103.
[260] CEARÁ. **Mensagem** que o exm. sr. general José Clarindo de Queiroz, governador do Estado do Ceará, leu perante o respectivo congresso em sessão ordinária de 1 de outubro de 1891. Fortaleza, Typ. do Estado do Ceará, 1891. p.6.
[261] POMPEU, 1896, *Op.cit.*, p.9.
[262] Idem, p.9.

surgimento de novas construções a cada ano, as quais estariam extinguindo os ambientes responsáveis pela limpeza e renovação do ar na cidade. Segundo uma corrente do pensamento médico em voga no período, no que se refere à relação entre a doença e o meio natural, acreditava-se que o ambiente produziria miasmas responsáveis pelo surgimento das doenças. Os miasmas seriam todas as emanações nocivas, que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. A atmosfera poderia então ser infectada por eflúvios resultantes da alteração e da decomposição de substâncias orgânicas, vegetais, animais ou humanas[263]. Para a teoria miasmática, tanto o meio físico quanto o social seriam produtores de miasmas. Tais emanações portanto deveriam ser combatidas pela renovação e circulação do ar. Tudo que estivesse parado, estagnado poderia ser um elemento perigoso à saúde pública, um produtor de miasmas[264]. Assim, a escassez de vegetação e de espaços abertos responsáveis pela renovação do ar era um fator a ser considerado importante no aumento da insalubridade e no desenvolvimento de moléstias no espaço urbano.

Ainda segundo Thomaz Pompeu, em 1881 Fortaleza contava com 3.880 casas; em agosto de 1887, esse número elevava-se a 4.389; e "em 1894 a 5.200 que pagavam a décima, afora uns 80 edifícios públicos (palácio, quartéis, alfândega, secção de arrecadação, escolas, egrejas, telegrapho, etc.), cerca de 1.500 casas de palha, e muitas outras que ficam fora dos limites da décima"[265]. Conforme os dados relativos ao número de prédios construídos, é possível verificar que "o crescimento da cidade tem sido progressivo"[266]. Após a elaboração de diversos cálculos estatísticos sobre o total da população de Fortaleza em 1896, Pompeu conclui que "todos os dados concordam em atribuir-lhe 50.000 habitantes"[267], sendo a média dos óbitos na capital calculada em "3% ou 1 óbito por 33 habitantes"[268]. Deste modo, ele alerta que "a mortalidade, portanto, é enorme, excessiva; e na deficiência de causas telúricas, deve ser atribuída à carência de hygiene, a um trabalho inconsciente da população em solapar as suas forças vitaes"[269].

---

[263] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.421.
[264] COSTA, 2004, *Op.cit.*.
[265] POMPEU, 1896, *Op.cit.*, p.10.
[266] Idem, p.9.
[267] Idem, p.21.
[268] Idem, p.21.
[269] Idem, p.21.

A razão para a progressão sempre crescente da mortalidade na capital cearense durante os últimos anos do século XIX, conforme indica Thomaz Pompeu, “em contrário do que se observa na maioria das grandes aglomerações, em paizes adiantados, é um phenomeno que surpreende a todos e provoca a atenção dos espíritos menos propensos às observações demographicas”[270]. O autor questiona sobre tal fato que se as condições naturais do solo, bem como a regularidade do clima, e ainda “se a própria topographia da cidade são favoráveis ao alongamento da vida humana, por que a ceifa da morte torna-se de ano para ano mais copiosa e em proporção relativamente excessiva à média normal da mortalidade?”[271]. Em resposta a essa problemática, Pompeu procura demonstrar que “a anomalia deste facto deve ser imputada, quasi exclusivamente, à carência dos preceitos hygienicos, de par com a restrição da área ocupada pelo augmento da propriedade imóvel, predial”[272].

Neste sentido, torna-se relevante analisar as implicações destes dois fatores, quais sejam: a aglomeração da população citadina com o crescimento da área ocupada por prédios e a carência das medidas de higiene doméstica e pública. Com relação ao problema da limpeza urbana, Thomaz Pompeu reclama que o serviço municipal de remoção dos resíduos “é ainda rudimentar, feito por carroças que atravessam as principaes ruas da cidade derramando, às vezes, por onde passam o mau cheiro, nauseabundo, da decomposição das matérias que ali suportam por horas os ardores do sol meridiano”[273]. Além da precariedade de tal serviço, ele critica ainda o estado das ruas da capital cuja maior parte encontrava-se sem calçamento, tornando ainda mais difícil a aplicação do sistema de remoção do lixo, o qual geralmente era derrubado ao longo do trajeto feito pelas carroças nas ruas desempedradas da cidade. Deste modo, lamenta que “quando as áreas não edificadas estavam cobertas de vegetação, os males provenientes desta origem eram compensados pelos benefícios da oxigenação do ar apressado pela própria vegetação”[274].

---

[270] Idem, p.21.
[271] Idem, p.21-22.
[272] Idem, p.22.
[273] Idem, p.24.
[274] Idem, p.24.

Com relação aos problemas ocasionados pelo aumento das construções e conseqüente aglomeração da população citadina, Thomaz Pompeu informa que os prédios multiplicavam-se e "de preferência as pequenas construções para as classes pobres, quase sempre apertados, de cômodos exíguos, sem quintaes, verdadeiros focos para propagação das moléstias infecciosas e para o desenvolvimento dos germens morbigenos"[275]. Além dos quartos serem escuros e pouco ventilados, as salas frontais demasiadamente expostas à forte luz solar que banha a capital, e os corredores estreitos, sombrios e propícios às correntes de ar frio, havia ainda o agravante da falta de asseio doméstico por parte dos populares, conforme salienta Sebastião Ponte[276]. Assim, o acúmulo dessa população mal alojada, exposta a intempéries pela precariedade de suas habitações, encerrada em espaços estreitos, infectos, sem ar e sem asseio mostrava-se altamente nocivo à salubridade urbana e era considerado como uma das principais causas da proliferação de enfermidades pela cidade. A idéia de que os pobres eram os indivíduos mais aptos a disseminar doenças não era nova, conforme podemos verificar no seguinte relatório elaborado pelo inspetor de saúde pública do Ceará em 1875:

> O esquecimento da bôa hygiene, parte principalmente das classes pobres, que, sobre não procurarem em tempo o auxilio da medicina, quando atacados, não se garantem das intemperies, e moram, ou em cazebres de palha, mal cobertos, em que facilmente penetram o ar frio da noite e a chuva, ou em pequenas casas melhor construidas, porem tão baixas que lhes falta as condições proprias para o arejamento e ventilação; juntando-se a estas circumstancias, já de si decisivas, o pouco aceio, a accumulação de matérias excrementícias e esterquilinios nos quintaes, e carencia das mais communs necessidades da vida.[277]

Tal discurso apresentava-se como um aviso para as autoridades no sentido de perceberem quem eram os prováveis causadores da insalubridade urbana. Além da acusação de desprezar a boa higiene, os pobres eram considerados culpados por não procurarem auxílio médico, fato que pode também estar relacionado a pouca confiança que esta população demonstrava para com os conhecimentos médico-científicos baseados em métodos muitas vezes estranhos aos saberes populares referentes às doenças e às práticas terapêuticas. A população pobre também era acusada de não se proteger das intempéries por morar

[275] Idem, p.24.
[276] PONTE, *Op.cit.*.
[277] CEARÁ. **Relatório** com que o excelentíssimo senhor Dr. Esmerino Gomes Parente abriu a 2.a sessão da 22.a legislatura da Assembléia Provincial do Ceará em 2 de julho de 1875. Fortaleza, Typ. Constitucional, 1875. Anexo VIII, p.01-02.

em casas mal cobertas ou muito baixas, exposta assim ao ar frio da noite e às chuvas, ou ainda sem boas condições de arejamento. Junto a isso eram mencionados também o pouco asseio, a acumulação de dejetos nas casas e a má alimentação desta população. Tais noções parecem indicar que as causas das doenças deveriam estar ligadas a uma má relação das pessoas com o meio, o que se acha de acordo com o pensamento médico em voga no período, baseado na retomada da tradição hipocrática, que dava especial atenção à ação dos fatores físicos sobre o organismo humano.

Todos estes elementos ainda se faziam bem presentes nas condições de vida e moradia da população pobre de Fortaleza em fins do século XIX e pareciam indicar, segundo Tomaz Pompeu, o "perigo das construções prediaes, sem as precisas condições hygienicas"[278] bem como a falta generalizada de todo conforto nas habitações e dos "meios mais rudimentares da hygiene privada"[279]. A ausência de assepsia apresentada por muitos habitantes de Fortaleza, principalmente os que residiam na periferia da zona urbana, também foi alvo de críticas elaboradas por Rodolfo Teófilo que, em sua campanha de vacinação domiciliária empreendida a partir de 1901 nos subúrbios da cidade, constantemente reclamava da falta de asseio da população pobre. Segundo ele, as habitações populares eram precárias, compostas por choupanas pequenas e de palha. Nelas moravam pessoas que viviam aglutinadas sem respeito a preceito algum de higiene[280]. A falta de cuidados higiênicos por parte dos pobres também era reclamação constante nos relatórios médicos, pois tal descuido, juntamente com as péssimas condições de moradia, ajudava na proliferação de doenças[281].

Além da deficiência quanto à observação das medidas higiênicas necessárias ao impedimento da propagação de moléstias na capital, a população de Fortaleza era acusada ainda de possuir uma indiferença generalizada com relação à ocorrência endêmica da varíola na cidade. Rodolfo Teófilo, ao referir-se às diferenças de comportamento dos fortalezenses quanto à manifestação da doença na epidemia de 1878 e sua presença durante a última década do século XIX,

[278] POMPEU, 1896, *Op.cit.*, p.27.
[279] Idem, p.27.
[280] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*.
[281] GADELHA, Georgina da Silva. As doenças no Ceará: salubridade, higiene e teorias epidêmicas no século XIX. In.: OLIVEIRA; BARBOSA; GADELHA, (orgs.). **Ceará**: Ciência, Saúde e Tecnologia (1850-1950). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

lamenta que “quem viu morrerem mil e tantos variolosos em um dia não podia se impressionar com a morte de uma dezena de bexigosos em um mez”[282]. Assim, o reduzido número de casos registrados no período de endemia fazia com que se configurasse um novo tipo de relacionamento com a presença da doença no espaço urbano. O alarde, o sobressalto que o um caso de varíola provocava entre a população durante uma epidemia davam lugar nessa nova ocasião a atitudes menos contundentes por parte da população que tendia então a se acostumar com a sua ocorrência.

Teófilo ainda, relembrando a continuidade da manifestação endêmica da doença na capital cearense, protestava reclamando que “os particulares continuavam em sua criminosa indiferença a olhar para a permanência da varíola em Fortaleza como um facto muito natural e sem importância”[283]. E acrescenta talvez como explicação para tal apatia o fato de que “a população mais culta, menos fatalista, estava, pode-se dizer, em sua mór parte preservada pela vacina. O povo, a plebe, este absolutamente não era vacinado, estava imune apenas o que havia tido a peste”[284].

Deste modo, as formas apresentadas como capazes de defender os indivíduos de futuros ataques da doença eram a vacinação ou um anterior acometimento, com o que concordava o Dr. Chernoviz, o qual afirmava ser esta moléstia “eminentemente contagiosa, mas, em geral não a contrahe o indivíduo que já foi d’ela affectado uma vez”[285]. Ora, se eram estas as formas de prevenção da varíola e grande parte da população fortalezense, remanescente de epidemias anteriores, já havia entrado em contato com pelo menos uma delas, é possível que estes agora não temessem mais seu ataque, configurando-se, portanto, uma relação de naturalidade e não mais de apreensão diante da doença.

Como exemplo de tal comportamento perante a ocorrência da varíola, Rodolfo Teófilo nos oferece seu depoimento sobre a falta de prevenção dos fortalezenses com os cuidados relativos à desinfecção das casas onde havia se dado algum caso da doença. Conta ele o seguinte episódio: “no quarteirão em que

[282] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.47.
[283] Idem, p.49.
[284] Idem, p.49.
[285] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.325.

eu morava houve um caso de varíola em pessoa do povo que habitava uma pequena casa"[286]. Tendo esta se restabelecido, conta ele, mudou-se da residência com sua família, e o dono da mesma, logo após receber a chave, anunciou que a casa estava desocupada e para alugar. "Não faltou inquilino. Uma família veio examinal-a e eu, por desencargo de consciência, informei o que sabia da casa, dizendo nessa ocasião que seria uma loucura habitar um morada naquelas condições"[287]. Todavia, lamenta, "ainda uma vez me convenci do fatalismo estúpido do nosso povo. Como resposta às minhas tão justas ponderações ouvi isso: <só tem bexiga quem Deus quer>. Alugaram a casa e nela se meteram varrendo-a apenas"[288]. Ou seja, sem que tivessem o cuidado de providenciar a desinfecção do ambiente. Por isso, alega Teófilo, muitos dias não se passaram até que "duas creanças, as únicas pessoas da família que não eram vacinadas e nem haviam tido varíola, adoeceram de bexigas; uma delas salvou-se, mas a outra morreu"[289]. O acontecimento narrado parece, portanto, evidenciar o que comentamos anteriormente acerca dos motivos da comum negligência da população ante a presença da doença no espaço urbano.

Além do relaxamento dos habitantes de Fortaleza para com a questão da desinfecção das residências onde fosse registrado algum caso de bexigas, como o exemplificado acima, havia ainda uma forte aversão de boa parte da população, principalmente dos pobres, a outras medidas preventivas recomendadas contra a doença, tais como a vacinação e o isolamento. O Dr. Guilherme Studart em seu estudo sobre as epidemias e endemias do Ceará, informava que os obstáculos que fortemente se opunham à propagação da vacina eram a má qualidade da mesma remetida do Rio de Janeiro, que era comumente empregada no sistema de vacinação corrente durante todo o século XIX, e ainda, talvez também por isso, a tenaz e invencível "repugnância do povo em aceitar o preservativo"[290]. Dizia ele que "debalde pregavam os padres sobre suas vantagens, debalde apregoavam os

[286] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.48.
[287] Idem, p.48.
[288] Idem, p.48. grifos do autor.
[289] Idem, p.48-49.
[290] STUDART, 1997, *Op.cit.*, p.42.

médicos sua necessidade, ia-se até aos meios de coacção; tudo improfícuo; *não queriam introduzir a peste no corpo* e nisto ficavam"[291].

As medidas de isolamento também não eram bem aceitas pela população, visto que as pessoas comumente não se dirigiam voluntariamente ao hospital de isolamento, antes se fazia necessária a existência de um "pessoal encarregado da remoção dos variolosos para o Lazareto"[292] pago pelo governo do Estado.

Talvez por causa de tal ausência de cuidados, a varíola tenha tornado-se endêmica em Fortaleza onde, como dizia o mesmo Rodolfo Teófilo, "declinava muito, quase não aparecia pelo inverno, recrudescia pelo verão. Passavam-se mezes se manifestando somente por simples casos esporádicos"[293]. Isto porque entre seus habitantes muitos já estavam preservados, alguns pela vacina e a maioria pela própria doença, não podendo assim a varíola manifestar-se epidemicamente entre eles. Todavia, por já se acharem imunes, tais indivíduos não se poupavam de ficarem próximos aos doentes. Como declarava Teófilo, "o povo se confraternisou tanto com ela que não evitava o contacto com os enfermos"[294]. Assim, por sua falta de cautela, estes disseminavam a doença entre os poucos ainda suscetíveis de contraí-la caracterizando assim a existência da endemia. Tanto que os surtos epidêmicos da varíola correspondiam exatamente a períodos de exceção, como as secas ocorridas em 1888 e 1900, momentos em que tal calamidade havia obrigado muitas pessoas de diversas localidades a emigrarem em direção à capital, configurando-se então aí um aglomerado de indivíduos passíveis de contraírem a doença que com isso alcançava as proporções próprias de uma epidemia.

No entanto, durante a década de 1890, a varíola permaneceu endêmica contando para isso, além da generalizada indiferença dos particulares, também a apatia do governo, que, segundo as críticas feitas por Rodolfo Teófilo, "pouco se preocupou com ela e não tratou de extinguil-a pondo em prática o isolamento dos

---

[291] Idem, p.42. grifos do autor.
[292] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 03.03.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.
[293] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.47.
[294] Idem, p.47.

enfermos, a desinfecção das casas e a vacinação obrigatória"[295]. Verificamos assim, a partir desse relato, a inauguração de uma nova configuração e de um novo tipo de relacionamento com a doença no espaço urbano. A varíola tradicionalmente conhecida em Fortaleza por sua capacidade epidemiológica de provocar um elevado número de vítimas dentro de um curto intervalo de tempo, desaparecendo enfim depois de alguns meses, agora morava na capital, fazendo vítimas na cidade em menor escala de intensidade, porém prolongando sua presença por anos. Esta nova situação implicava também novas posturas diante da moléstia.

Atitudes bastante criticadas por Teófilo, que ao falar dos serviços de saúde, afirmava que "a hygiene pública, por sua vez, acompanhava o vulgo, não isolava os bexigosos e nem tão pouco, depois de restabelecidos, lhes mandava desinfectar as casas, deixando assim espalhados por todos os cantos da cidade focos de contágio"[296]. Teófilo salienta ainda que "de 1890 a 1900, em dez anos os que nasceram no Ceará, pode-se afirmar, não foram vacinados a excepção de uma ou outra creança, filha de gente educada e bem nascida"[297]. E concluía suas críticas lamentando o fato de que "o governo do Estado não cuidava dessas minudencias e nem se apercebia que toda a incúria, mormente em matéria de hygiene pública, é de terríveis consequencias"[298]. Desta forma, em contraste com o curto intervalo em que se dava um surto da moléstia, no qual era possível verificar uma série de investidas das autoridades no sentido de debelar a epidemia[299], o período em que a varíola permaneceu endêmica parece marcado por várias denúncias sobre a morosidade do governo em impedir a continuidade do aparecimento de novos casos da doença na cidade.

A situação administrativa de Fortaleza em fins do século XIX relativa à saúde pública parecia não ser boa, pois segundo José Sales[300], a cidade crescia e os problemas sanitários se multiplicavam. A diretoria de higiene não possuía estrutura para atender à demanda da assistência pública solicitada. O povo era pobre e os orçamentos limitados. O poder público enfrentava problemas diversos. Tomaz Pompeu, em estudo datado de 1897 acerca dos benefícios da aplicação de

[295] Idem, p.47.
[296] Idem, p.47.
[297] Idem, p.49-50.
[298] Idem, p.50.
[299] BARBOSA, 2007, *Op.cit.*, p.1.
[300] SALES, *Op.cit.*.

medidas higiênicas na capital cearense, informa a urgente necessidade de pôr em prática as soluções então apontadas por ele "afim de poupar algumas centenas de existências que a desídia pessoal por um lado, e a indiferença dos poderes públicos por outro, entregam as fauces sempre escancaradas do Molock, que se chama epidemia, moléstias contagiosas, etc."[301]. Em seguida, passa a criticar a inspetoria de higiene que segundo ele era " uma entidade completamente abstracta, cuja ação nunca se fez sentir tangivelmente por atos de certa importância, por faltar-lhe talvez os necessários meios de bem desempenhar as suas funções"[302].

De fato, o funcionamento do serviço de saúde pública transferido do governo federal para alçada do Estado desde 1892, instituído pela lei n.7 de 11 de fevereiro e cujo regulamento fora expedido por ato de 29 de dezembro daquele mesmo ano[303], também sofreu severas críticas por parte do médico da higiene, Dr. João Marinho de Andrade, em seu relatório de 1894, no qual lamenta a precariedade desta inspetoria com pessoal insuficiente, composto apenas pelo inspetor, sem laboratório para análises, sem aparelhos e utensílios necessários às desinfecções, sem poder exercer, portanto, uma fiscalização rigorosa, dizia ele, "o serviço de hygiene como existe atualmente no Ceará nenhuma vantagem traz ao público, e é antes motivo de descrédito para a administração; ao passo que é um ônus, embora pequeno, mas sem utilidade de ordem alguma"[304]. Ao tentar convencer a Assembléia Legislativa da necessidade de "tomar em consideração este ramo de serviço publico inteiramente esquecido até agora"[305], o doutor procurava ressaltar a urgência de que "em benefício de todos tome se desde já as providencias que reclamam as condições hygienicas da cidade, afim de que esta não se transforme em um centro produtor de epidemias e de moléstias infecciosas"[306]. Para tanto, o inspetor apresenta em seguida um plano para reforma da repartição de higiene, visando dotar a inspetoria dos meios necessários ao seu regular funcionamento.

---

[301] POMPEU, 1897, *Op.cit.*, p.83.
[302] Idem, p.83.
[303] PEREIRA, Cezidio d'Albuquerque Martins. **Promptuario da legislação republicana do Estado do Ceará**: (De 2 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1914). -ed. fac.sim.- Fortaleza: FWA, 2009.
[304] CEARÁ, 1894, *Op.cit.*, Anexo VI, p.71.
[305] Idem. Anexo VI, p.71.
[306] Idem. Anexo VI, p.72.

Todavia, parece que o apelo feito pelo Dr. Marinho não havia produzido muitos resultados, tendo em vista que no ano seguinte o secretário dos negócios do interior, Thomaz Pompeu Pinto Accioly, revelava que apenas havia sido criado através da lei n. 174, de 14 de setembro de 1894, o lugar de ajudante do inspetor de higiene. Evento este também mencionado pelo médico da higiene em seu relatório de 1895 ao referir-se à inspetoria, sobre a qual diz ele não ser "ainda rigorosamente uma repartição publica a de que tenho a honra de ser chefe, limitada como se acha ao Inspetor de Hygiene e ao seu ajudante, cargo este recentemente creado na última sessão da Assembléia Legislativa do Estado"[307]. Em seguida, critica o fato da inspetoria não ter uma "casa própria em que funcione, fazendo-se o expediente no consultório médico do inspetor, nem dispõe de pessoal suficiente para as diversas funções deste ramo tão importante da administração pública"[308]. Quanto à necessidade de um local específico para a diretoria de higiene, o secretário dos negócios do interior faz o seguinte apelo: "o grande incremento que vae tendo esta capital reclama o funcionamento dos serviços de Inspetoria de Hygiene, em repartição própria, dando-se-lhe um prédio para a sua organização completa"[309].

Como o plano para organização do serviço sanitário do Ceará, proposto pelo Dr. Marinho de Andrade no ano anterior, não havia sido contemplado nas disposições de lei elaboradas pelo poder legislativo do Estado, o inspetor de higiene em seu relatório de 1895 reporta-se ao mesmo, chamando novamente "a atenção do poder competente para a necessidade de reformar e ampliar o serviço de Hygiene Pública, dando-lhe uma organização regular e um pessoal suficiente para a boa execução da policia sanitária do Estado, que precisa ser creada"[310]. Para tal reforma que deveria ser feita pela Assembléia Legislativa, o Dr. Marinho oferecia em seu relatório algumas bases que poderiam servir para organização de um projeto de lei.

O projeto apresentado pelo inspetor estendia-se "apenas a esta cidade, com cujo serviço gastar-se-ha cerca de quarenta contos, o que é na verdade uma quantia relativamente insignificante para um serviço tão útil e em uma capital

[307] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 4ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, 1º de julho de 1895. Fortaleza: Typ. d'A República, 1895. Anexo IV, p.139.
[308] Idem. Anexo IV, p.139.
[309] Idem. Anexo I, p.66.
[310] Idem. Anexo IV, p.139-140.

importante como esta"[311]. A reforma previa basicamente a montagem dos equipamentos essenciais ao funcionamento da inspetoria, tais como "um – Instituto Vaccinogênico, – um – Laboratório Mixto – para analyses chimicas e estudos bacteriológicos e um – Desinfectório"[312], além da formação de um quadro básico de funcionários, o qual seria composto por "um inspetor geral, um secretário, um médico demographista, um chimico analysta, um archivista, tantos comissários de hygiene quantos fossem os distritos sanitários creados, dois auxiliares, um contínuo, três serventes e dois desinfectadores"[313].

No entanto, após três anos de reiteradas tentativas no sentido de dotar a inspetoria de higiene dos meios necessários ao seu satisfatório funcionamento, o Dr. Marinho lamenta, em seu relatório de 1896, ao então presidente do Ceará, José Freire Bezerril Fontenelle, cujo mandato terminaria em breve, que tivesse este de deixar o governo, "não vos sendo possível, como desejaes, reorganisar o serviço sanitário do Estado, elevando-o, e dotando-o do pessoal e aparelhos necessários, tornando-o uma instituição completa, capaz de satisfazer aos reclames da população"[314]. Relata em seguida que a repartição de higiene continuava na mesma situação, composta apenas pelo inspetor e seu ajudante. Contudo, animava-se com a expectativa de que fosse ela ainda naquele ano melhorada e aumentada no seu pessoal, caso a Assembléia Legislativa, "de cuja aprovação depende o projeto de lei, reformando o serviço sanitário do Estado, já aprovado em primeira discussão na sua última sessão, compenetrada das grandes vantagens que advirão para o Estado, o fizer"[315]. Diante do exposto, o presidente Fontenelle, fazendo coro a tais alegações, em mensagem lida à Assembléia naquele mesmo ano, alertava que "a hygiene pública continua a reclamar medidas práticas que restituam à bella capital do Ceará os seus antigos foros de cidade salubérrima"[316].

De fato, após tais reivindicações, o poder legislativo reconheceu, em parte, a procedência deste reclamo, concedendo ao governo do Estado, através da

[311] Idem. Anexo IV, p.140.
[312] Idem. Anexo IV, p.145.
[313] Idem. Anexo IV, p.145.
[314] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 5ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, 1º de junho de 1896. Fortaleza: Typ. d'A República, 1896. Anexo III, p.55.
[315] Idem. Anexo III, p.55-56.
[316] Idem. p.6.

lei n.321, de 31 de agosto de 1896, “auctorisação ilimitada para aquisição de aparelhos e utensílios para um laboratório a cargo da inspetoria de hygiene”[317]. Entretanto, tal resolução restringia-se à compra de material, sem nada dispor a respeito da contratação de pessoal competente, indispensável ao funcionamento do laboratório. Por esta razão, o presidente Nogueira Accioly ao assumir o cargo de governador do Ceará, no ano seguinte, viu-se impossibilitado de executar tal medida, por acreditar que o fazê-lo “seria indesculpável, onerando o Estado de uma despeza avultada, ainda mais na proporção da depreciação do nosso meio circulante, sem nenhuma utilidade a esperar”[318], porque na verdade não havia “uma repartição de hygiene, mas tão somente um inspetor e seu ajudante”[319]. Deste modo, sem contar com uma verba destinada à contratação do pessoal necessário para colocar em prática as medidas higiênicas, de nada adiantaria investir na compra de um material que não poderia ser utilizado apenas pelo médico da higiene e seu auxiliar.

Por isso, o governador Nogueira Accioly em mensagem dirigida à Assembléia no ano de 1897 retoma a tarefa de apelar à mesma acerca da urgência quanto ao empreendimento das medidas referentes ao ramo da saúde pública, pois dizia ele ser este, “precisamente, o que menos atendido tem sido na sucessão dos tempos, sendo aliás da mais transcendente importância”[320]. No intuito de persuadir o poder legislativo do Estado da gravidade de tal inércia, afirma em seguida que “o estado sanitário desta capital tem ido de mal a peior”[321]. Continua alertando que a crescente taxa de mortalidade registrada na cidade a cada ano estaria inevitavelmente relacionada à deficiência estrutural da inspetoria de higiene, que pela ausência de uma organização regular não poderia “corresponder suficientemente a seus fins de sentinela vigilante contra as investidas de todo agente nocivo à saúde do povo”[322].

Contudo, a providência tomada pela Assembléia Legislativa dois meses após o pedido de melhorias para o serviço sanitário feito pelo presidente do Estado

---

[317] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1897. Fortaleza: Typ. d’A República, 1897. p.7.
[318] Idem. p.7.
[319] Idem. p.7.
[320] Idem, p.6.
[321] Idem, p.6.
[322] Idem, p.7.

parece situar-se exatamente no sentido contrário aos apelos do poder executivo, pois “pela lei n.386, de 11 de setembro de 1897”[323] foi extinto o cargo de ajudante do inspetor de higiene que havia sido criado em 1894. Todavia, é provável que tal resolução tenha sido tomada em virtude talvez de alguma escassez momentânea de recursos, tendo em vista que aquele posto fora novamente “restaurado pela lei de n.484, de 14 de outubro”[324] do ano seguinte.

Porém, a despeito do restabelecimento da função de auxiliar do inspetor de higiene, nenhuma das demais medidas anualmente requisitadas pela administração pública para a reestruturação da inspetoria foi instituída pelo poder legislativo. Tanto que em sua mensagem dirigida à Assembléia em 1898, o presidente Nogueira Accioly acusa que: “ainda não teve solução prática o magno problema dos melhoramentos reclamados pela hygiene pública nesta capital”[325], embora continuasse manifestando-se a varíola em caráter endêmico e ainda fosse verificado um aumento significativo no “quociente de mortalidade dos 12 últimos mezes nesta capital, dando assim uma média de 4 óbitos por dia, ou um sobre 10.000 habitantes, visto computar-se em 40.000 almas a sua população”[326].

Então, no ano seguinte estava novamente o presidente Nogueira Accioly a tentar convencer o legislativo de que “um dos grandes benefícios com que os agentes da autoridade podem assignalar a sua passagem pelo poder é, incontestavelmente, a realização de melhoramentos nas condições de hygiene da porção territorial de sua jurisdição”[327]. Com isso, o governador pretendia chamar a atenção da Assembléia para o estado de negligência e “lamentável esquecimento de interesses tão vitaes”[328], que firmavam a regra geral das condições em que se achava a organização dos serviços sanitários sob a responsabilidade do poder legislativo do Estado.

Tal situação, todavia, continuava ainda inalterada em 1901 quando, em seu relatório, o então presidente Dr. Pedro Borges reclamava dizendo que “a saúde

---

[323] PEREIRA, 2009, *Op.cit.*, p.16.
[324] Idem, p.16.
[325] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly a Assembléia Legislativa do Ceará em 4 de julho de 1898. Fortaleza: Typ. Econômica, 1898. p.7.
[326] Idem, p.8.
[327] CEARÁ, 1899, *Op.cit.*, p.15.
[328] Idem, p.15.

pública exige na capital medidas de superior alcance, que ainda não foram adoptadas"[329]. Segundo o doutor a repartição de higiene carecia ainda "de aparelhos que a habilitem a desempenhar sua humanitária e importante função"[330], sendo necessária também a criação de um laboratório apropriado, pois "todo sacrifício que se faça em prol d'esse ramo do serviço público, achará a mais plena justificação nos elevados e importantíssimos interesses que convêm acautelar, e na grande utilidade que prestará a um dos mais nobres encargos da administração"[331]. No entanto, não há indícios de que tais medidas tivessem sido implementadas naquele período, só havendo registro de uma autorização para reformar a respectiva repartição estadual no "Art. 3º da lei n.1165, de 30 de setembro de 1913, ficando os serviços com os respectivos funcionários reunidos à Secretaria do Interior"[332]. Contudo, tal lei não teve execução porque o seu regulamento havia sido expedido fora do prazo estabelecido pelo art. 3º da lei n.9, de 30 de agosto de 1892, ficando ainda a inspetoria de higiene sem a sua tão longamente requisitada reforma.

Portanto, como tivemos ocasião de examinar, aparece constantemente na documentação oficial durante toda a década de 1890 uma série de reclamações quanto à precariedade do funcionamento da inspetoria de higiene pública do Ceará, especificamente em Fortaleza. A falta de estrutura desta repartição para realizar os serviços básicos reclamados para a manutenção da salubridade pública, dentre eles os ligados ao combate à presença da varíola na cidade, tais como a vacinação e as desinfecções, revela o despreparo do Estado para lidar com a questão da endemia urbana desta doença.

Procuramos então desenvolver nossa análise neste capítulo no sentido de compreender como foram sendo elaboradas as explicações sobre o comportamento que a varíola assumia na capital cearense em fins do século XIX. Examinamos, para tanto, primeiramente a construção de uma opinião que defendia a manifestação epidêmica da doença em Fortaleza. Percebemos tal representação como uma tentativa de dar ao assunto certa relevância capaz de gerar preocupações, um clima de medo com relação ao avanço da doença na cidade, e com isso garantir a

[329] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901. p.60.
[330] Idem, p.60.
[331] Idem, p.60.
[332] PEREIRA, 2009, *Op.cit.*, p.92.

viabilidade e a necessidade das cobranças feitas às autoridades públicas no sentido de mobilizá-las a tomarem sérias atitudes, visando evitar o progresso do mal.

Assim, foram sendo registrados sucessivamente na imprensa diversos argumentos procurando justificar a classificação da doença como uma epidemia. Estes iam desde notícias sobre o aparecimento de certo número de casos entre indivíduos residentes nos arredores da capital; passando depois ao registro da ocorrência da doença entre os moradores das ruas centrais da cidade, que viviam em melhores condições higiênicas; em seguida passava a ser noticiado o fato de que a dita epidemia estaria acometendo até mesmo indivíduos ilustres da sociedade como uma missionária protestante norte-americana, vítima da varíola hemorrágica, forma grave da doença; e por fim, a alegação quanto à própria característica virulenta que a moléstia estaria assumindo, considerada típica de uma epidemia.

Em seguida, procuramos examinar as razões pelas quais havia se tornado possível a elaboração de uma representação segundo a qual a varíola estaria se comportando de maneira endêmica em Fortaleza. Para tanto, nos voltamos aos registros presentes basicamente nos relatórios produzidos pelos poderes públicos, em especial aqueles elaborados pela inspetoria de higiene do Estado. No entanto, recorremos também a estudos produzidos por particulares interessados nas questões pertinentes à saúde pública, tais como o industrial Thomaz Pompeu e o farmacêutico Rodolfo Teófilo, visando, a partir da análise deste conjunto de fontes, entender que relações haviam sido estabelecidas entre a doença, o lugar e seus habitantes, possibilitando a construção da idéia de que a varíola teria ficado morando na capital, ou seja, seria uma endemia na cidade.

Assim, concentramos nossa atenção nos discursos sobre as condições insalubres da cidade e de seus habitantes, as quais eram representadas como prováveis causas da recorrência da doença no espaço urbano; bem como as reclamações quanto ao descaso para com as medidas de higiene, então apregoadas como as únicas capazes de obstar o desenvolvimento da varíola; atentamos também para as acusações feitas à população e ao governo quanto a uma mudança de atitude com relação à percepção da ocorrência da moléstia na capital, passando de uma postura de repúdio imediato a uma indiferença generalizada quanto a sua

permanência na cidade; e por fim os registros relacionados à precariedade dos serviços de saúde a cargo da administração pública em Fortaleza.

Todavia, vejamos no capítulo a seguir que medidas específicas foram ensaiadas pelos poderes públicos, em especial pela inspetoria de higiene, e por particulares no sentido de combater a manifestação da doença na cidade; bem como as maneiras através das quais tais ações foram sendo empreendidas; e ainda que resultados foram obtidos no que diz respeito à eliminação da varíola da capital cearense durante a última década do século XIX.

CAPÍTULO 3
"A VARÍOLA ENTRE NÓS": ISOLAMENTO E VACINAÇÃO COMO PRÁTICAS MÉDICAS DE COMBATE À DOENÇA.

No intuito de examinar as diversas representações formuladas, em termos de idéias e práticas médicas, diante da manifestação da varíola em Fortaleza entre os anos de 1891 a 1901, reservamos espaço neste capítulo para procurar responder à seguinte pergunta: como foram indicadas e postas em prática as medidas de controle à disseminação da doença na cidade? Com a finalidade de discutir esta questão, nos dedicamos a analisar inicialmente em que contexto tal assunto passou a ser problematizado naquele período.

Assim, no momento em que parecia confirmar-se a permanência da varíola na capital, a qual já vinha sendo registrada desde o início de 1891, foi divulgado no periódico *O Estado do Ceará*, em meados de maio daquele mesmo ano, pelo Dr. Luna Freire, clínico da cidade, o primeiro de alguns de seus artigos intitulados *A varíola entre nós*. Em tal publicação, o doutor dizia sentir-se obrigado – em conseqüência do indesculpável e insólito silêncio que se fazia diante da contínua manifestação da doença na cidade – "a vir à imprensa despertar o público e ao mesmo tempo chamar a atenção dos competentes poderes para o problema importantíssimo da hygiene prophylatica da varíola"[333].

O Dr. Luna, ao trazer para o título de seus artigos a questão da presença da doença no seio da população, parece tentar dar ênfase ao fato de que considerava inegável a ocorrência da moléstia, embora fosse tida, por alguns, como discutível a forma com que ela se apresentava na cidade, ou seja, se seria epidêmica ou endêmica, conforme analisamos no capítulo anterior. O Dr. Freire diferenciava-se, neste sentido, da postura assumida pelo Dr. Rocha Moreira, o qual também publicava seus escritos no mesmo periódico, porém sob o título "A EPIDEMIA DA VARÍOLA", através dos quais pretendia, portanto, principalmente evidenciar a manifestação epidêmica da moléstia e polemizar tal assunto com o

[333] *O Estado do Ceará*, 18.05.1891. Anno I, n.227. A variola entre nós, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Luna Freire)

inspetor de higiene do Estado, Dr. Marinho de Andrade, que defendia categoricamente a não existência de tal epidemia na capital. No entanto, para o Dr. Freire, o tema de fundamental relevância a ser discutido e que deveria ser colocado em primeiro plano na presente ocasião era "o problema importantíssimo da hygiene prophylatica da varíola", conforme indica a justificativa que dá ao motivo de sua publicação.

Diante da ocorrência da doença, julgava-se, então, imprescindível alertar a população citadina no sentido de recomendar, reivindicar, implementar e fiscalizar as medidas higiênicas necessárias a evitar sua difusão. Por isso, argumenta o Dr. Freire: "está na mente de todos nós que não é pequeno o número de casos que existem disseminados pela cidade [...] E, entretanto, quais as medidas que têm sido tomadas até hoje?"[334]. A demanda prioritária naquele momento parecia ser a realização de ações profiláticas eficazes no combate à varíola, ao contrário das discussões que por algum tempo tinham animado a imprensa local sobre o tipo de configuração que estaria assumindo a presença da doença na urbe.

A capital do Ceará, na última década do oitocentos, onde a varíola passaria a se manifestar com freqüência, era uma cidade já historicamente marcada por calamidades periódicas, nas quais os surtos de doenças eram recorrentes, e contava, até aquele tempo, com uma precária estrutura administrativa, notadamente no que tange aos serviços públicos de saúde. De acordo com Carlos Jacinto, "à prosperidade econômica experimentada por Fortaleza nos cinqüenta últimos anos do século XIX, contrapõe-se uma série de problemas urbanos, agravados não raramente, pela ocorrência de endemias e epidemias"[335]. No entanto, havia nela um grupo de médicos, adeptos dos ideais de civilização então em voga, e defensores da higiene como representação mais importante da marcha do progresso pelo qual a cidade deveria passar para atingir o nível dos países desenvolvidos, e que, por conseguinte, via a manifestação da doença no espaço urbano como um sinal de atraso e um obstáculo a seu desenvolvimento.

Apesar de, por diversas vezes, necessitarem do apoio dos poderes públicos para empreender seus investimentos higiênicos na urbe, os médicos não

[334] Idem.
[335] BARBOSA, 2007, *Op.cit.*, p.1.

deixaram de analisar criticamente as variações do grau de participação efetiva das autoridades urbanas nas questões de saúde pública. Os doutores problematizavam as carências presentes na cidade, exigindo repostas e atitudes por parte do governo, sempre em defesa da higiene. Conforme analisa Foucault[336], exigia-se no exercício da medicina certa postura didática, pois cabia aos médicos instruir as pessoas quanto às regras fundamentais de higiene que estas deveriam adotar para garantir a sua própria saúde e a dos demais. Desta maneira, passa a se formar, principalmente ao longo do século XIX, um saber médico que procurava reivindicar e orientar a intervenção do Estado na manutenção da saúde da população.

Ainda no final do período imperial, o serviço de saúde no Ceará não se encontrava estruturado de forma adequada para atender às demandas então existentes. No entanto, foi a partir daquele momento que o governo passou a assumir algumas responsabilidades com a saúde da população, tais como a contratação dos chamados médicos da pobreza[337] e, posteriormente, a criação dos cargos de inspetores de higiene; a construção dos lazaretos e hospitais; a implementação da vacinação antivariólica; e, ainda, a fiscalização da salubridade pública através dos códigos de posturas produzidos pelas Câmaras Municipais[338]. Conforme Charles Sournia e Jacques Ruffie, foi por ocasião das doenças contagiosas que se viu pela primeira vez os poderes públicos intervirem no domínio da saúde. Ao longo dos séculos, as autoridades administrativas ocuparam-se "dos esgotos, das latrinas, das águas usadas, das indústrias insalubres, da limpeza das carnes e dos legumes vendidos nos mercados, menos para evitar as fraudes com as mercadorias do que para travar qualquer risco de epidemia"[339].

Dentre as diversas medidas profiláticas ensaiadas pelos administradores urbanos contra a varíola durante o período em que esta permaneceu endêmica em Fortaleza, de 1891 a 1901, as duas que tiveram uma maior permanência e sistematização, apesar das falhas e deficiências que apresentaram, foram o

---

[336] FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In.: ____. 1979, *Op.cit.*.
[337] Sobre a organização dos serviços de saúde em Fortaleza durante a primeira metade do século XIX, *Cf.*: OLIVEIRA, Carla Silvino de. **Cidade (in)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.
[338] BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública do Ceará**: da Colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC. 1994.
[339] SOURNIA; RUFFIE, Op.cit., p.228.

isolamento e a vacinação. Estes dois serviços consistiram nas principais ações organizadas de forma mais sistemática durante aquele período e, por isso, daremos ênfase a eles neste capítulo, visando, assim, oferecer uma idéia mais detalhada de como em meio a necessidades, possibilidades e adversidades, tais iniciativas foram sendo colocadas em prática.

3.1 – Isolamento: primeira providência

Sendo a varíola conhecida como uma doença contagiosa, uma das primeiras medidas indicada para seu controle era o isolamento dos doentes em locais afastados do espaço urbano, como os lazaretos, tendo em vista impedir o contato ou comunicação deles com os demais habitantes da cidade.

Essa prática obtinha respaldo em costumes muito antigos na relação entre os homens e as doenças, pois logo que as epidemias passaram a representar um importante problema de saúde pública, se reconheceu a necessidade de controlar as moléstias e, a partir de então, se desenvolveu esta medida presente ainda nos dias atuais. Tal atitude encontra subsídios na idéia segundo a qual, quando os doentes de moléstias transmissíveis ameaçam diretamente a saúde dos que os circundam, a sociedade vê-se no direito de retirá-los do convívio social. Assim, segundo George Rosen[340], surgiu ainda na Idade Média a obrigação de notificar algumas doenças comunicáveis, e, em algumas ocasiões, a liberdade do indivíduo podia ser severamente limitada.

As providências quanto ao isolamento dos enfermos aparecem como satisfatórias para evitar surtos epidêmicos de varíola em Fortaleza, nos relatórios dos presidentes da Província correspondentes aos anos de 1861, 1862, 1873, 1874, 1883 e 1887, nos quais eles atribuem a extinção dos casos da doença na cidade à remoção dos afetados para os lazaretos, impedindo, assim, disseminação da enfermidade. Neste sentido, comumente diante do registro de casos da moléstia, como os que estavam ocorrendo no bairro do Outeiro desde o início do ano de 1891, os jornais logo davam a notícia acompanhada do relato do envio dos variolosos para

[340] ROSEN, *Op.cit.*, p.59.

o lazareto, ou cobrando providências relativas ao assunto tanto por parte do inspetor de higiene quanto da polícia, a qual deveria investigar esses fatos “para levar ao conhecimento das autoridades competentes que devem tomar medidas no sentido de evitar o desenvolvimento dessa terrível epidemia”[341].

Com o aparecimento de freqüentes casos de varíola entre a população de Fortaleza, logo foi organizado um serviço de recolhimento dos doentes, o qual contava com a fiscalização da polícia. É possível perceber como se dava a atuação do pessoal encarregado dessa atividade a partir do seguinte relato feito pelo Dr. Rocha Moreira, clínico da capital, publicado no editorial de um dos principais jornais da cidade:

> Há dias, vimos arrancar dos braços convulsos de uma pobre mãe, residente á rua d'Assembléa, os filhinhos para serem transportados ao lazareto, á instancias dos moradores visinhos receiosos do contagio da terrivel molestia por si e suas familias por não se acharem convenientemente premunidos. Esta scena de que fomos testemunha ocular, por se ter dado em uma das ruas mais habitadas desta cidade, não deveria ter sido a unica, por quanto crescido é já o numero dos variolosos recolhidos ao lazareto e com certeza muitos d'elles terão entes caros que a esta hora soffram as angustias de cruel separação.[342]

Em meio a uma população que não se achava convenientemente vacinada, como informa em seu relatório o inspetor de higiene pública ao tratar da disseminação da vacina em Fortaleza, até o ano de 1893, dizendo acreditar que “o número de indivíduos não vacinados, residentes nesta capital, entre párvulos e adultos, é superior a 20.000, algarismo enorme numa população de quase 50.000 almas”[343], parece, assim, presumível que o medo do contágio possa ter levado os próprios vizinhos a denunciarem a existência de variolosos nas redondezas. Como disse o Dr. Moreira, temendo estes que fossem eles mesmos acometidos da doença juntamente com suas famílias. Quanto aos variolosos, estes foram então *arrancados* dos braços de sua mãe, não apenas eles, mas, conforme sugere o autor da notícia, muitos outros deveriam ter passado por situação semelhante ao serem *recolhidos* ao lazareto pelo grupo encarregado de tal serviço, o qual parecia contar com uma rede

---

[341] *O Estado do Ceará*, 07.03.1891. Anno I, n.172. Varíola, p.2.
[342] *O Estado do Ceará*, 31.03.1891. Anno I, n.187. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[343] CEARÁ. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, 1º de julho de 1893. Fortaleza: Typ. d’A República, 1893. Anexo III, p.36-37.

de comunicação através de denúncias relacionadas à existência de variolosos em algum local da cidade.

O serviço de remoção dos acometidos de varíola continuou a ser efetuado durante o decorrer do ano de 1891, como relata ao Congresso o governador do Estado em outubro daquele ano, informando que "na capital registram-se, desde o mês de março, freqüentes casos de varíola. [...] Entretanto, continua a maior solicitude na remoção, para o Lazareto, dos acometidos que não podem tratar-se nas precisas condições de isolamento"[344].

Com a reforma de 1892, que passava à alçada dos Estados diversas atividades da administração pública anteriormente ligadas à União, foram reformuladas também as instituições de higiene. Aparecia então no plano da saúde pública, uma das propostas que unia o novo bloco na administração do Brasil com o início da República, o federalismo[345]. Assim, foi mencionado no relatório do presidente do Ceará de 1893 que, em virtude da lei n.7 de 11 de fevereiro de 1892, regulamentada em 29 de dezembro do mesmo ano, todo "o serviço sanitário terrestre, até então a cargo da União, foi passado para o Estado"[346]. Diante deste novo contexto, caberia ao governo estadual arcar com as despesas referentes aos serviços do lazareto, conforme indica o seguinte ofício encaminhado ao vice-governador do Ceará pelo Dr. Marinho de Andrade em março de 1892:

> Os empregados do serviço interno e externo do Lazarêto não podem receber seus vencimentos; visto como no thesouro do Estado informaram que a respectiva folha não podia ser paga á falta de credito. [...] Para a hygiene publica, agora que parece iniciar-se o inverno, a suspensão de quaesquer despezas com relação á variola seria um desacêrto, pois em vez de diminuir o mal, tenderia a augmental-o. N'estas condições, para socorrer áquellas despezas e ás que se tenham de fazer ainda no corrente e seguinte mezes, lembro-vos a conveniencia de ser aberto desde já um crédito, nunca inferior a cinco contos de reis. [...] Devo lembrar-vos que o Governo Federal não occorre mais ás despezas á titulo de Socorros Publicos.[347]

---

[344] CEARÁ, 1891, *Op.cit.*, p.6.
[345] LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
[346] CEARÁ, 1893, *Op.cit.*, Anexo III, p.35.
[347] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 15.03.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

Assim sendo, dentre as atividades ligadas à repartição de higiene, a tarefa de recolhimento dos variolosos também deixou de ser custeada pela administração federal através do crédito referente aos socorros públicos, e passou ao encargo do Estado. Tal serviço foi então organizado da seguinte forma: compunha-se de uma equipe de trabalhadores pagos pelo governo estadual, através da secretaria de polícia, sendo este pagamento requisitado pelo inspetor de higiene ao governador por conta da verba destinada a título de socorros públicos, conforme indica o subseqüente ofício enviado pelo inspetor de higiene ao vice-governador do Estado:

> Não tendo sido pago o pessoal encarregado da remoção dos variolosos para o Lazarêto desde o mez de janeiro do corrente anno, e montando as folhas relativas aos dois mezes ultimos á importancia de trezentos e cincoenta e cinco mil reis (335.000) lembro-vos a conveniencia de mandar fornecer aquella importancia ao Snr. Francisco Martins de Castro, thesoureiro da Secretaria de Policia por intermedio de quem se tem feito o respectivo pagamento.[348]

A participação policial nas questões sanitárias dava-se de diversas formas. Os oficiais do exército, os guardas e os chefes de polícia aparecem na diversa documentação exercendo várias funções ligadas à manutenção da saúde pública. Dentre elas, a participação nas comissões de inspeção, nas visitas sanitárias aos navios, no auxílio à vacinação, acompanhando o comissário vacinador nas visitas domiciliares para a coleta do pus vacínico para a continuidade da vacinação braço a braço. Ou ainda, impedindo o transporte de cadáveres vítimas de varíola pelas vias principais da cidade, podendo também a força pública ser utilizada na proibição da comunicação entre a região central e os lazaretos do subúrbio, e até mesmo ser encarregada de fiscalizar o recolhimento dos variolosos do meio da população para serem conduzidos ao lazareto.

Segundo Michel Foucault[349], tomando por base o *Traité* de Delamare − grande carta das funções policiais na época clássica −, durante muito tempo o que se entendia como polícia não era somente a instituição policial, como a conhecemos hoje, mas um conjunto de mecanismos pelos quais eram assegurados a ordem, o crescimento canalizado das riquezas e ainda as condições de manutenção da

[348] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 03.03.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.
[349] FOUCAULT, 1979, *Op.cit.*.

higiene pública. Por conseguinte, “a saúde não será, para a polícia, simplesmente um problema no caso de epidemia, quando a peste se declara ou quando se trata de afastar os contagiosos, [...] mas vai ser necessário estar atento a tudo o que possa causar as doenças em geral”[350]. Neste sentido, era também função da polícia fazer respeitar as regras comuns de higiene, tais como cuidar da qualidade dos gêneros postos à venda, do abastecimento de água, da limpeza das ruas, e fiscalizar o serviço de recolhimento dos acometidos de moléstias contagiosas.

Assim, o isolamento dos doentes feito com auxílio policial parece ter tido certa continuidade ao longo dos anos em Fortaleza, pois temos registros, correspondentes ao período entre 1892 a 1895, de ofícios enviados pelo inspetor de higiene ao governador do Estado, requisitando pagamento das despesas com a remoção dos variolosos para o lazareto, evidenciando uma freqüência na realização desta atividade. Além de outros indícios encontrados, como a seguinte notícia extraída da folha oficial do governo, o jornal *A República*, e publicada pelo periódico católico *A Verdade* em maio de 1897, acerca da ocorrência de casos de varíola entre os habitantes de Fortaleza, informando sobre tal matéria que “a polícia tem tomado todas as providências, afim de isolar os acometidos do centro da população”[351], o que parece sugerir que tal procedimento havia se tornado comum.

Porém, apesar da regularidade na realização deste serviço coordenado pelo médico da higiene entre os anos de 1891 a 1901 – quando foi fechado o lazareto da Lagoa Funda, onde os variolosos eram isolados –, ele não deixou de ser alvo de censuras na imprensa, feitas principalmente pelos demais médicos atuantes na cidade não satisfeitos com a forma como o inspetor de higiene, Dr. Marinho de Andrade, dirigia as atividades de combate à propagação da varíola. Dentre os mais infensos às atitudes do inspetor, encontra-se o Dr. Rocha Moreira, ex-inspetor de higiene, o qual desde as primeiras notícias da ocorrência de casos da doença passou a publicar, primeiramente na seção editorial do jornal político pertencente à União Republicana, *O Estado do Ceará*, e posteriormente como artigos assinados no mesmo periódico, uma série de críticas à administração do Dr. Marinho no ramo da saúde pública.

---

[350] FOUCAULT, 2008a, *Op.cit.*, p.436.
[351] *A Verdade*, 09.05.1897. Anno VII, n. 41. Gazetilha, p.2.

Logo em sua primeira publicação, o Dr. Moreira comentando os casos de varíola que estavam se desenvolvendo em Fortaleza, no curto espaço de alguns dias, reclamava ao inspetor dizendo que não seria com meias medidas higiênicas, que ele conseguiria restringir a esfera de ação do mal: "Certamente, não é aconselhando o isolamento dos variolosos deixando em santa paz a metade dos pestilenciados, como S.S. mesmo reconhece, que atingirá o fim a que se propõe"[352]. O Dr. Moreira, ao criticar a eficácia das ações adotadas pelo inspetor, fazia referência direta ao fato de que apesar de ter sido implementado o serviço de isolamento, com a montagem de uma equipe encarregada do recolhimento dos variolosos, havia ainda graves falhas na realização desta atividade, de modo que boa parte dos doentes não era conduzida ao lazareto.

Tal limitação também é verificável a partir da fala do governador em seu relatório apresentado ao congresso cearense em outubro de 1891. Ao comentar sobre o serviço de isolamento, dizia serem recolhidos ao lazareto apenas os "acometidos que não podem tratar-se nas precisas condições de isolamento"[353]. Para o Dr. Rocha Moreira, tal procedimento flagrava uma profunda inobservância aos princípios da higiene, considerados os únicos capazes de restabelecer a salubridade da capital e impedir o desenvolvimento de uma epidemia de varíola na cidade. Diante destas circunstâncias era necessário, então, pôr em prática medidas mais enérgicas "mandando fazer visitas domiciliárias e fazendo transportar para o lazareto todos quantos forem encontrados feridos do mal"[354]. Portanto, o isolamento da forma como acontecia, deixava de se constituir uma medida eficaz no combate à disseminação da doença, como justifica ainda o Dr. Moreira no artigo que escreve em resposta ao que havia sido publicado pelo inspetor de higiene na folha oficial do governo à época, o jornal *Libertador*. Em tal artigo, o doutor critica e classifica como blasfêmia a seguinte alegação do inspetor referente ao serviço de isolamento dos doentes:

> Que os individuos atacados tem sido immediatamente isolados, visto como o isolamento é a unica medida hygienica, que pode obstar a propagação da variola. Realmente isto não é somente uma grande heresia scientifica, é tambem um cumulo de ignorancia e atraso dos conhecimentos mais

[352] *O Estado do Ceará*, 28.03.1891. Anno I, n.185. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[353] CEARÁ, 1891, *Op.cit.*, p.6.
[354] *O Estado do Ceará*, 28.03.1891. Anno I, n.185. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.

> rudimentares da hygiene. [...] Ainda mesmo que elle se fizesse com o maior rigor possivel, esta medida por si só não seria sufficiente.[355]

Ao comentar as explicações dadas pelo inspetor, o Dr. Moreira demonstra a discrepância entre a sua concepção e aquela que justificava as atitudes do Dr. Marinho, para quem o contágio da varíola só poderia ser evitado através do isolamento, o que denota sua adesão à idéia da propagação da doença apenas através do contato, posição esta adotada pelos defensores do contagionismo, teoria que se achava em descrédito entre a opinião geral da época.

No entanto, em relação à varíola, uma convicção se tinha, era comumente aceitável ser ela uma doença comunicável. Tal conceito apoiava-se na observação, mas não respondia a todas as questões quanto à natureza e causa de suas epidemias. Assim, se era admissível que a doença possuísse um caráter contagioso, restava ainda esclarecer qual seria e de onde viria seu componente comunicável. Porém, como não se tinha conhecimento da reposta, muitas eram as especulações e predominava como opinião mais comum uma amalgamação de idéias que procurava dar conta das várias concepções existentes acerca das doenças. De acordo com tais pensamentos, era tida como mais sensata uma postura que se valesse de diversas medidas capazes de impedir a difusão da moléstia, tais como, para além do isolamento, as desinfecções, a vacinação, os cuidados higiênicos, o uso de medicamentos e dietas adequadas, etc.

No caso do Dr. Moreira, ao fundamentar sua alegação quanto à incapacidade de apenas através da prática do isolamento conseguir obstar o desenvolvimento da varíola na capital, ele faz referência à falta de rigor e, por isso, a deficiência na prática dessa atividade.

Assim, a providência quanto ao recolhimento dos doentes adotada pelo inspetor de higiene, e justificada por ele como único meio de se impedir o contágio, para seus contemporâneos parecia não passar de uma *heresia* ou uma visão *atrasada* em termos de higiene. Pois, segundo estes era preciso cercar a doença por todos os lados, tentando impedir o seu desenvolvimento quer fosse ele ocasionado por meio de condições atmosféricas, insalubridade, miasmas, ou do contágio. Além de criticar a questão do isolamento como único meio de prevenção da varíola, o Dr.

---

[355] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.

Rocha Moreira em seu artigo seguinte procurava ainda ponderar e alertar sobre as condições concernentes à eficiência da prática de isolamento dos doentes, advertindo que:

> Todos nós sabemos, que o isolamento como medida impeditiva da propagação da variola, só tem real importancia no começo d'aquella molestia, quando afastando-se do seio da população os individuos accommettidos e todos quantos se achão em periodo de descamação, condição necessaria ao contagio, se pode ter esperanças de restingir os effeitos perniciosos do mal. Mas, presentemente, não, absolutamente não! Attenda o Sr. Dr. Inspector de Hygiene para o que disse o nosso collega Helvecio: –Meus olhos virão variolosos em descamação sem estarem isolados, tive informação de outros condusidos para o lazareto e outros ainda demorados nas proprias casas sem emprego de medidas hygienicas.– O que o Sr. Dr. Helvecio Monte vio em um ponto d'esta cidade, existe em muitos outros; sendo outros tantos focos de contagio.[356]

Para corroborar seu argumento no que diz respeito às condições segundo as quais o isolamento enquanto medida profilática da varíola teria sua validade e quando não haveria mais possibilidade de impedir o desenvolvimento de uma epidemia apenas retirando do meio da população alguns indivíduos acometidos da doença, o Dr. Moreira faz referência direta a uma publicação assinada pelo Dr. Helvécio Monte veiculada pelo mesmo periódico, *O Estado do Ceará*, três dias antes e direcionada *AO DR. MARINHO*[357], segundo indica seu título. Nela, o Dr. Helvécio relatava ter visto pessoas doentes sem estarem isoladas e ainda ter ouvido falar de outros que estavam em suas casas sem a adoção de medidas higiênicas. O Dr. Moreira generaliza então o exemplo citado pelo Dr. Helvécio visando demonstrar que na proporção em que os casos estavam se dando, o isolamento total dos acometidos nem de fato estaria sendo realizado como também seria de improvável sucesso. Deste modo, não se poderia contar apenas com o serviço de recolhimento dos doentes ao lazareto, mas se fazia imprescindível o emprego de outras medidas que pudessem obstar a marcha da enfermidade no espaço urbano.

Desta forma, a idéia da propagação da doença apenas pelo contato direto, pensamento segundo o qual o isolamento seria a única medida profilática válida, não se mostrava bem aceita, conforme vemos nas críticas direcionadas a esta medida de saúde pública empreendida pelo inspetor de higiene do Estado. Os argumentos levantados pelo Dr. Moreira parecem, assim, procurar desaprovar o

---

[356] *O Estado do Ceará*, 14.04.1891. Anno I, n.199. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[357] *O Estado do Ceará*, 11.04.1891. Anno I, n.197. AO DR. MARINHO, p.2. (Publicação assinada pelo Dr. H. Monte)

recurso ao isolamento como uma profilaxia eficaz diante da forma como estava se desenvolvendo a varíola na capital. Postura com a qual parecia se identificar também o Dr. Luna Freire como se observa nas censuras que este faz à maneira como tal prática estava se dando na cidade:

> O isolamento collectivo, tal como é feito no lazareto da Lagôa Funda não produz os beneficios que erão de esperar. [...] Si d'aqui passarmos a analysar o que vai no isolamento individual nos domicilios, então, a cousa ainda e mais horrorosa! Entre nós, como se sabe, não ha nada que se pareça com legislação sanitaria, e portanto, ninguem pelo facto de ser acomettido de molestia epidemica é obrigado a internar-se em um hospital de isolamento. [...] Continuamente qualquer de nós encontra nos lugares mais publicos da cidade individuos em cuja casa ha doentes de variola, e que sem a menor precaução e zelo põem-se em contacto com os mais acautellados.[358]

Para além de criticar o modo como se dava o serviço de recolhimento dos variolosos no lazareto da Lagoa Funda, o doutor discute e censura igualmente a prática do isolamento individual, tal qual se realizava nos domicílios, sem tipo algum de vigilância e que permitia, assim, a ocorrência de vários abusos devido à falta de precaução por parte dos doentes e de seus familiares. Por causa da inexistência de uma legislação sanitária, fato desaprovado pelo Dr. Freire, grande parte dos doentes poderia alegar – para não ter que ir ao lazareto – que tinha meios para se tratar em suas próprias residências, sendo recolhidos, então, somente aqueles que – em sua maioria muito pobres – não podiam arcar com as despesas de seu tratamento e ficavam então sob a responsabilidade do governo que os assistia no lazareto às custas da verba destinada aos socorros públicos.

Contudo, providências no sentido de se tentar estabelecer certo rigor para com a questão do serviço de isolamento das pessoas acometidas de moléstias contagiosas foram ensaiadas. O código de posturas proposto pela intendência municipal de Fortaleza para o ano de 1891, em seu artigo de número 33, estabelecia que fossem removidos do tratamento na Santa Casa de Misericórdia "todos os doentes de enfermidades epidêmicas ou contagiosas para estabelecimentos especiais que existirem para tais enfermos"[359]. Todavia, tal disposição das posturas municipais foi alvo de crítica na seção editorial do periódico católico *A Verdade*, no qual a notícia fora publicada. A opinião do jornal sobre o assunto era de que, apesar da medida parecer, à primeira vista, de grande utilidade e longe de qualquer

[358] *O Estado do Ceará*, 18.05.1891. Anno I, n.227. A variola entre nós, p.2.
[359] *A Verdade*, 18.01.1891. Anno II, n. 25. A Verdade. A Intendencia Municipal, p.1.

contestação, visto estar referendada nos preceitos higiênicos aconselhados pela ciência, a sua aplicação, porém, apresentava alguns inconvenientes em relação ao tipo de cuidado destinado aos doentes nos ditos *estabelecimentos especiais*, tais como o lazareto da Lagoa Funda, os quais, segundo o jornal, estariam longe de substituir o magnífico tratamento dispensado pela Santa Casa.

O questionamento quanto à viabilidade prática daquele artigo do código de posturas aponta a falta de estrutura dos serviços realizados no lazareto, comparando-os como insuficientes diante do tipo de tratamento oferecido pela Santa Casa. Provavelmente, por causa disso, muitos doentes acometidos de varíola, alegavam poder se tratar por conta própria, não precisando, portanto, serem conduzidos ao lazareto, ficando este serviço, então, restrito sobretudo aos doentes pobres. O isolamento custeado pelo Estado tanto era direcionado ao tratamento apenas destes indivíduos que na seguinte notícia, sob o expressivo título de *Socorros públicos*, o jornal *O Estado do Ceará* informava que havia sido aprovado o crédito, "aberto pelo governador do Ceará, para ocorrer às despesas com o tratamento de *indigentes* variolosos na capital do Estado"[360].

O mesmo tipo de posicionamento se fez presente meses depois influenciando inclusive a sanção da primeira lei ordinária decretada pelo Congresso Cearense, cujo teor tratava-se do seguinte: "fica desde já autorisado o General Governador do Estado a despender até a quantia de dez contos de réis com o tratamento dos variolosos *indigentes* e meios necessários para combater a varíola, que grassa nesta cidade"[361]. Constatamos, portanto, que o serviço de recolhimento dos acometidos de varíola para serem tratados no lazareto destinava-se sobretudo aos *indigentes*, ou seja, apenas aqueles indivíduos que não possuindo meios de se tratarem por conta própria, eram então socorridos pelo governo.

Durante muito tempo, os encargos coletivos com a doença foram realizados através da assistência aos pobres, segundo informa Michel Foucault[362]. A medicina entendida e exercida como serviço fora apenas uma das componentes dos socorros e se dirigia principalmente aos indigentes. Assim, "na figura do pobre necessitado que merece hospitalização, a doença era apenas um dos elementos em

[360] *O Estado do Ceará*, 12.05.1891. Anno I, n.222. Soccorros publicos, p.2. grifos nossos.
[361] *O Estado do Ceará*, 28.10.1891. Anno II, n.356. Lei sanccionada, p.2. (Editorial) grifos nossos.
[362] FOUCAULT, 1979, *Op.cit.*.

um conjunto que compreendia também a enfermidade, a idade, a impossibilidade de encontrar trabalho, a ausência de cuidados"[363], de maneira que a ação do Estado em Fortaleza mostrava-se mais impulsionada por este tipo já tradicional de prática assistencialista que propriamente por uma questão sanitária. Visto que, o que parecia estar em jogo diante da realização do serviço de isolamento não era prioritariamente o fato dos indivíduos estarem doentes e, por isso, deverem ser levados ao lazareto para ficarem isolados, como reclamava o Dr. Luna Freire, mas a questão determinante era se eles possuíam ou não os meios necessários para se tratarem às suas próprias custas.

Além da desaprovação quanto à eficácia higiênica dos métodos de isolamento postos em prática pelo governo, uma vez que eram realizados apenas de forma parcial, invalidando, assim, sua garantia de sucesso em relação à prevenção de uma epidemia de varíola na cidade, foram feitas também diversas críticas no que diz respeito ao funcionamento deste serviço.

Em outro de seus artigos, o Dr. Rocha Moreira denuncia que, segundo o havia informado o Dr. José Lino da Justa, alguns "doentes de variolóide foram recolhidos e tratados promiscuamente com os variolosos no lazareto da Lagoa Funda"[364] ao tempo que o Dr. Marinho achava-se à frente daquele estabelecimento. À falta de um diagnóstico preciso por parte do pessoal encarregado do serviço de recolhimento dos doentes, estavam se dando tais confusões. Pois, não sendo esta atividade acompanhada de perto por um médico que pudesse atestar quais indivíduos estavam de fato com varíola e não com outro tipo de doença, falhas dessa natureza poderiam certamente ocorrer, como reclamaram os doutores.

Ainda outros protestos referentes à má qualidade dos serviços de combate à disseminação da doença dirigem-se ao "transporte dos cadáveres vítimas de varíola pelas ruas mais públicas d'esta cidade"[365] e também ao fato de que "os variolosos são inhumados no cemitério público d'esta cidade sem as cautelas precisas"[366], denúncia feita pelo Dr. Eduardo da Rocha Salgado ao Dr. Moreira que a publicou no editorial que escreveu para um dos principais periódicos citadinos. O

[363] Ibidem, p.195.
[364] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[365] *O Estado do Ceará*, 07.04.1891. Anno I, n.193. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[366] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.

fato de cadáveres de variolosos serem transportados pelas ruas centrais da urbe, ou ainda enterrados no cemitério público, era considerado perigoso porque se acreditava, tomando como referência os preceitos de higiene da época, que a proximidade dos mortos poderia também promover a contaminação. Por esta razão, havia sido estabelecido nas proximidades do lazareto da Lagoa Funda um cemitério próprio para os doentes de moléstias contagiosas, os quais somente lá deveriam ser enterrados.

Possivelmente foi a preocupação com o contágio que levou os membros da intendência municipal de Fortaleza a ordenarem, em junho de 1891, ao Dr. Alencar que este fosse à Lagoa Funda, "onde demora a enfermaria de variolosos para informar sobre o estado de seu respectivo cemitério"[367], o qual, segundo informa a notícia publicada pelo jornal católico *A Verdade* sob o título *cemitério de variolosos*, achava-se em um estado lastimável, requerendo então providências imediatas dos dignos intendentes. Todavia, somente dois anos após tal requisição é que esta parece ter sido atendida, pois voltou a ser assunto do mesmo periódico, em maio de 1893, a seguinte notícia, publicada sob o mesmo título da anterior, a qual informava acerca da realização de uma "exigência piedosa, por vezes reclamada por nós, do alto da imprensa, qual a da construção de um cemitério para os variolosos sepultados em campo aberto, como para os que possam aparecer de futuro, nesta capital, do que Deus nos livre"[368]. O jornal segue relatando que esta obra se devia aos esforços não da intendência municipal, que provavelmente nem dispunha de verba suficiente para empreender tal atividade, mas do presidente do Estado e do Dr. Gonçalo Souto, então deputado estadual, que para este fim "pôs à disposição do Ex.mo Sr. Bispo diocesano a quantia de um conto e duzentos mil réis, importância que lhe foi apresentada pelo orçamento feito"[369].

No entanto, ainda que a construção de um novo cemitério para as vítimas da varíola possa se situar enquanto uma medida sanitária recomendada pela ciência para a manutenção da higiene pública, o fato da construção do cemitério ter sido organizada pelo bispo e reclamada pelo jornal católico como uma *exigência piedosa*

[367] *A Verdade*, 21.06.1891. Anno II, n. 47. Gazetilha, p.3.
[368] *A Verdade*, 14.05.1893. Anno III, n. 41. Gazetilha, p.2.
[369] Idem.

para dar uma sepultura no mínimo decente para os variolosos, demonstra muito mais uma preocupação filantrópica religiosa que necessariamente higiênica.

Considerando estes indícios, verificamos que as práticas relacionadas aos serviços de isolamento dos doentes encontram-se, neste período, em muito perpassadas por questões assistencialistas e religiosas, que se apresentam de forma bem mais expressiva que uma estrita preocupação com a higiene pública. Portanto, concluímos que, embora o serviço de isolamento dos doentes estivesse sendo posto em prática, as demandas que motivavam sua implementação obedeciam a diversas lógicas, sendo a higiene apenas uma delas. Assim, considerando as variadas críticas feitas às deficiências deste serviço – do ponto de vista higiênico –, não era a saúde pública a preocupação principal das autoridades governamentais naquele período.

Contudo, a inspetoria de higiene ensaiou algumas medidas concretas no sentido de sistematizar ações para a preservação da higiene pública, bem como visando garantir certa regularidade no serviço de combate à varíola. A principal delas foi conservar aberto e em atividade o lazareto da Lagoa Funda, responsável pelo isolamento coletivo dos variolosos. Tal edifício manteve-se em funcionamento desde março de 1891, segundo informa o Dr. Marinho, sob a guarda de um fiscal enérgico e honesto a quem o inspetor havia encarregado da fiscalização do serviço interno do lazareto, e do qual o mesmo não podia prescindir, por fazer-se necessário para coibir "qualquer abuso dos empregados, sendo o Snr. zelador o que melhor se presta a preencher este cargo, já por sua longa prática, já pelo facto de morar perto do edifício do Lazareto"[370].

A equipe instituída pelo inspetor de higiene, a quem cabia coordenar as atividades de isolamento, para se encarregar dos serviços do lazareto compunha-se, além do zelador, de um ou dois médicos responsáveis pelo tratamento dos doentes, e de um quadro de empregados em serviços externos e internos, dentre eles alguns condutores de doentes, serventes e enfermeiras. Equipe cujo número variava de acordo com a quantidade de indivíduos a serem atendidos naquele estabelecimento

[370] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 01.02.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao General José Clarindo de Queiroz, governador do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

público, conforme indica o seguinte ofício encaminhado pelo Dr. José Pinto Nogueira, inspetor interino, ao vice-governador do Estado, propondo a dispensa de alguns funcionários, por achar "conveniente reduzir o pessoal do Lazareto dos variolosos da Lagoa Funda, visto diminuir o número de doentes no mesmo Lazareto"[371].

No entanto, apesar da certa regularidade e sistematização dos serviços realizados naquele estabelecimento ao longo da última década do século XIX, o funcionamento interno do serviço de isolamento coletivo tal qual se dava no lazareto foi por vezes alvo de críticas e reclamações por parte de diversos médicos da cidade, pois tal atividade nem sempre estaria, segundo eles, produzindo os benefícios que eram de se esperar. Deste modo, informa o Dr. Luna Freire: "os dous distintos colegas que se incumbem do serviço médico deste hospital já têm reclamado contra os abusos que por lá se dão, e não nos consta que tenhão sido atendidos"[372]. E, prossegue, relatando que:

> Além da falta de serviço de enfermaria, e da pharmacia que lhe devia ser annexa, e de muitas outras cousas que por lá correm á revelia, accresce que o pessoal interno constantemente pôe-se em contacto com a população, sem mesmo haver a cautela de mudar de roupa! Comprehende-se assim que não só o *lazareto* não preenche seu fim, como que o isolamento, a que ele se destina, é apenas ficticio, pois a propagação da infecção pode-se dar por contacto indirecto! Entretanto, o lazarêto, a unica medida de prophylaxia proporcionada pelo governo, podia prestar serviços inestimaveis, se fossem attendidas as regras que presidem a estabelecimentos taes, de isolamento.[373]

As precárias condições de funcionamento do lazareto, que, segundo os relatos dos doutores, não contava sequer com os serviços básicos necessários ao cuidado com os doentes, tais como os de enfermaria e farmácia, indicam a que tipo de tratamento os variolosos lá recolhidos estariam sujeitos. Provavelmente por causa de tal falta de estrutura, chegando a carecer, em alguns momentos, inclusive de médicos para se dedicarem exclusivamente à demanda do lazareto, é que muitos dos indivíduos afetados pela varíola preferiam, caso tivessem condições, serem tratados em suas próprias residências. Tamanha precariedade parecia dar espaço

---

[371] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 09.07.1892. Ofício do Dr. José Pinto Nogueira, inspector interino, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

[372] *O Estado do Ceará*, 18.05.1891. Anno I, n.227. A variola entre nós, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Luna Freire)

[373] Idem.

ainda a que fossem cometidos outros abusos, igualmente censurados pelo Dr. Luna Freire, como o fato do pessoal interno do lazareto ter de se colocar constantemente em contato com a população da cidade em busca de medicamentos, dietas e de mais pessoas para trabalharem no local devido às carências que lá existiam. Além disso, tal fato dava-se sem que houvesse uma fiscalização rigorosa no sentido de evitar que os empregados saíssem do hospital sem a devida cautela de trocarem de roupa.

No dia seguinte à divulgação de tais críticas pelo Dr. Freire, foi publicado na folha oficial do governo, o jornal *O Libertador*, um artigo escrito pelo Dr. Marinho de Andrade, inspetor de higiene, refutando as censuras que haviam sido direcionadas ao serviço público prestado no lazareto da Lagoa Funda. Assim, segundo a transcrição de tal artigo feita pelo Dr. Luna Freire em sua publicação veiculada pelo periódico *O Estado do Ceará* no dia 20 de maio de 1891, diante da acusação de que o pessoal do lazareto estaria entrando em contato com a população citadina com a mesma roupa com que serviam no hospital e com isso promovendo, eles mesmos, a disseminação indireta da varíola pela cidade, o Dr. Marinho se defende, dizendo que:

> O servente encarregado de vir todos os dias á Santa Casa para conduzir medicamentos e dietas, entrando naquelle estabelecimento, onde a receptividade (*a palavra é receptibilidade*) morbida acha-se em toda sua latitude, ainda não contaminou nenhum dos que residem n'aquella casa.[374]

O inspetor procura refutar tais insinuações não através da negação do fato de que os empregados do lazareto continuassem usando a mesma roupa ao saírem daquele local, tendo sido inclusive o próprio Dr. Marinho, poucos dias antes, acusado de transmitir indiretamente a varíola a uma senhora norte-americana responsável pela escola protestante na capital justamente por ter se sentado no bonde ao lado dela após sair da Lagoa Funda também sem ter tido o cuidado de trocar de roupa. Antes, a alegação do médico da higiene sustenta-se na idéia, por ele já anteriormente utilizada em sua própria defesa, segundo a qual a varíola não seria transmitida de modo indireto. Porquanto, nas palavras do Dr. Luna, o inspetor "em matéria de hygiene está mais atrasado que o seu enfermeiro, pois que não

[374] *O Estado do Ceará*, 20.05.1891. Anno I, n.229. A variola entre nós, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Luna Freire) grifos do autor.

admitte a transmissão indirecta da varíola"[375]. Neste sentido, o que o Dr. Marinho procura demonstrar através do exemplo por ele utilizado – do servente encarregado de levar remédios e dietas da Santa Casa para o lazareto da Lagoa Funda – era que, embora de fato não se tivesse o cuidado de trocar de roupa ao sair do lazareto, mesmo assim isso não significava que desse modo se estaria promovendo o contágio indireto da varíola, pelo simples fato de tal disseminação não existir.

No entanto, não era essa a opinião nem a observação do Dr. Luna Freire quanto ao fato narrado, o qual afirma que "justamente, eu sei do contrário, e agora o Sr. Dr. Moreira me informa que já forão acometidos o menor João Araujo e Manoel do Nascimento, dentro da Santa Casa"[376]. Ou seja, O Dr. Freire alega que o argumento utilizado pelo inspetor para se defender das acusações de que o pessoal do lazareto estaria contaminando os habitantes da capital por não tomarem a precaução de mudar de roupa ao se dirigirem à cidade, na verdade, apenas fazia com que ele se incriminasse ainda mais. Visto que, segundo sugere o doutor, o fato do servente do lazareto ir diariamente à Santa Casa para conduzir medicamentos e dietas aos variolosos já teria, de fato, disseminado indiretamente a varíola, provocando o acometimento de dois indivíduos naquele hospital. Desta maneira, adverte o Dr. Luna ao inspetor, dizendo que "por honra da classe a que dá-se ao luxo de pertencer, o Sr. Dr. Marinho deve declarar que acredita no contagio indirecto da varíola"[377]. Continua, lembrando ao inspetor de higiene e trazendo como indício para seu argumento o fato de que: é "tanto assim que em officio dirigido ao Sr. Governador [o inspetor] lembrava o alvitre de ser pago o pessoal do Lazareto, lá mesmo na Lagoa Funda, para não contaminar se a população"[378].

Ainda, como prova das denúncias feitas sobre o estado de desordem em que se achava o lazareto sob a administração do Dr. Marinho de Andrade, apelou o Dr. Luna Freire em seu artigo do dia 20 de maio para o testemunho do Dr. Montezuma, médico nomeado para auxiliar o inspetor de higiene no tratamento dos variolosos no lazareto da Lagoa Funda desde março de 1891[379]. Este, em nota

[375] Idem.
[376] Idem.
[377] Idem.
[378] Idem.
[379] *Cearense*, 25.03.1891. Anno XLV, n.62. Noticiário, p.2.

publicada no jornal *O Estado do Ceará* dois dias após a requisição feita pelo Dr. Freire, responde "sobre a relaxação authorisada lá pelo hospital"[380] que:

> no dia seguinte ao da minha nomeação para medico auxiliar do sr. dr. Marinho no Lazareto (23 de março) fui ao mesmo estabellecimento e de volta procurei o sr. dr. Inspector de Hygiene, a quem não encontrei. Dirigi-lhe então o officio infra no mesmo dia: <<Cidadão etc. etc. Não encontrei no Lazareto mesa em que escrevesse; nem tinta, penna e papel, pedi o livro de entradas e sahidas e o enfermeiro apresentou-me uma folha de papel já suja com uns nomes; não encontrei nomes nem papeletas nos leitos; a dieta era pedida e destribuida pelo enfermeiro; de substancia purificadora apenas uma garrafa de óleo phenicado; e o que mais o enfermeiro analphabeto.[381]

Conforme se apreende do ofício enviado pelo Dr. Montezuma ao inspetor de higiene, o qual foi posteriormente encaminhado pelo mesmo doutor ao então presidente do Estado, Sr. Benjamim Barroso, pelo fato de, segundo ele, terem-se passado quinze dias sem que tivesse obtido alguma resposta por parte do inspetor, era perceptível então o descaso e as precárias condições de funcionamento do lazareto da Lagoa Funda. Este não contava sequer com um livro de registro de entradas e saídas de doentes, nem ao menos havia o material necessário para que tal apontamento fosse feito, inclusive pelo fato de o próprio enfermeiro do lazareto ser analfabeto. Não havia também, segundo o relato do Dr. Montezuma, um tratamento individualizado para cada paciente: com um prontuário contendo o nome, as dietas e os medicamentos a serem distribuídos a cada um dos doentes conforme requerido pelo seu estado de saúde. Além de tudo, havia uma carência praticamente total de material necessário ao cuidado com os variolosos, existindo naquele estabelecimento unicamente o *óleo phenicado* para ser usado como substância purificadora.

No entanto, apesar das diversas críticas que sofreu, o serviço interno do lazareto continuou a ser realizado no decorrer do tempo, conforme indica o movimento de entradas e saídas de doentes, registrado nas enfermarias da Lagoa Funda. Segundo informa o ofício enviado pelo inspetor de higiene ao presidente do Ceará em 1892, o movimento foi o seguinte: "Passarão de julho para agosto – 10; Entrarão – 19; Tiverão alta – 12; Fallecerão – 7"[382]. O lazareto parece ter tido um

---

[380] *O Estado do Ceará*, 22.05.1891. Anno I, n.231. A variola entre nós, p.3. (Artigo assinado pelo Dr. Montezuma)
[381] Idem.
[382] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 15.09.1892. Ofício do Dr. José Pinto Nogueira, inspector interino, ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/

funcionamento estável durante o ano seguinte, pois no relatório de Higiene Pública de 1893, publicado anexo à Mensagem do presidente do Ceará daquele mesmo ano, na sessão denominada Lazareto, o inspetor de higiene relata que "continua a funcionar no prédio situado à margem da Lagoa Funda, o serviço de isolamento para os indivíduos acometidos de varíola. O edifício acha-se em boas condições de conservação, sob a guarda de um zelador dedicado"[383].

Quanto à organização interna do lazareto, temos um relato feito pelo Sr. Ignacio de Souza Diaz, inspetor interino de higiene, solicitado pelo coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado, no início de agosto de 1894, no qual o inspetor declara que: "transportando-me ao Lazareto da Lagoa Funda, encontrei o prédio em boas condições de asseio e conservação estando sob a guarda de um substituto, que o zelador do dito Lazareto deixou em seu lugar"[384]. Prossegue, informando que lá havia um livro de registro do movimento do Lazareto, contudo "foi-me dito que se achava em poder do Rev.^{mo} P.^{e} Fran.^{co} Pinheiro, que o pediu para passar aos requerentes certidão de óbito de alguns doentes falecidos no mesmo"[385]. Com relação aos objetos existentes naquele estabelecimento, informa "que estes se achavam em condições regulares de conservação atendendo ao tempo que tem servido desde julho de 1877"[386]. Quanto aos medicamentos utilizados naquele estabelecimento, conta que eram "prescritos pelo Dr. Inspector de Hygiene effectivo e fornecidos pela pharmacia do cidadão Joaquim de Medeiro"[387], e as dietas "mandadas fornecer pelo empregado respectivo com o visto do Delegado de policia e as contas d'estas como dos medicamentos já foram processadas na secretaria do Interior e mandadas pagar por V.Exc.^{a}."[388].

Contudo, não temos informações precisas acerca do movimento do lazareto durante aquele ano de 1894. Entretanto, sabemos que o mesmo manteve-se em constante funcionamento, pelo que consta dos ofícios mensais relativos aos

---

Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

[383] CEARÁ, 1893, *Op.cit.*, Anexo III, p.36-37.

[384] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 04.08.1894. Ofício do inspector interino de hygiene, Ignacio de Souza Diaz, ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

[385] Idem.

[386] Idem.

[387] Idem.

[388] Idem.

pedidos de pagamento ao zelador da Lagoa Funda e do pessoal encarregado dos serviços no dito lazareto. Todavia, parece ter havido, durante tal período, certa carência de médicos dedicados exclusivamente ao tratamento dos enfermos isolados naquele estabelecimento, pelo que se apreende da discussão travada entre o inspetor de higiene, Dr. Marinho de Andrade, e o secretário dos negócios do interior, Sr. Antonio Salles, sobre a negação quanto ao pedido de gratificação referente ao tratamento dos variolosos recolhidos ao lazareto dispensado pelo inspetor sob a alegação de que, nas palavras do inspetor, "o dito tratamento me competia, por força do cargo que exerço"[389]. Ao que o Dr. Marinho contestou, alegando que as suas atribuições, enquanto inspetor de higiene, estavam claramente especificadas no artigo 11 do Regulamento nº 7 de 11 de Fevereiro de 1892 "e de todo o seu texto e contexto não se deduz ao menos que tenha eu obrigação de tratar, como medico assistente, os enfermos indigentes hospitalizados no Lazareto dos variolosos"[390].

Já em relação ao ano de 1895, o Dr. Henrique Leite, ajudante do inspetor de higiene, informava que tinha aparecido um novo caso de varíola na cidade em meados daquele ano, momento em que se achava o Lazareto inteiramente desprovido dos meios necessários para receber os doentes, e pedia então que fosse providenciado o seguinte material: "onse metros de lona para cama, seis camisas compridas de algodão para homem, seis ceroulas de algodão para homem, dose lençóis de algodão, dose fronhas, meio Klg. de taixas e duas tiras de solas para cama"[391]. Estes também eram alguns dos materiais aconselhados para o cuidado com os variolosos, segundo o dicionário de medicina popular do Dr. Chernoviz, obra de referência na época para indicações relativas ao tratamento dos doentes de diversas moléstias, o qual informava que nos casos de varíola era necessário colocar o enfermo "n'um quarto vasto, mudal-o frequentemente de roupa, cobril-o

[389] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 24.01.1894. Ofício do Dr. Marinho de Andrade, inspector, ao Snr. Antonio Salles, secretario do Interior. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.
[390] Idem.
[391] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 01.06.1895. Ofício do Dr. Henrique Leite Barboza, ajudante do inspector, ao Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly, secretario do Interior. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

moderadamente, e renovar o ar, abrindo de vez em quando as portas e as janelas"[392].

Todavia, apesar de seu funcionamento regular, o lazareto passou também por momentos de extrema precariedade, conforme foi mencionado no seguinte ofício que o inspetor interino de higiene enviou ao presidente do Estado em fins de julho de 1895. Neste documento, o inspetor traz ao conhecimento do governo "para os devidos fins, que o Lazareto destinado ao recolhimento de variolosos, na Lagoa Funda, está completamente imnundado pelas águas da Lagoa ali existente"[393]. Diante do exposto, sugere mandar "edificar uma ou mais casas, com os materiais existentes, os quaes se achão em bom estado"[394]. Tal ofício encontra-se rubricado com a seguinte resposta: "autorize-se o Dr. Inspector de hygiene obter uma casa nas imediações do actual Lazareto para onde este possa ser mandado"[395], datada de 12 de agosto de 1895. Já em 21 de agosto, o inspetor envia o seguinte ofício ao governador, informando que existia na Lagoa Seca uma casa que anteriormente havia servido de armazém e "que convenientemente reformada, poderá servir primariamente de Lazareto, rogo-vos digneis estudar no sentido aludido, afim de que tenha ella o destino que se faz preciso, atentos as novas circunstancias e actuais"[396].

Em relação aos casos de varíola que se tinham manifestado na cidade nos últimos meses de 1895 e o movimento do lazareto naquele mesmo período, o Dr. Marinho de Andrade, inspetor de higiene, em seu relatório anual, datado de 1º de maio de 1896, na parte denominada Movimento Sanitário, relata que "nesta capital apareceram diversos casos de varíola em famílias de soldados do 2º batalhão de infantaria, sendo os acometidos imediatamente isolados no lazareto da Lagoa Funda, onde estiveram em tratamento 14, de que faleceram 2"[397].

---

[392] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.327.
[393] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 25.07.1895. Ofício do inspector interino ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.
[394] Idem.
[395] Idem.
[396] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 21.08.1895. Ofício do inspector interino ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado. APEC. Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. Série: Correspondências expedidas. Local: Ceará/ Fortaleza. Data: 1867-1895. Localização: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.
[397] CEARÁ, 1896, *Op.cit.*, Anexo III, p.57.

Já na mensagem do presidente do Ceará, de julho de 1897, em sessão denominada Saúde Pública, ele informa o seguinte com respeito ao movimento do lazareto no segundo semestre de 1896, quando apareceram alguns casos de varíola na cidade, sendo eles "em numero de 9, que apesar de serem importados de centros onde essa moléstia grassava epidemicamente, não se propagaram com semelhante caracter"[398]. Todavia, continua, "no corrente ano já se deram 24 casos. Todos os acometidos foram imediatamente isolados no Lazareto da Lagoa funda, onde não lhes faltou a devida assistência"[399].

Em julho de 1898, o Dr. Nogueira Accioly, governador do Estado, informa, em mensagem à Assembléia Legislativa, expondo os acontecimentos relevantes concernentes à administração do Ceará com respeito à saúde pública que "a varíola, já com caracter endêmico, ainda que sem intensidade, continua a manifestar-se. No período de maio do ano passado a junho próximo findo, foram recolhidos ao lazareto da Lagoa Funda 162 variolosos, dos quaes faleceram 20"[400].

O movimento interno do lazareto no período subseqüente foi registrado na mensagem do presidente do Ceará datada de 1º de julho de 1899, conforme a tabela abaixo:

ANNOS	*MEZES*	*ENTRADAS*	*FALLECIMENTOS*	*ALTAS*
1898	Maio	26	01	25
	Junho	12	02	10
	Julho	19	02	17
	Agosto	08	01	07
	Setembro	12	01	11
	Outubro	14	01	13
	Novembro	28	03	25
	Dezembro	33	04	29
1899	Janeiro	28	03	25
	Fevereiro	35	04	31
	Março	10	04	06
	Abril	09	02	07
		234	28	206

Fonte: Mensagem do Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1899. Fortaleza: Typ. d'A Republica, 1899. p.14.

Da análise acerca do movimento de entradas e saídas dos variolosos no lazareto da Lagoa Funda durante o período correspondente a maio de 1898 a abril de 1899, tal qual fora representado na tabela acima, apreendemos que o número de

[398] CEARÁ, 1897, *Op.cit.*, p.8.
[399] Idem.
[400] CEARÁ, 1898, *Op.cit.*, p.9.

casos de varíola registrados a cada mês no lazareto não ultrapassava as dezenas, ou seja, não eram suficientes para representarem, assim, um intenso surto da moléstia, característico de tempos de epidemia, em que os indivíduos eram afetados às centenas ou até mesmo aos milhares em uma população como a de Fortaleza, que contava à época com cerca de 50 mil habitantes. No entanto, a constante presença de novas entradas de pessoas acometidas pela enfermidade no lazareto parece indicar que o tipo de manifestação que a doença assumia no espaço urbano era a de uma endemia. Como informava o farmacêutico Rodolfo Teófilo em seu relato sobre o período, a varíola "ficou endêmica em Fortaleza, fazendo uma victima de onde em onde, esperando oportunidade, pasto para uma devastação"[401].

Embora não tenhamos dados relativos ao total de indivíduos vitimados pela varíola que deram entrada no lazareto da Lagoa Funda durante o ano de 1900, sabemos, contudo, que este número deve ter sido em muito superior ao dos anos anteriores, pois, conforme consta no relatório do presidente do Ceará de julho de 1901, ao tratar do estado sanitário da capital, diz ele que este "resentio-se profundamente das circunstâncias excepcionais da calamidade que affligio o Estado. Moléstias de caracter grave elevaram de um modo sensível a cifra do obituário. A varíola, que já grassava, recrudesceu"[402]. E ainda, segundo a descrição elaborada por Rodolfo Teófilo, o qual presenciou a seca que se abateu sobre a região cearense naquele período, em razão da qual milhares de indivíduos migraram para Fortaleza no intuito de conseguir auxílio do governo, como já era comum em tempos de calamidade: "em agosto de 1900 quando a varíola começou a grassar epidemicamente na capital, os primeiros atacados foram os retirantes. O Lazareto de Lagoa Funda foi aberto, mas em breve ficou repleto"[403]. Continua ele, relatando que "o governo do Estado que já havia feito muito, em regime republicano, prestando assistência a enfermos desvalidos atacados de moléstia contagiosa, não cuidou de mais lazaretos e deixou que a varíola tomasse conta da cidade"[404].

Todavia, surpreende-se Teófilo com o fato de que, justamente naquele período de tamanha calamidade pública, tenha o governador do Ceará, Dr. Pedro Augusto Borges, resolvido, em janeiro de 1901, fechar permanentemente o lazareto

[401] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.49.
[402] CEARÁ, 1901, *Op.cit.*, p. 57.
[403] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.53.
[404] Idem, p.53.

da Lagoa Funda, único local de assistência aos variolosos tradicionalmente garantido pelo poder público desde os tempos do Império. Ao comentar sobre tal acontecimento, diz ele: “Esta medida a todos abalou. Fechar um hospital em tempo de epidemia e tal ordem emanar de um médico, do mesmo homem que na mocidade havia dado seu esforço [...] a variolosos no mesmo lazareto, que agora manda tão friamente fechar”[405]. Por fim, conclui, lastimando o fato de que tivesse cerrado “portas o único azylo onde algumas dezenas de desgraçados recebiam as migalhas da assistência pública republicana”[406].

As críticas feitas por Rodolfo Teófilo ao governo do Ceará em relação ao fechamento do lazareto, especialmente quanto à questão da assistência aos pobres durante a República, as quais ele tratou de expor em sua obra *Seccas do Ceará* publicada no mesmo ano de 1901, logo suscitaram resposta por parte da administração do Estado, a qual fora noticiada na folha oficial do governo, o jornal *A República*, em sua edição de 10 de dezembro do mesmo ano. Na tentativa de justificar tal ação empreendida pelos poderes públicos, alegou-se em primeiro lugar que:

> O Lazareto da Lagôa Funda, pelo péssimo estado em que se achava o predio em que fôra installado havia largos annos quase exposto a todas as intempéries, sem mobiliário preciso, sem os mais rudimentares apparelhos de desinfecção, falho, enfim de todo o conforto que é de se exigir em taes estabelecimentos, já não preenchia absolutamente os fins que fôra creado.[407]

Neste sentido, voltava a ser mencionado o fato já presente em diversas críticas anteriores relativas ao precário funcionamento daquele estabelecimento público. A diferença, no entanto, era que, se antes se falava da falta de equipamentos e manutenção do lazareto no intuito de cobrar iniciativas por parte do governo visando garantir um completo e satisfatório serviço de isolamento ao público, agora se utilizava o mesmo discurso da falta só que para justificar o total fechamento desta instituição por causa da ausência de condições capazes de viabilizar suficientemente a continuidade de seu funcionamento. A isto se acrescentava ainda outro argumento igualmente citado em reclamações precedentes feitas a tal serviço, o qual se baseava no seguinte:

---

[405] Idem, p.59.
[406] Idem, p.60.
[407] *A República*, 10.12.1901. Apud. TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.61-62.

> Si, como dissemos acima, e ninguem nol-o poderá contestar, o lazareto não se achava apparelhado para recolher em suas enfermarias variolosos de cathegoria social mais elevada, cujas famílias, com justa razão não lhes permittiriam o seu tratamento alli, de que serviriam os esforços do governo e os sacrificios dos cofres publicos, mantendo abertas as suas portas? [408]

A idéia em jogo no momento centrava-se na questão da defesa da higiene pública. Assim, justificava-se o fato de, na medida em que o lazareto não tivesse condições de receber a todos quantos fossem acometidos pela varíola, mais valeria suprimi-lo por inútil em termos de preservação da salubridade pública. Lançava-se mão da idéia, segundo a qual, se o isolamento não fosse realizado com o maior rigor possível, ele não seria capaz de surtir o efeito desejado, ou seja, obstar o desenvolvimento epidêmico da moléstia. Procurava-se, no entanto, justificar, com este argumento, não a tentativa de empreender todo esforço necessário para pôr em prática o isolamento de todos os indivíduos afetados pela doença, conforme o intuito dos que já haviam anteriormente muitas vezes reclamado sobre este assunto na imprensa local. Todavia, o que se estava tentando fazer era dar uma justificativa plausível para a aceitação do que parecia se apresentar como inevitável, ou seja, a inviabilidade de se garantir tal isolamento.

O questionamento quanto à validade da manutenção daquele hospital representado como uma estrutura precária e ineficiente parece indicar que, pela primeira vez, a preocupação do governo se dirigia exclusivamente à questão do controle da higiene coletiva e à medicalização da população considerada como um todo susceptível à doença. Pois, segundo sugere Michel Foucault, “em relação a estes novos problemas, o hospital aparecia como uma estrutura em muitos pontos ultrapassada. [...] Ele é mais um foco de morte para as cidades onde se acha situado do que um agente terapêutico para a população inteira”[409]. Ao tratar das condições de existência destas instituições, as mesmas que se apresentavam no lazareto da Lagoa Funda em Fortaleza conforme constam nos diversos registros encontrados sobre os serviços prestados naquele estabelecimento, Foucault salienta que:

> A desordem incessante das idas e vindas, a precária vigilância médica ali exercida, a dificuldade em tratar efetivamente os doentes fazem do hospital um instrumento inadequado, uma vez que o objeto da medicalização deve ser a população em geral e seu objetivo uma melhoria de conjunto do nível

[408] Idem. p.62.
[409] FOUCAULT, 1979, *Op.cit.*, p.203.

> de saúde. No espaço urbano que a medicina deve purificar ele é uma mancha sombria. E para a economia um peso inerte, já que dá uma assistência que nunca permite a diminuição da pobreza mas, no máximo, a sobrevivência de certos pobres e, assim, o crescimento de seu número, o prolongamento de suas doenças, a consolidação de sua má saúde, com todos os efeitos de contágio que dele podem resultar.[410]

Desta forma é que parece se orientar a justificativa que o governo do Ceará apresenta para o fechamento do lazareto. Pois, mesmo que a existência de um hospital afastado da cidade e de um serviço rigoroso de recolhimento dos indivíduos afetados por alguma moléstia contagiosa se fizesse imprescindível para evitar a propagação de uma epidemia na capital, a razão do funcionamento deste serviço durante todo o período de 1891 a 1901, em que a varíola permaneceu endêmica na cidade, não parece ter sido exatamente orientada neste sentido, ou seja, para a defesa da saúde pública. Antes, direcionava-se, sobretudo, a uma questão assistencialista por parte do governo em relação à população pobre, como se pode apreender da seguinte tentativa de resposta do governo às críticas feitas pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo à administração do Ceará, quanto à questão do fechamento do lazareto da Lagoa Funda durante a epidemia de varíola que se desenvolveu na capital entre os anos de 1900 a 1901. Sobre tal acontecimento, a folha oficial do governo alegava o seguinte:

> Sabe o Sr. Rodolpho, que o fim dos lazaretos é, antes de tudo, o isolamento dos individuos atacados de molestias contagiosas, que possam grassar epidemicamente. Ora, desde que, pelos motivos por nós apontados, se abriam excepções á regra, que deverá ser absoluta para se tornar efficaz, – de que todos os contaminados pelo terrível morbus fossem obrigados a entrar para o lazareto – perguntamos ao Sr. Rodolpho qual a utilidade deste? Dir-nos-á naturalmente S.S. socorrer os indigentes. Retorquiremos, garantindo ao injusto censor do actual administrador do Estado, que este não se descuidou um só momento da sorte de nossos infelizes conterraneos. Logo que o Dr. Pedro Borges compenentrado da inutilidade daquelle estabelecimento, a vista das condições em que se encontrava, o mandou fechar, deu ordem a Superiora da Santa Casa para que organizasse por conta do Estado, o serviço de assistencia aos pobres variolosos levando-lhes ao domicilio remedio e pão.[411]

A defesa de que a decisão tomada pela administração do Ceará de fechar o lazareto da Lagoa Funda estaria correta baseava-se em duas argumentações complementares. A primeira fundamentava-se nos modernos códigos da higiene coletiva, os quais prescreviam com relação ao serviço do lazareto que “essas medidas preventivas devem ser executadas e prescritas com grande rigor se se

[410] Idem, p.203.
[411] *A República*, 10.12.1901. Apud. TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.62-63.

quizer que elas produzam o efeito desejado. A menor infração pode causar desgraças incalculáveis"[412]. O isolamento coletivo deveria então não permitir nenhuma exceção à regra de isolar todos os doentes para poder assim cumprir a sua finalidade e se tornar eficaz em termos de saúde pública. Contudo, na medida em que tais regras não poderiam ser cumpridas, uma vez que o hospital não tinha estrutura suficiente para atender a demanda de qualidade dos cuidados que os *variolosos de categoria social mais elevada* requeriam, o isolamento tornava-se então parcial, imperfeito, falho e, portanto, nulo em seus efeitos a nível geral.

A única utilidade do lazareto, portanto, devido à precariedade de seu funcionamento, era a assistência aos pobres. É neste ponto que se baseia então a segunda argumentação erguida em favor da resolução tomada pelo poder público estadual sobre o encerramento das atividades do hospital da Lagoa Funda. Tal justificativa fundamenta-se na idéia de que o funcionamento do lazareto deveria servir, segundo seu propósito original, à saúde pública, garantindo o isolamento total dos doentes. Todavia, como não era isto que estava ocorrendo, sendo aquela instituição utilizada apenas para *socorrer os indigentes*, o que não era função sua, bastava que se organizasse então um serviço de *assistência aos pobres variolosos levando-lhes ao domicílio remédio e pão* para que o lazareto pudesse enfim ter o seu serviço suspenso, garantindo-se, assim, as justificativas higiênicas e morais para o seu fechamento.

A idéia que se apreende do argumento exposto no periódico *A República* parece indicar uma tendência do governo em promover a substituição do funcionamento do lazareto pelo estabelecimento de uma hospitalização a domicílio, provavelmente entendida como uma forma mais adequada e menos custosa de garantir a assistência aos doentes pobres. Conforme alerta Foucault, esta era uma ação, sem dúvida, "perigosa quando se trata de moléstias epidêmicas, mas apresenta vantagens econômicas na medida em que o custo da manutenção de um doente é bem menor para a sociedade se ele é sustentado e alimentado em sua própria casa"[413]. Do ponto de vista médico, esta medida também apresentava benefícios, segundo ele, "na medida em que a família − desde que seja aconselhada

[412] CHERNOVIZ, *Op.cit.*, p.287.
[413] FOUCAULT, 1979, *Op.cit.*, p.203-204.

− pode assegurar cuidados mais constantes e apropriados do que se pode pedir de uma administração hospitalar”[414].

Contudo, tal substituição para se tornar eficaz na assistência à população teria de ser “assegurada por um corpo médico espalhado pela sociedade e suscetível de oferecer cuidados totalmente gratuitos ou o menos custosos possível”[415]. Todavia, quanto a esta questão nada indica ter havido em Fortaleza tal assistência, tendo em vista a escassez de clínicos na cidade e ainda a insuficiência dos próprios quadros de médicos para se encarregarem do tratamento dos doentes nos estabelecimentos especiais de saúde. Além disso, o número de doutores efetivamente envolvidos no exercício da profissão era bastante reduzido, se tomarmos como referência o grau de insalubridade do Estado. Como informa Pedro Sampaio[416], somente 80 médicos cearenses foram diplomados durante toda segunda metade do século XIX. Destes, porém, apenas 30 regressaram ao Ceará e se distribuíram entre os serviços públicos e a clínica privada.

Portanto, o serviço de isolamento realizado no lazareto da Lagoa Funda durante o período em que este se manteve em funcionamento atendia, por conta de suas deficiências qualitativas, apenas aos doentes pobres dando-lhes assistência pública básica, garantindo-lhes o fornecimento de dietas e medicamentos. Tal instituição adquirira, na prática, como sua principal função tratar os indigentes, os quais, pelo menos no caso da varíola, eram os indivíduos mais atingidos pelo mal. Talvez por esta razão, o serviço de isolamento, mesmo tendo sido ao longo dos anos realizado apenas de forma parcial por não isolar todos os doentes, ainda assim tenha surtido algum efeito no impedimento de uma maior disseminação da doença pela cidade. Não o suficiente, porém, para extingui-la, mas capaz de, no mínimo, mantê-la em caráter endêmico durante a maior parte deste período, no qual embora a doença sempre fizesse algumas vítimas, seus surtos não adquiriram grande proporção, nem se deram de forma tão recorrente.

Devido provavelmente a tais razões, a iniciativa do fechamento do lazareto da Lagoa Funda tomada pelo governo em janeiro de 1901 acabou, na

[414] Idem, p.204.
[415] Idem, p.204.
[416] SAMPAIO, Pedro. A Medicina no Ceará. In: GIRÃO, Raimundo. et al. **O Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

prática, trazendo “consigo um phenomeno assustador: a fácil irradiação epidêmica e a sua localização em certos pontos determinados”[417], segundo alega o inspetor de higiene em seu relatório datado do mesmo ano, referindo-se ao assunto. Ainda, continua ele, explicando que “esta capital frequentemente visitada pela varíola, não pode prescindir de um variolocomio instalado em ponto afastado e em posição que os ventos não possam auxiliar a contaminação da área que lhe ficar oposta”[418]. As conseqüências devastadoras para a higiene pública advindas do fechamento do lazareto parecem indicar que, embora teoricamente as falhas existentes em tal atividade comprometessem sua utilidade em termos de garantia da saúde coletiva, na prática, porém, o serviço de isolamento mesmo que realizado apenas de forma parcial, ajudava a minorar os efeitos da disseminação da doença na cidade.

A presença da varíola na capital, segundo o relato do próprio inspetor de higiene, não se dava de forma indiscriminada pela cidade, antes se localizava *em certos pontos determinados*. Tais locais, de acordo com as observações feitas pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo, que empreendeu uma intensa campanha de vacinação em Fortaleza visando extirpar dela a varíola, correspondiam à região suburbana da capital, pois segundo ele, “a área urbana pela hygiene de seus habitantes e pela vaccina, ficou logo espurgada do mal, que assim corrido fez o seu quartel general nos subúrbios de Fortaleza, na área sub-urbana, conhecida com o nome de areias”[419]. A varíola permaneceu então grassando endemicamente nesta região por toda a década de 1890, apesar da existência regular das atividades de recolhimento dos enfermos no lazareto.

Todavia, além do serviço de isolamento dos doentes, uma outra medida sistematizada durante a última década do século XIX em relação ao combate à disseminação da varíola em Fortaleza foi a vacinação. E, enquanto o isolamento fora bastante criticado pela maioria dos médicos por não ser considerado uma profilaxia eficiente contra a doença, principalmente da forma como se fazia, a vacina era, em geral, exaltada enquanto único preservativo capaz de impedir um surto epidêmico, fazendo circunscrever sua ação a um número limitado de indivíduos. Estas eram as palavras do Dr. Rocha Moreira em uma de suas críticas à administração do inspetor

[417] CEARÁ. **Relatório** do Inspector de Hygiene, Dr. José Pinto Nogueira, ao presidente do Estado do Ceará, Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza, 1901. Apud. TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.60.
[418] Idem, p.60.
[419] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.65.

de higiene, Dr. Marinho de Andrade, a qual dava mais ênfase aos serviços de isolamento que à vacinação. Esta, no entanto, era considerada a única "medida verdadeiramente heróica que os conhecimentos teóricos e práticos da higiene lhe devem ter ensinado"[420]. A vacina era, então, alardeada por muitos como a profilaxia eficaz por excelência no impedimento à propagação de tal epidemia na cidade.

3.2 – Vacinação: medida salvadora

Diante do surgimento dos primeiros casos de varíola em Fortaleza, noticiados pelos jornais da capital a partir de março de 1891, começaram a aparecer as primeiras reclamações no tocante ao serviço de vacinação. O jornal político e democrático, *O Cearense*, alardeava, dizendo que a notícia corrente era a de que a cidade estava empestada "e o governo não declara ao menos se há quem vacine. Acaso não teremos vacina nesta cidade? Que resultado produzia a vacina animal? Seria conveniente que o governo curasse com mais interesse do bem estar de seus concidadãos"[421]. A reivindicação quanto à disseminação da vacina entre a população justificava-se pelo prestígio que o método adquirira durante aquele período, principalmente a partir do surgimento da técnica de produção da vacina animal, e devido sobretudo à divulgação de uma série de estatísticas produzidas em diversos países que comprovavam através da experiência o sucesso de tal medida na prevenção da varíola[422].

A vacinação consistia no método de prevenção desenvolvido por Jenner durante suas pesquisas sobre o fenômeno de proteção contra a varíola adquirido por algumas pessoas ao entrarem em contato com uma doença similar que acometia os bovinos. A percepção deste fato levou-o a desenvolver uma série de testes experimentais em pessoas sadias, com a finalidade de reproduzir tal fenômeno, o qual tendo apresentado comprovadamente bons resultados, ganhou então credibilidade como o meio mais eficaz de se evitar as bexigas[423].

---

[420] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[421] *Cearense*, 25.03.1891. Anno XLV, n.62. Variola. (Noticiário), p.2.
[422] FERNANDES, 1999, *Op.cit.*.
[423] Ibidem.

No entanto, no que diz respeito aos conhecimentos científicos até então existentes, a vacinação era uma técnica considerada absolutamente insólita, pois além de ser preventiva, de sucesso quase total, facilmente generalizável à população inteira, ela era completamente estranha a toda e qualquer teoria médica[424]. Assim, como até fins do século XIX não se conhecia ainda o agente etiológico da varíola nem o princípio do seu processo imunizante, seguia-se a idéia essencial de que um caso benigno da doença protegia os indivíduos contra uma infecção violenta, sem se compreender o mecanismo do fenômeno. Desta forma, a eficácia da técnica de vacinação só poderia ser confirmada por intermédio das verificações estatísticas, ou seja, através da experimentação e divulgação dos seus efeitos.

Portanto, devido à observação do grande número de bons resultados que a vacina produzia na prevenção da varíola, muitos eram os partidários e entusiastas desse preservativo. Assim, essa técnica puramente empírica beneficiou-se largamente de um suporte matemático que lhe serviu como uma espécie de agente de integração no interior dos campos de racionalidade aceitáveis e aceitos na época[425]. A estatística tornou-se, então, a única justificativa teórica da vacinação, como se pode notar a partir da seguinte publicação veiculada no periódico *O Estado do Ceará*, intitulada *Revaccinação*:

> Se alguem existe que ainda duvide da efficacia preventiva da vaccina, e sobretudo da revaccinação jenneriana contra a terrivel epidemia da variola, que actualmente grassa entre nós de modo assustador, que leia os seguintes algarismos: Na epidemia que assolou Sheffield, cidade ingleza, em 1887, a mortalidade nos individuos não vaccinados foi de 38% e de 75% a porcentagem dos atacados pela molestia. Em mil pessoas não vaccinadas, 750 tiveram variola e 330 falleceram. Nos vaccinados a media dos casos foi de 25% e o da mortalidade de 5%. Em mil vaccinados, 250 contrahiram a enfermidade e 50 falleceram. Agora o milagre da revaccinação: Ao começar a epidemia foram revaccinados 33.719 pessoas. Pois destas apenas quatro tiveram variola e nenhum morreu.[426]

Na tentativa de convencer o público citadino acerca da eficiência de tal método preventivo e no intuito de mobilizar a população a se vacinar ou se revacinar, tendo em vista a conjuntura em que se achavam, ou seja, em meio a uma epidemia da doença na capital, o autor da notícia utiliza-se de uma estratégia de

---

[424] FOUCAULT, 2008a, *Op.cit.*.
[425] Idem.
[426] *O Estado do Ceará*, 23.09.1891. Anno II, n.326. Revaccinação, p.2. (Notícias)

argumentação de forte impacto e grande valor de verdade à época, como era o caso do uso dos números e percentagens estatísticas consideradas então símbolos de objetividade, positividade e racionalidade.

O realce dado à revacinação, que ocupa o lugar privilegiado de título da notícia, revela a importância que esta questão adquiria no momento. Isto porque a recente indicação da necessidade de se revacinar periodicamente provocou de início grandes polêmicas e questionamentos, pois se já era considerado difícil convencer a população a vacinar-se, mais complexo se tornava o persuasão no caso da revacinação, muitas vezes entendida como uma indicação de falha técnica na aplicação da primeira dose[427]. As idéias mais significativas elaboradas em torno desta questão eram importadas para o Brasil e reproduzidas em diversas publicações, inclusive nos jornais. Em razão de questionamentos como este e da descrença generalizada suscitada por ele é que compreendemos o valor da publicação de tais dados estatísticos em um periódico local num momento de surto da doença na cidade.

Entre os adeptos e árduos defensores da vacinação como único meio eficaz de restringir os efeitos da varíola em Fortaleza encontramos o Dr. Rocha Moreira, o qual, já em 1889, época em que fora inspetor de higiene, obtivera contato e aprendizagem da mais recente técnica de imunização do período, a vacinação animal, quando o Dr. Henrique Dodsworth, especializado na Europa na cultura dessa vacina, esteve na cidade onde conseguiu vacinar, com o acompanhamento do Dr. Moreira, diversas pessoas na hospedaria de emigrantes, no palacete da Câmara Municipal e todos os alunos da companhia de aprendizes marinheiros até então não vacinados[428]. Segundo foi informado na nota sobre sua partida para o Recife, publicada no jornal liberal, *Gazeta do Norte*, em fins de março daquele ano, o distinto médico estrangeiro fora quem havia iniciado na capital a aplicação da vacina animal, e retirando-se da cidade, tinha passado ao então inspetor de higiene, que

[427] FERNANDES, 1999, *Op.cit.*.
[428] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 04.04.1889. Ofício do Dr. João da Rocha Moreira, inspector, ao Dr. Antonio Caio da Silva Prado, presidente da Provincia. APEC. Fundo: Governo da Provincia. Referência: BR APEC CSP. Local: Fortaleza. Data: 1879-1899. Localização: Ala 4/ Est. 6/ Prat. 28/ Cx. 8.

deveria sucedê-lo na aplicação do específico, tudo que se fazia necessário à realização daquele trabalho[429].

Portanto, pelo menos o Dr. Moreira já conhecia este método de produção da vacina, ao qual procurou dar prosseguimento, como se apreende da requisição que fez ao presidente da Província, cobrando que este solicitasse ao "Ministério do Império verba na importância de cem mil réis mensalmente para ocorrer as necessidades daquele serviço"[430]. A prática da produção e aplicação da vacina animal parece ter tido certa continuidade durante aquele ano de 1889, visto que no mês de agosto, quando se deflagrou no Ceará um amplo surto de varíola, o então presidente do Estado, o conselheiro Henrique Francisco d'Ávila, ordenou ao inspetor Rocha Moreira que propagasse com urgência a "vacina animal entre os povos agglomerados em diversos pontos da Província"[431], bem como o autorizou a sugerir medidas necessárias ao bom desempenho deste serviço, ao que o Dr. Moreira propôs "o empenho de vaccinar e revaccinar os indigentes, tornando obrigatória a vaccinação e estabelecendo medidas coercitivas quando com os meios brandos não se obtenha resultados satisfatórios"[432]. O inspetor alertava ainda que:

> N'esta capital é necessario faser extensivas estas medidas a população pobre que vivendo em cazebres disseminados em seus arredores, em antagonismo com as prescripções da hygiene e desconhecendo as vantagens da vaccina por ignorancia ou preconceitos contra os quaes tenho debalde luctado, se nullificará todo e qualquer esforço sem a pratica d'aquellas medidas.[433]

As orientações do doutor responsável pela higiene no Estado não se limitavam apenas a recomendar que se tivesse todo empenho em disseminar a vacina entre os indigentes aglomerados nas cidades do interior do Ceará por causa da seca, mas também que fosse estabelecida a vacinação obrigatória, forçando assim estes indivíduos a receberem o preservativo para poderem ter direito ao auxílio do governo. No caso de Fortaleza, o inspetor ressaltava ainda que se fazia

---

[429] *Gazeta do Norte*, 23.03.1889. Anno IX, n.65. Noticias, p.1.
[430] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 05.03.1889. Ofício do Dr. João da Rocha Moreira, inspector, ao Dr. Antonio Caio da Silva Prado, presidente da Provincia. APEC. Fundo: Governo da Provincia. Referência: BR APEC CSP. Local: Fortaleza. Data: 1879-1899. Localização: Ala 4/ Est. 6/ Prat. 28/ Cx. 8.
[431] *Inspetoria de higiene do Ceará*. 16.08.1889. Ofício do Dr. João da Rocha Moreira, inspetor, ao Conselheiro Henrique Francisco d'Avila, presidente da Província. APEC. Fundo: Governo da Provincia. Referência: BR APEC CSP. Local: Fortaleza. Data: 1879-1899. Localização: Ala 4/ Est. 6/ Prat. 28/ Cx. 8.
[432] Idem.
[433] Idem.

imprescindível que a vacina animal fosse aplicada não apenas entre os retirantes, mas se estendesse, sobretudo, à população pobre residente nos subúrbios da cidade, que por viverem em más condições de higiene e ignorantes aos benefícios da vacina negavam-se freqüentemente a receber tal método preventivo.

O Dr. Rocha Moreira chamava ainda a atenção neste mesmo ofício encaminhado ao governador quanto à necessidade de ter um auxiliar para ajudar-lhe no serviço de vacinação, bem como para se encarregar da confecção de "uma estatística verdadeiramente experimental, que patentei aos olhos de todos o testemunho completo de sua asserção mediante dados cuidadosamente colhidos e scientificamente apreciados"[434]. A elaboração de uma rigorosa estatística sanitária visava salientar a importância dos serviços prestados pelo governo à saúde pública, mas também comprovar e colocar em evidência "o valor e excelência do novo systema de vacinação animal, único capaz de conjurar os efeitos desastrosos das epidemias de varíola e de evitar a sua difusão"[435]. Todas as medidas indicadas pelo inspetor de higiene foram acolhidas e mandadas providenciar pelo presidente do Ceará ainda no mês de agosto de 1889 no intuito de fazer cessar a epidemia que devassava o Estado.

Contudo, após a extinção da epidemia de varíola de 1889, a continuidade da aplicação de tal técnica não logrou êxito no Ceará, uma vez que passados apenas dois anos o sistema corrente resumia-se ao método jenneriano, ou seja, a vacinação braço a braço, apesar das várias iniciativas ensaiadas para a produção e disseminação da vacina animal. Quando nos primeiros meses de 1891 começaram a se dar na cidade os primeiros casos de varíola entre a população, o serviço de vacinação se encontrava em precárias condições, havendo diversas queixas acerca da carência de linfa vacínica que era então remetida do Rio de Janeiro. Sobre tal assunto, manifestou-se o ex-inspetor de higiene, Dr. Rocha Moreira, contra a administração do atual inspetor Dr. Marinho de Andrade, dizendo que:

> A falta de vaccina, que diz ter actualmente á nosso ver não o justifica; pelo contrario condemna ainda mais, pois se ao tempo, que se manifestou a variola, tinha S.S. 200 tubos de lympha, só poderia se ter deixado ficar sem ella, por desidia ou inactividade, não colhendo a vaccina, não a transportando de uns para outros individuos, como fazem todos aquelles

[434] Idem.
[435] Idem.

> que se incumbem deste ramo de serviço publico; impossivel, porem, é querer S.S. vaccinar toda população deste Estado com vaccina remettida da capital Federal. Trabalhe com animo forte convencido do grande serviço, que pode prestar aos seus conterraneos, cultive a vaccina animal e talvez jámais se offereça occasião de fazer insinuações desairosas ao governo.[436]

No entanto, além do problema relativo a insuficiência do pus vacínico enviado do Rio para a garantia da continuidade de aplicação da vacina, a própria questão relativa aos métodos de vacinação, tais como o realizado com a linfa humana e aquele feito através da vacina de vitelos, estava no auge das discussões do momento, havendo partidários e opositores em ambos os lados. Este intenso debate que se desenvolvera ao final do século XIX colocou na ordem do dia a questão da imunização contra a varíola. Ele girava em torno de saber qual seria a melhor forma de se vacinar, se com a vacina humanizada ou através do uso da vacina animal. Além do método jenneriano, havia sido desenvolvido, a partir de 1840 na Itália, em meio a experiências sobre a revacinação, um novo método de imunização antivariólica com a utilização da vacina retirada diretamente da pústula da vaca e inoculada no homem. Porém, não obstante a comprovação de sua eficácia, a vacina animal demorou mais de vinte anos para difundir-se fora de seu país de origem, só sendo divulgada a partir de sua apresentação no Congresso Médico de Lyon, realizado em 1864, e chegando ao Brasil somente em 1887[437]. Desde então, este assunto passou a ter forte repercussão no país, vindo a circular também em Fortaleza por meio de diversos anúncios, que divulgavam e defendiam este método, publicados nos principais periódicos da cidade.

Neste contexto, foi veiculada no jornal *Cearense* uma extensa notícia intitulada *Vacina animal*, a qual versava sobre uma a recente discussão realizada pelo Conselho de Higiene e Salubridade de Paris com relação às vantagens da utilização da vacina de vitelo em detrimento a da pústula humana. Segundo as conclusões aprovadas pelo Conselho e publicadas pelo jornal, o método da vacina animal, proposto primeiro para evitar a transmissão da sífilis, foi por muito tempo discutido, mas "está hoje nitidamente demonstrado que a vacina de vitella confere imunidade antivariólica no mesmo gráo e pela mesma duração que a vacina humana"[438]. Desta forma, além de preservar de doenças como a sífilis, tal

[436] *O Estado do Ceará*, 09.04.1891. Anno I, n.195. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)
[437] FERNANDES, 1999, *Op.cit.*.
[438] *Cearense*, 08.04.1891. Anno XLV, n.71. Vaccina animal, p.2. (Notícias)

procedimento permitiria ainda condições de asseio suficientes para “que evite-se, assim, as complicações da vacina taes como erysipela, angiolencite, phlemão, etc.”[439]. E ainda, possuía vantagens como “no caso de epidemia de varíola, em que torna-se necessário praticar numerosas vacinações em pouco tempo, é muito mais fácil obter vacina de vitella do que vacina humana”[440]. Tal método “tornou em suma a vacina inofensiva, sem diminuir-lhe a virtude antivariólica; contribuiu e está chamando a contribuir cada vez mais para favorecer a generalização da vacinação e, sobretudo, da revacinação”[441]. Tendo em vista tais benefícios, concluía-se ao final da notícia que este deveria ser o procedimento adotado nos serviços públicos sob a responsabilidade do governo.

Deste modo, a defesa da substituição da vacina humana pela vacina animal devia-se principalmente ao fato de que a inoculação braço a braço estava disseminando outras doenças, principalmente, a sífilis. Contudo, as vantagens deste método também se explicavam devido à maior facilidade de obtenção e conservação da linfa vacínica através da utilização deste preservativo.

Na seção denominada *varíola e vacinação* do relatório do inspetor de higiene pública, Dr. João Marinho de Andrade, de 1893, o mesmo relata que o serviço de vacinação no Estado “é deficiente e imperfeito visto como havemos lympha vacinica da Capital Federal ou do Exterior, e esta que nos é remetida nem sempre é proveitosa, si bem que venha com o cunho de garantia e excelente”[442]. Ao explicitar algumas das razões da deficiência quanto ao serviço implementado na cidade, o inspetor aponta como questão problemática o fato da linfa vacínica não ser produzida na própria capital do Estado, mas enviada do Rio de Janeiro ou do exterior, o que devido ao tempo decorrido para o transporte e às condições nem sempre satisfatórias de acondicionamento geralmente provocava a degeneração da substância imunizante.

Assim, apesar da vacina apresentar o certificado de *garantia e excelência*, pouco se aproveitava da mesma, sujeitando-se a tentativas experimentais a cada aplicação para saber se a linfa ainda seria eficaz. Portanto, continuava o inspetor em

---

[439] Idem.
[440] Idem.
[441] Idem.
[442] CEARÁ, 1893, *Op.cit.*, Anexo III, p.36-37.

seu relatório, “somos forçados a aproveitar com o maior escrúpulo a lympha humana reproductiva, estabelecendo a vacinação de braço a braço”[443], pois como nem toda vacinação feita com a sustância que lhe era enviada surtia efeito, era então necessário para dar continuidade à atividade recorrer ao método jenneriano. Quanto à vacina humana, informa, “e com que dificuldades e embaraços lutamos para bem applical-a e melhor colhel-a, tal é a repugnância dos poucos que a isto se prestam!”[444]. Considerando as queixas que o inspetor faz relativas às dificuldades enfrentadas para proceder a este sistema de imunização, devido à *repugnância dos poucos que a isso se prestam*, aliado também aos diversos relatos sobre a necessidade da intervenção policial na busca de indivíduos já vacinados para fazê-los se submeter à extração do *pus vacínico* para a continuidade da vacinação braço a braço, é possível imaginarmos o porquê da irregularidade constante na aplicação deste método. Diante de tais dificuldades, o inspetor aponta como uma possível solução a produção da vacina na própria cidade, tendo-se, assim, mais chances de aproveitamento do material produzido a partir da utilização da vacinação animal, a qual ele defende como “de maior vantagem e necessidade imediata”[445], reclamando para isso a verba necessária

No entanto, também este sistema de imunização apresentava limites quanto a sua aceitação. Uma das preocupações que estava chamando a atenção do mundo médico naquele período era a da transmissibilidade de algumas doenças que, especialmente da raça bovina, poderiam passar ao homem através da inoculação da linfa vacínica de origem animal. Este receio, tanto técnico quanto moral, com respeito ao uso de um produto terapêutico extraído da vaca, foi razão de polêmicas e da demora na difusão deste preservativo nos países europeus, chegando esta discussão a alcançar também o Brasil[446]. Além da idéia de que este tipo de inoculação poderia transmitir doenças próprias dos animais, dizia-se também que a vacina *avacalharia* as pessoas, transplantando-lhes as características do animal.

Talvez motivado por preocupações como estas ou ainda por outras questões ligadas à instabilidade política e econômica pelas quais passava o Ceará,

[443] Idem, p.36-37.
[444] Idem, p.37.
[445] Idem, p.37.
[446] FERNANDES, 1999, *Op.cit.*.

o fato é que a liberação de verba para a implementação da produção da vacina animal em Fortaleza naquele ano de 1893 parece não ter sido realizada, pois no relatório do inspetor de higiene do ano seguinte na parte referente à propagação da vacina, ele informa que "o serviço de vacinação correu regularmente, sendo a linfa vacínica, com que se o manteve, comprada na Capital Federal, dentro da verba votada para este fim"[447]. Ainda no mesmo relatório, o inspetor, em meio às críticas diante da precariedade do funcionamento geral do serviço de higiene a cargo do Estado, passa a propor a reorganização daquela repartição, apresentando ao presidente um projeto para a reforma do serviço de higiene na capital, contemplando a montagem de um desinfectório, um laboratório de análises e um instituto vacinogênico, visando dotar a inspetoria dos equipamentos necessários ao seu satisfatório funcionamento, justificando em seguida a indispensabilidade e o aproveitamento de cada um deles. Acerca do instituto vacinogênico, o inspetor declara que:

> Não podia deixar de incluir entre as instituições a crear, um instituto vaccinogenico, tanto mais necessario quanto é hoje de simples intuição a grande vantagem da cultura da vaccina no proprio logar em que se deseja empregá-la, e sobre tudo na capital de um Estado, o ponto para onde convergem todas as vistas e todas as reclamações por occasião do apparecimento da variola, e sendo a vaccina o meio preventivo por excellencia d'esta molestia, tão repellente e tão mortifera, é mil vezes preferivel, com algum sacrificio cultival-a e desenvolvel-a aqui do que importal-a do exterior ou fazel-a vir da Capital Federal como se tem feito até hoje, muitas vezes sem resultado. Estou convencido que só com um instituto vaccinogenico, regularmente montado, contando com a efficacia da vaccinação, podemos attrahir o povo a fazer-se vaccinar, accostumando-o assim ao uso de uma instituição tão util, proveitosa e benefica á humanidade.[448]

A construção de um instituto vacinogênico em Fortaleza era representada como de muita utilidade e extrema necessidade devido à grande visibilidade que a cidade possuía enquanto "centro de um vasto comércio, e de uma indústria que se desenvolve com atividade"[449]. Sendo a capital também vista como o ponto para onde convergiam todas as reclamações ligadas ao aparecimento da varíola, apresentava-se como urgente, para o benefício de todos, que fosse tomada tal providência reclamada pelas condições higiênicas da cidade, afim de que esta não se transformasse em "um centro produtor de epidemias e de moléstias infecciosas,

[447] CEARÁ, 1894, *Op.cit.*, Anexo VI, p.76.
[448] Idem, p.75-76.
[449] Idem, p.72.

trazendo o seu descrédito ou seu despovoamento"[450]. Além das prerrogativas de que a capital dispunha para justificar a implementação de um instituto vacinogênico, o inspetor aponta ainda a necessidade da existência e bom funcionamento desta instituição na produção da vacina para fazer atrair o povo a se vacinar, tornando-se só então possível acostumá-los à utilização deste recurso de prevenção da varíola.

Eram freqüentes em Fortaleza as queixas das autoridades sanitárias que dão conta da existência de uma cultura de aversão à vacina entre a população. Alguns dos fatores apontados freqüentemente na documentação elaborada pelos médicos e inspetores de saúde pública do Ceará durante o decorrer do século XIX, que podem ser entendidos como fomentadores de uma tradição de resistência à vacinação, são a pouca validade da vacina, geralmente importada do Rio de Janeiro, que muitas vezes degenerava ainda na viagem; o perigo constante da propagação da doença, ou de outras doenças como a sífilis, através da vacinação; e ainda a falta de condições da população mais pobre para manter a dieta e o repouso necessários durante o período de convalescença após a inoculação da vacina[451].

O projeto de organização do serviço de higiene na capital, proposto pelo inspetor, foi diversas vezes apresentado de forma ampliada e mais estruturada, nos anos posteriores, ao presidente do Estado e por este à Assembléia Legislativa para a aprovação da verba necessária ao encaminhamento destas atividades, sem que as medidas exigidas tivessem alguma efetivação. Assim, com pessoal insuficiente, composto apenas pelo inspetor e seu ajudante, sem laboratório para análises, nem aparelhos e utensílios necessários para as desinfecções, e ainda sem poder exercer fiscalização rigorosa, nem contar com um instituto vacinogênico para produção da vacina, o inspetor, em seu relatório de 1894, conclui que "o serviço de higiene como existe atualmente no Ceará nenhuma vantagem traz ao publico, e é antes motivo de descrédito para a administração: - a não ser reorganizado e ampliado, mais vale suprimi-lo por inútil."[452]. No entanto, somente em 1913 foi estabelecida enfim pela Assembléia a autorização para reformar a repartição de higiene, devendo então os serviços com os respectivos funcionários serem reunidos à Secretaria do Interior. Entretanto, novamente a lei não teve execução porque o seu regulamento fora

[450] Idem, p.72.
[451] LEAL, Vinícius Barros. **História da medicina no Ceará**. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.
[452] CEARÁ, 1894, *Op.cit.*, Anexo VI, p.71.

expedido fora do prazo marcado pelo Art. 3º da lei n. 9 de 30 de agosto de 1892, que visava à organização da repartição de higiene pública terrestre do Ceará[453].

Neste sentido, no que concerne ao serviço de vacinação na capital, este funcionou, durante os anos de 1891 a 1901, de forma bastante precária, se bem que, com alguma regularidade. Resumia-se ao estabelecimento da vacinação, em alguns dias da semana, por vezes diariamente[454] ou praticada em larga escala "graças aos esforços da classe médica"[455], como indica também a seguinte notícia, em que o inspetor de higiene "desejando, na razão dos meios ao seu alcance, ir de encontro aos maus efeitos que já vai causando a varíola nesta capital, pede, com confiança, aos seus colegas, que o auxiliem na propagação da vacina"[456]. Conforme estabelecido no Art. 12 n. 17 do reg. de 29 de dezembro de 1892, em execução pela lei n. 7 de 11 de fevereiro do mesmo ano, a vacinação era estabelecida pelos delegados de higiene em dias e locais determinados e previamente anunciados pelos jornais da cidade, sendo "exigida para a matrícula nos estabelecimentos do curso superior, primário, secundário e no grupo escolar, na conformidade dos regulamentos em vigor"[457].

Ao reunirmos alguns dos anúncios sobre a vacinação na cidade, conseguimos visualizar um pouco da cartografia da realização deste serviço. Os lugares determinados para a vacinação correspondem geralmente à localização de alguns prédios públicos, como a Câmara Municipal, a Escola de Aprendizes Marinheiros e a hospedaria de emigrantes. A vacinação também era feita em casas de particulares, tais como o inspetor de higiene, o Senador Caracas, ou o alferes Francisco Randolpho Xavier. Os endereços indicados apontam ainda que os locais de vacinação situavam-se em sua maioria nas principais ruas da capital, dentre elas a Rua Formosa, a do Senador Pompeu, a General Sampaio, a do Senna Madureira, a da Boa-Vista, a do Sampaio e o Boulevard do Visconde do Rio Branco.

Contudo, este sistema de vacinação, em certos dias e locais, não parecia atender a todos que necessitavam da vacina, o que gerava constantes reclamações

[453] PEREIRA, 2009, *Op.cit.*.
[454] *A Verdade*, 09.05.1897. Anno VII, n. 41. Gazetilha, p.2.
[455] *O Estado do Ceará*, 18.05.1891. Anno I, n.227. A variola entre nós, p.2.
[456] *O Estado do Ceará*, 09.10.1891. Anno II, n.340. VARIOLA, p.2.
[457] PEREIRA, 2009, *Op.cit.*, p.239.

por parte de médicos que acreditavam ser preciso estabelecer “postos vacínicos no centro e nos arredores da cidade, em uma palavra, difundindo a vacina com verdadeira prodigalidade por todos quantos não estão convenientemente premunidos”[458] . Era necessário, assim, distribuir a vacina “com mãos largas e prodigas por todos aqueles imunes da sua acção valiosíssima, devendo espalhar-se ainda a vaccina em vários pontos d'esta cidade e seus arredores em quantidade suficiente ao número de seus habitantes”[459].

Em relação à quantidade de indivíduos vacinados a cada ano, não possuímos números precisos, tendo em vista a inexistência de um serviço estruturado de produção das estatísticas demográfico-sanitárias, do qual carecia a repartição de higiene, conforme reclama o inspetor em seu relatório de 1895, dizendo faltar “para isso além dos dados, pessoal”[460]. Entretanto, segundo informações contidas nos relatórios apresentados pelo inspetor de higiene ao presidente do Estado nos anos de 1891 a 1895, temos os seguintes registros: no ano de 1892, foram vacinados em Fortaleza 961 indivíduos, sendo no ano anterior bem maior este número, muito em razão do grande número de casos registrados da doença na cidade; em 1893, 321 pessoas foram vacinadas; em 1894, apenas 81, número que se justifica, segundo o inspetor, devido ao esquecimento da vacinação por parte da população por causa do pequeno registro de casos da doença naquele período; já em 1895, em razão do súbito aumento do número de casos de varíola, as vacinações subiram para 946 pessoas imunizadas.

Embora nos anos seguintes não sejam mais apresentados nos relatórios dados sobre o movimento da vacinação, temos razões para crer que elas continuaram ocorrendo, embora em quantidade bastante insuficiente, visto que a tônica presente na documentação a partir deste momento passa a ser o aumento constante do número de casos da doença na cidade, acompanhado sempre do registro do movimento do lazareto. Ou seja, deixava-se de registrar quantos indivíduos tinham se vacinado, para se informar quantos haviam sido isolados, passando de 24 pessoas recolhidas ao lazareto em 1896, para 162 em 1897, e 234 entre 1898-1899, o que parece indicar que diante do aumento do número de casos

[458] *O Estado do Ceará*, 28.03.1891. Anno I, n.185. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2.
[459] *O Estado do Ceará*, 14.04.1891. Anno I, n.199. A EPIDEMIA DA VARIOLA, p.2. (Artigo assinado pelo Dr. Rocha Moreira)
[460] CEARÁ, 1895, *Op.cit.*, Anexo IV, p.144.

da doença registrados na cidade, a preocupação maior passou a ser com o recolhimento destes indivíduos no lazareto e não com a continuidade da prevenção de novos casos através da manutenção do serviço de vacinação. Só temos novamente registro do número de indivíduos vacinados em Fortaleza no ano de 1901, através da campanha de vacinação empreendida pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo[461], que, segundo consta em suas memórias escritas sob o significativo título de *Varíola e vacinação no Ceará*, vacinou cerca de 3.358 pessoas na cidade durante aquele período.

Rodolfo decidira realizar por conta própria a vacinação da população de Fortaleza a fim de erradicar a varíola que se mostrava endêmica na cidade. Para tanto, procurou aprender a técnica, assistindo a sessões de vacinação animal em Salvador e, após considerar-se habilitado, retornou ao Ceará para dar início ao serviço de profilaxia. A intervenção de indivíduos detentores de algum conhecimento terapêutico na esfera da saúde pública era relativamente comum, chegando a ser um recurso utilizado pelo próprio governo, expondo o caráter assistencialista e pouco profissional destes serviços[462]. Neste sentido é que se compreende o entusiasmo com que o periódico governista *A República* acolheu a iniciativa levada a cabo pelo farmacêutico:

> O sr. Rodolpho Teophilo acaba de obter entre nós com os melhores resultados a vacina animal. Mais de cem pessoas tem sido vacinadas com a linfa cultivada em vitellas e em todas tem sido excelente o resultado como temos sido testemunhas. A ocasião para a propagação de tão bom prophylatico não podia ser mais oportuna, pois a variola está grassando com intensidade nos subúrbios desta capital já em algumas de suas ruas centrais.[463]

Aproveitando-se da boa recepção que sua campanha alcançou junto à administração do Ceará, Teófilo procurava ainda obter espaço na folha oficial, único jornal local da época, para anunciar "que vaccinava gratuitamente em minha casa todos os dias de uma as quatro horas da tarde"[464]. Ele também se valia das páginas do periódico para divulgar o êxito de suas sessões de vacinação, enviando tabelas com mapas detalhados da evolução dos resultados obtidos em sua empreitada. E ainda, aproveitava o momento para publicar uma série de artigos "sobre a peste da

[461] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*.
[462] VALE NETO, *Op.cit.*.
[463] *A República*, 05.02.1901. Fortaleza. p.2. Apud. VALE NETO, *Op.cit.*,p.95.
[464] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.99.

varíola, episódios aterradores com o fim de incutir no espírito público o terror da bexiga e movel-o a procurar a vaccina. A varíola grassava então em Fortaleza e eu disso fazia uma arma de combate em favor de minha propaganda"[465].

Uma das estratégias desenvolvidas por Rodolfo para alcançar sucesso em sua empresa era a divulgação de tais notícias assustadoras logo nos dias seguintes à percepção de que a procura pela vacina em sua residência estaria diminuindo. Publicava então registros dos estragos e da intensidade das epidemias, dos casos terríveis da varíola hemorrágica, e "o certo é que nos dias subseqüentes a taes publicações alarmantes, tinha eu a casa cheia de pessoas a vacinar"[466].

Assim, ele relata que, enquanto em janeiro de 1901, havia conseguido vacinar apenas 45 pessoas, em fevereiro haviam sido imunizados 518 indivíduos, chegando a haver sessões em que o número de vacinados se elevara a mais de duzentos. Em março, no entanto, diminuiu a afluência de indivíduos para se vacinarem, "recebendo apenas o poderoso prophylatico 172 pessoas"[467], porém em abril a quantidade elevou-se a 473 vacinados. Tal resultado atribuía-se não apenas ao comparecimento de pessoas ilustres como o presidente do Estado e o deputado federal Thomaz Pompeu Pinto Accioly às sessões, mas também ao fato de que "a população de Fortaleza que não era analphabeta, ia compreendendo o valor da vaccina anti-variólica"[468].

Alguns meses após a inauguração do serviço de vacinação diária realizado na residência do farmacêutico "no Boulevard Visconde de Cauípe n.4."[469], tal trabalho começou a ser feito pelos Drs. João da Rocha Moreira e José de Castro Medeiros "diariamente na pharmacia Theodorico de 11 horas da manhã ás 2 horas da tarde"[470]. Contudo, as estratégias até então utilizadas por Rodolfo, tais como propagandas, artigos e estatísticas publicadas em jornais, estavam surtindo efeito apenas entre as camadas mais instruídas da população. Chegando ao ponto de ele

[465] Idem, p.99-100.
[466] Idem, p.100.
[467] Idem, p.102.
[468] Idem, p.102.
[469] *A República*, 05.02.1901. Fortaleza. p.2. Apud. VALE NETO, *Op.cit.*, p.95.
[470] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.103-104.

mesmo notar, “com certo desprazer, que as pessoas do povo não apareciam para se vaccinarem. E, no entanto, era entre eles que a varíola fazia mais victimas”[471].

A contínua falta de adesão da população pobre a sua campanha de vacinação fez com que Teófilo se preocupasse porque ele acreditava que “se não conseguisse preservar da varíola a classe menos favorecida da fortuna em Fortaleza, não extinguiria a varíola da capital do Ceará”[472]. Por quanto, em julho de 1901, ele tomou a decisão de estabelecer um serviço de vacinação domiciliária. No começo de agosto, deu início a sua nova tarefa, visitando todas as habitações do Boulevard Visconde de Cauípe, onde residia, o qual era “habitado por 1.013 pessoas. Destas não eram vaccinadas apenas 75. [...] Haviam tido varíola 92. Estavam com varíola 4. Eram vacinadas 842”[473], tendo ele vacinado todas que necessitavam do preservativo.

Após esta primeira experiência, que, segundo ele, teria sido válida para saber como os moradores receberiam a alguém “que não era delegado do poder público”[474], Rodolfo passou de fato a entrar em contato com a população pobre residente na área suburbana da cidade. Era nesta região, precisamente, onde vivia a maior parte dos indivíduos não-vacinados. Por isso, é nos subúrbios que ele escolhe atuar durante sua campanha de vacinação domiciliária empreendida entre os anos de 1901 a 1904, indo ao encontro destas pessoas nos bairros populares do Matadouro localizado do lado oeste da cidade entre o calçamento do Benfica, calçamento do Matadouro, Alto Alegre e Porangabuçu; no bairro do Outeiro a leste, no da Aldeiota, no da Estrada de Mecejana, no bairro da Jacarecanga e no Arraial Moura Brazil.

Rodolfo dedicou quase todo o mês de agosto a visitar as habitações do populoso bairro do Matadouro, no qual residiam “1.604 pessoas. Destas haviam tido varíola 665. Estavam variolosos 5. Não eram vacinadas 211. Eram vacinadas 723”[475]. Ao tratar das precárias condições existentes no bairro, ele narra que nele havia 331 casas, sendo a sua maioria composta por miseráveis choças. Entre a

[471] Idem, p.102.
[472] Idem, p.105.
[473] Idem, p.106.
[474] Idem, p.106.
[475] Idem, p.121.

população total do local, composta em sua maior parte por mulheres e crianças, foram encontrados apenas "152 homens, nem todos válidos, pois há crescido número de cegos e aleijados"[476]. No que diz respeito à causa do grande número de pessoas já atingidas pela varíola naquela região, informa Rodolfo ser devido à "inoculação do vírus variólico, a guiza de vacina, feita por um curioso"[477]. Tal acontecimento trouxe sérios embaraços à aceitação da vacina entre a população, a qual dizia não querer meter a peste no corpo, pois havia no bairro muitas famílias que pela variolisação tinham contraído a doença.

Após narrar sua empreitada no bairro do Matadouro, Rodolfo passa a descrever a incursão que fez à Rua Santa Tereza, localizada do lado oposto ao norte do bairro. Lá dizia ter encontrado "nas duas extremidades de um extenso quarteirão doentes de varíola e nas moradas, que se seguiam mais de vinte pessoas sem vacina"[478]. Procedia a vacinação de todos quantos estavam em condições de receber o preservativo, porém raro era o dia em que ele não encontrava casas onde havia bexigosos. Depois de concluir o serviço na Rua Santa Tereza, tendo vacinado 91 indivíduos, passou ao bairro do Outeiro, onde se dizia estar grassando com intensidade a varíola. Fez publicar então uma estatística do movimento de vacinação realizado por ele, durante o mês de setembro, no jornal *A República* de 1º de outubro de 1901, na qual informava ter vacinado 282 pessoas em sua residência, 115 na Rua da Leopoldina, 99 na Rua de São Cosme e 41 no Externato São Vicente de Paulo.

Não podendo dar prosseguimento ao serviço nas demais ruas do Outeiro por causa do reaparecimento da peste bubônica no local, Teófilo passou a visitar a região ao sul da cidade, o "bairro que fica entre a estrada do Bemfica e a de Mecejana"[479]. Ali, diz ele, "a população era densa e estava toda por vacinar. As moradas não se alinhavam em ruas [...] o que dificultava um pouco o serviço"[480]. A estatística que apresenta sobre a vacinação nos últimos meses de 1901 foi a seguinte: no mês de outubro vacinou em sua residência 114 pessoas, nos domicílios 127; em novembro vacinou 112 indivíduos no bairro e 83 em sua casa; e em

[476] Idem, p.121-122.
[477] Idem, p.122.
[478] Idem, p.128.
[479] Idem, p.138.
[480] Idem, p.138.

dezembro, 52 pessoas foram a sua casa se vacinar e 106 foram vacinadas em suas habitações. Segundo ele, a diminuição do número de vacinações praticadas em sua residência devia-se ao fato de "que na área urbana de Fortaleza devia estar quase toda a população vacinada"[481].

No entanto, havia ainda grande número de indivíduos não vacinados nos subúrbios da capital. Desta forma, visando dar continuidade ao serviço de vacinação, Rodolfo Teófilo procurou decompor "a cidade em algumas circumscripções e convidei auxiliares, pois estava convencido de que trabalhando sozinho seria preciso muito tempo para concluir a vacinação em Fortaleza"[482]. Assim, foi organizada a divisão dos serviços ficando o Dr. Antônio Teodorico da Costa responsável pelo bairro da Aldeota; o professor Hermínio Barroso, pela Estrada de Mecejana; o capitão José de Souza, tomando conta da vacinação no bairro do Matadouro e o major Raimundo Guilherme, na Jacarecanga e no Arraial Moura Brasil. Além destes, havia ainda o "Sr. Demetrio de Castro Menezes, entregue desde muitos anos ao serviço da vacinação nesta capital"[483].

Acerca dos resultados obtidos no combate à varíola em Fortaleza durante o ano de 1901, manifesta-se o presidente do Ceará, Dr. Pedro Augusto Borges, em sua mensagem à Assembléia Legislativa, relatando que "a varíola, que recrudescera n'esta capital, foi igualmente declinando, esforçando-se o digno inspetor de hygiene em disseminar o meio prophylatico da vacina, a que a nossa população, por um erro deplorável, é ainda mui refratária" [484]. Faz menção ainda ao "inestimável serviço prestado pelo distinto pharmaceutico Rodolpho Marcos Theophilo que, por amor do bem público, se prestou a vacinar gratuitamente a centenas de pessoas, no período agudo da epidemia"[485]. No entanto, segundo o relato do próprio Rodolfo, o êxito na erradicação da varíola em Fortaleza devia-se apenas à iniciativa particular, ou seja, a dele, em produzir a vacina animal e difundi-la pessoalmente na região suburbana da cidade onde a doença se fazia endêmica.

[481] Idem, p.140.
[482] Idem, p.180.
[483] Idem, p.180.
[484] CEARÁ, 1901, *Op.cit.*, p.60.
[485] Idem, p.60.

Quanto aos esforços empreendidos pela repartição de higiene, Rodolfo tira suas conclusões a partir do se apreende do relatório do inspetor em julho de 1903, no qual este afirma que “a lympha que comumente nos vem do Rio, é quase sempre inaproveitável”[486]. E ainda que “pelo pharmaceutico Rodolpho Theophilo foram oferecidos a esta repartição 170 tubos com lympha vacinica. Apesar do anúncio constante não compareceu a esta repartição uma só pessoa para se vacinar!”[487]. Deste modo, o serviço de vacinação prestado pela inspetoria não apenas era, via de regra, falho devido à má qualidade da linfa utilizada, como também parecia ser, talvez por essa causa, desacreditado pela população que não recorria mais àquela repartição para se vacinar.

Portanto, concluímos que embora o serviço de vacinação possa ter sido realizado com certa regularidade durante o período compreendido entre 1891 a 1901, sua funcionalidade se mostra bastante precária e impulsionada muito mais pelas instáveis conjunturas provocadas pelo aumento do número de casos de varíola na cidade que por uma sistemática organização dos trabalhos da inspetoria de higiene do Estado. Os métodos utilizados com maior freqüência durante este período, tais como a prática da vacinação braço a braço, fazendo-se uso da linfa vacínica proveniente de locais distantes como o Rio de Janeiro, bem como o estabelecimento da aplicação da vacina apenas em alguns dias da semana e em alguns poucos locais da cidade, não eram os mais satisfatórios e, por isso, não produziam resultados significativos no combate à presença da varíola em Fortaleza.

As iniciativas mais recomendadas para a extinção dos casos da doença na capital, como a produção da vacina animal na própria cidade, a aplicação da mesma em diversos pontos da urbe e em seus arredores, a disseminação deste preservativo entre a população em larga escala, tudo isso foi apenas ensaiado pelo governo de forma pontual e provisória durante estes anos. Tais ações, todavia, só foram levadas a cabo através da iniciativa particular, organizada por Rodolfo Teófilo, a partir do ano de 1900, com a produção da vacina animal em sua própria residência; a publicação na folha oficial do governo, e único jornal da cidade à época, *A República*, de anúncios avisando que vacinava gratuitamente em sua residência; e o desenvolvimento do serviço de vacinação domiciliária na região

[486] TEÓFILO, 1997, *Op.cit.*, p.177.
[487] Idem, p.177.

suburbana de Fortaleza, tendo em vista que eram nestes locais em que se dizia ser endêmica a varíola, fazendo aí grande parte de suas vítimas todos os anos[488]. Devido a esta intensa campanha particular de vacinação é que se deu a extinção dos casos de varíola entre a população de Fortaleza.

Por fim, procuramos então abordar, neste capítulo, as formas através das quais as intervenções médicas de combate à disseminação da doença no espaço urbano da capital cearense foram sendo pensadas e levadas a cabo durante os últimos anos do século XIX. Tendo por base este objetivo inicial, verificamos inicialmente, a partir da análise das fontes, que, dentre as diversas intervenções sugeridas por médicos e autoridades urbanas, aquelas que obtiveram maior atenção dos poderes públicos e foram colocadas em prática de maneira mais efetiva entre 1891 a 1901, correspondiam aos serviços de isolamento e vacinação.

Constatamos primeiramente que, em meio a necessidades, possibilidades e adversidades surgidas, as ações ligadas ao recolhimento dos variolosos no lazareto da Lagoa Funda, único em atividade durante este período, mantiveram-se em funcionamento regular ao longo dos anos, variando a estruturação de suas atividades de acordo com o aumento ou diminuição do número de casos da doença registrados na cidade. No entanto, a forma como o serviço de isolamento havia sido estabelecido pelo governo fora por diversas vezes contestada pelos clínicos locais que reclamavam da ineficiência de tal medida no combate à disseminação da varíola em Fortaleza por considerarem-na realizada apenas de forma parcial.

A parcialidade deste serviço era representada pelos médicos através tanto da inexistência de uma lei que obrigasse todos os atacados de moléstias contagiosas como a varíola ao isolamento coletivo no lazareto, não permitindo assim os muitos casos de isolamento domiciliar, comum entre os variolosos que possuíam condições de se tratarem as suas próprias custas; como também por causa da precária situação em que geralmente se encontrava o lazareto sem possibilidade então de oferecer um atendimento de qualidade a todos os doentes, precisando contar com o auxílio inclusive da verba destinada pelo governo a título de socorros públicos para sua manutenção. O isolamento coletivo administrado pela inspetoria de higiene do Estado atendia, portanto, apenas uma parcela dos doentes – os

[488] Idem.

pobres ou indigentes –, garantindo-lhes assistência pública básica através do fornecimento de atendimento médico, remédios e dietas.

Analisamos então, no segundo tópico deste capítulo, como havia sido pensado e estruturado o serviço de vacinação contra varíola empreendido em Fortaleza durante o período estudado. Em meio às variadas discussões em torno de se definir quais seriam os melhores métodos para aplicação deste preservativo, se através da linfa animal ou humana, e também sobre a qualidade ou validade da vacina importada de regiões distantes como o Rio de Janeiro, ou ainda acerca das suspeitas ou queixas quanto a falta de linfa na capital, o fato é que tal serviço foi sendo realizado com certa regularidade e permanência ao longo dos últimos anos do século XIX.

No entanto, as práticas mais comuns no período, tais como a utilização da vacinação aplicada de braço a braço, feita com linfa proveniente de lugares distantes que, por isso, geralmente não apresentava bons resultados, e ainda o estabelecimento da vacinação apenas em alguns dias da semana e em pontos específicos da cidade, não eram as formas mais eficazes para o controle da doença. Assim, a funcionalidade do serviço público de vacinação era freqüentemente representada de forma bastante precária, sendo seu desenvolvimento mais atrelado a momentos de crise, como o aumento do número de casos da doença na cidade, do que propriamente a alguma estruturação ou melhoria realizada na inspetoria de higiene, haja vista as diversas reclamações elaboradas não apenas por particulares como Rodolfo Teófilo e Thomaz Pompeu, mas também pelos representantes do governo na figura do inspetor de higiene, do secretário dos negócios do interior, ou do próprio presidente do Estado. Fato ainda bastante significativo fora o de que os métodos mais satisfatórios aplicados no sentido da erradicação da varíola em Fortaleza, tais como a produção da vacina animal e sua difusão por meio de visitas domiciliares, tenham sido executados por meio de uma iniciativa particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos trilhados na realização deste trabalho conduziram nossa investigação no intuito de responder a questão inicialmente proposta, demonstrando, assim, as diversas formas através das quais foram sendo formuladas, por médicos e administradores públicos, as representações suscitadas a propósito da manifestação da varíola na capital cearense entre os anos de 1891 a 1901. Período este marcado pela idéia de que a doença teria ficado *morando na capital*, fazendo-se então recorrentemente presente no espaço urbano fortalezense, mobilizando percepções, explicações e ações, principalmente por parte dos indivíduos interessados ou responsáveis pelas questões referentes à saúde pública.

Neste sentido, tivemos ocasião de discutir, num primeiro momento, as razões de elaboração das diversas concepções produzidas sobre a origem e propagação da doença, bem como dos seus modos de prevenção e tratamento. Através desta análise, pudemos constatar a forte presença das antigas teorias hipocráticas e galênicas nas explicações construídas para dar sentido à ocorrência do fenômeno, agregadas, contudo, à utilização de novos conceitos advindos de contatos preliminares com a divulgação das então recentes descobertas provocadas pelos estudos microbianos. Vimos ainda que, no entanto, predominava a questão da indeterminação da doença. Assim, a fluidez do diagnóstico era acompanhada de certa imprecisão terapêutica. Prevalecia, portanto, um ecletismo na indicação das medidas referentes à prevenção e tratamento da moléstia, reunindo-se tais opiniões de acordo com as circunstâncias e as possibilidades existentes.

Em seguida, nos dedicamos a analisar os argumentos utilizados para elaboração das classificações quanto ao comportamento que a varíola assumia na cidade. Verificamos, assim, que havia inicialmente uma forte divergência quanto à postura de vários clínicos locais e a do inspetor de higiene do Estado, sendo que enquanto os primeiros defendiam a manifestação epidêmica da doença, este último procurava assegurar a falsidade de tal afirmação. Entretanto, com o passar do tempo, as opiniões em defesa da epidemia foram tornando-se escassas, embora tenhamos encontrado alguns indícios que apontam para a recorrência destes

discursos em momentos nos quais os registros de varíola na cidade se intensificavam. Contudo, a alegação mais comum ao longo dos anos era a de que a doença havia tornado-se uma endemia em Fortaleza.

No entanto, a construção das justificativas para a caracterização da varíola de forma epidêmica ou endêmica revela o conjunto de representações sociais que se tinha à disposição no momento para ser usado diante das diversas questões suscitadas pela manifestação da varíola. Dentre estas, apresenta-se o problema da legitimação da ciência médica enquanto discurso verdadeiro e racional, e que, entretanto, mostrava-se portadora de contradições por causa da divergência de opinião entre os próprios doutores acerca da determinação do tipo de ocorrência que a doença adquiria no espaço urbano. Vimos também a conformação dos diferentes comportamentos diante do fenômeno, que vão de uma primeira reação de medo e alarde até uma convivência indiferente e acostumada à presença da varíola. Verificamos ainda a construção da idéia de que a manifestação da doença era considerada um sinal de atraso, de falta de civilização, enquanto a higiene era relacionada ao progresso e ao desenvolvimento da humanidade. Atrelada a tal concepção encontrava-se a produção de uma representação que considerava normal o aparecimento de casos de varíola entre os pobres moradores dos subúrbios, enquanto que entendia como surpreendente, inaceitável, assustador o fato de a doença acometer indivíduos de outros estratos sociais, que residiam em locais mais centrais na cidade e viveriam em melhores condições higiênicas.

Por fim, na última parte deste trabalho, atentamos para as ações que, a partir das concepções discutidas inicialmente e apesar das divergências de opiniões apresentadas anteriormente, de fato, foram sendo sistematizadas e colocadas em prática na tentativa de obstar o desenvolvimento da moléstia na capital cearense. Desta forma, constatamos que os serviços que tiveram uma maior duração e regularidade em seu funcionamento no período estudado foram os de isolamento e vacinação. Tais medidas consistiam em atitudes bem diferentes: enquanto a primeira era bastante antiga, consolidada pela tradição, embora viesse sofrendo sérias críticas quanto a sua eficiência no período, a segunda era ainda muito recente, nem sequer contava com um referencial teórico que lhe munisse de explicação, no entanto, possuía a seu favor muitos registros estatísticos que comprovavam suas virtudes.

Apesar das divergências teóricas que incitavam os debates entre os adeptos das práticas de isolamento e vacinação, foram ambas reunidas, sem contradição, aos serviços ligados à inspetoria de higiene no combate à disseminação da varíola em Fortaleza. Isto se deu muito em função das condições existentes, ou seja, das possibilidades e adversidades com as quais a inspetoria precisava lidar para a realização das ações promovidas contra a doença. Desta maneira, a precariedade dos equipamentos e a exigüidade de verbas e funcionários ajudam a explicar as razões da caracterização que as medidas de controle da varíola adquiriram. Diante de tal situação, o governo não hesitava em aceitar e agradecer a contribuição da iniciativa particular nos serviços de saúde, como aconteceu no caso da organização de um sistema de produção da vacina animal e de aplicação da mesma a domicílio estabelecido por Rodolfo Teófilo, o qual se mostrou bem mais eficaz na extinção da doença na cidade do que as medidas adotadas pela inspetoria.

Entretanto, faz-se necessário ainda destacar as razões do nosso enredo, ou seja, o porquê da ordem e da estrutura dos capítulos. Primeiramente alertamos para o fato de que tal divisão foi elaborada enquanto *uma* alternativa possível, como a estratégia escolhida para contarmos esta história, que acreditamos ter sido a mais útil à análise proposta para esta dissertação, pois nos permitiu aprofundar a discussão de cada um dos aspectos em que dividimos o nosso objeto. Assim sendo, reunimos as várias representações construídas pelos indivíduos chamados a discorrer sobre a manifestação da doença na cidade em três grupos específicos.

No primeiro deles, encontram-se as concepções formuladas sobre a varíola, ou seja, aquelas que visavam responder às seguintes perguntas: o que é? Como se transmite? Como prevenir-se dela? E como tratá-la?. No segundo grupo, foram elencadas as classificações atribuídas ao tipo de manifestação que a doença assumia na cidade, isto é, – de acordo com as discussões que se fizeram presentes nas fontes – as alegações em defesa de seu comportamento epidêmico e aquelas que subsidiavam sua caracterização enquanto uma endemia. E, finalmente, no último grupo, reunimos a formulação e concretização das ações de combate à varíola, as quais se resumiam, neste caso, à organização dos serviços de isolamento e vacinação.

Com base em tal classificação, procuramos justificar as características e o sentido da disposição dos capítulos. Estes estão justapostos, porque tratam de temáticas que, além de relacionadas umas às outras, são complementares ao estudo da questão central e apresentam-se encadeadas em uma seqüência que vai da percepção, primeiro contato com a presença da doença; à classificação, segundo momento, no qual se distingue sua manifestação na cidade; até a intervenção, terceiro momento, em que se organizam as atitudes a serem tomadas diante da ocorrência do fenômeno.

No entanto, tal divisão se dá apenas como critério de análise, pois durante o período estudado, quando este fora vivenciado pelos agentes históricos, tais elementos apresentavam-se comumente de forma simultânea. Por isso, os capítulos não obedecem a uma ordem cronológica. Na verdade, todos eles procuram abranger inteiramente o recorte selecionado. As limitações quanto a isso se encontram diretamente relacionadas à problemática das fontes, pois sobre alguns dos aspectos abordados, existem atualmente apenas poucos registros dispersos e fragmentados, que, portanto, não cobrem de forma homogênea todo o período analisado. Contudo, é mesmo esse o ofício do historiador, aventurar-se a conhecer o passado a partir de seus vestígios ainda existentes e construir com o material encontrado uma interpretação possível sobre ele.

Neste sentido, os indícios reunidos durante a pesquisa evidenciaram que a construção das representações sobre a varíola baseava-se em idéias ligadas à tradição, ao conhecimento adquirido pelas experiências passadas ou aprendido através das leituras realizadas, como também relacionadas às posturas políticas ou sociais em jogo no momento e às questões de ordem prática diante das quais se fazia necessário lidar com os limites, as possibilidades e adversidades então existentes. As características que tais concepções, explicações e ações adquiriram, portanto, foram resultado do entrecruzamento destas variáveis que precisavam ser levadas em consideração pelos médicos e administradores públicos ligados às questões referentes à saúde diante do problema gerado pela manifestação da doença na cidade.

Por fim, vale salientar que a efetivação deste trabalho lançou luz sobre uma experiência histórica particular através da qual pudemos conhecer, sob a

perspectiva dos discursos analisados, algo a respeito das formas como se estruturavam tanto o pensamento e as práticas médicas quanto a organização dos serviços de saúde na capital. Deste modo, para além de caracterizar-se apenas enquanto um período em que a varíola teria se tornado endêmica em Fortaleza, o recorte analisado parece mais profundamente marcado por essa relação estabelecida entre a doença, o lugar e seus habitantes, própria de uma endemia, principalmente no que diz respeito aos modos como foram construídas as representações sobre este fenômeno.

Assim, enquanto o período anterior diferencia-se pela ocorrência da varíola somente de maneira epidêmica, ou seja, intermitentemente, com espaço de décadas até entre um surto e outro; durante os anos de 1891 a 1901, ela se fez presente constantemente na cidade. Por conseguinte, se antes ela era representada como uma doença eventual e externa, cuja presença era considerada uma invasão, um ataque, contra o qual se fazia necessário empreender todos os esforços para impedir o seu avanço; no período estudado, embora inicialmente ela ainda se apresente de tal forma, com o passar do tempo sua permanência começou a ser vista como normal, incapaz de mobilizar sérias inquietações, a ponto de muitos se tornarem indiferentes à sua manifestação e de se construir metáforas como a de que ela teria ficado *morando* na capital.

Conseqüentemente, tais mudanças se mostram presentes também nas ações empreendidas contra a doença. Neste sentido, como a organização dos serviços de saúde consistia, em geral, numa resposta aos problemas provocados pela manifestação das doenças, quando a varíola apresentava-se de forma epidêmica, as intervenções consistiam na tomada de atitudes rápidas e enérgicas, tais como a abertura de lazaretos, a montagem de comissões médicas para atender aos doentes e propor soluções imediatas para extinção da epidemia, a propagação da vacina em larga escala, e a ampla distribuição de medicamentos e dietas aos enfermos, contando para isso com uma significativa ampliação dos recursos destinados a esse fim.

Já no momento em que a doença permanece endêmica, a inspetoria de higiene, contando com limitadas verbas e em condições estruturais precárias, mantinha tão somente em funcionamento permanente o serviço de recolhimento dos

variolosos no lazareto da Lagoa Funda, sem que houvesse, no decorrer do tempo, a realização sistemática de melhoramentos nesta instituição, e a prática da vacinação realizada comumente em alguns dias da semana e em locais específicos da cidade, fazendo-se uso do mesmo método de aplicação da vacina de braço a braço há muito criticado, porém único possível diante da inexistência de um instituto vacinogênico que só seria criado pelo governo em 1930, sendo o primeiro, no entanto, instituído em 1900 pela iniciativa particular do farmacêutico Rodolfo Teófilo.

Assim, o que procuramos então sugerir com este trabalho é que através da análise de uma doença em particular torna-se possível perceber, a partir de determinado ângulo, diferentes facetas dos modos como se estruturavam tanto os conhecimentos quanto as práticas médicas situadas no tempo e no espaço. Desejamos com isto ter contribuído para o debate em torno da temática relacionada à história da saúde e das doenças, e esperamos que novas abordagens possam surgir a partir do objeto trabalhado, demonstrando o quanto o fazer histórico é complexo e rico de significados possíveis.

LISTAGEM DAS FONTES

Jornais:

Acervo da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel – Ceará:

- *A Pátria* – 1890
- *A República* – 1901
- *A Verdade* – 1891, 1893, 1897, 1898
- *Cearense* – 1891
- *Gazeta do Norte* – 1889
- *O Combate* – 1891
- *O Estado do Ceará* – 1891

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil:

- *A República* – 1897

Mensagens e Relatórios:

CEARÁ. **Mensagem** apresentada a Assembléia Legislativa do Ceara pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly em 4 de Julho de 1898. Fortaleza: Typ. Econômica, 1898. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1899. Fortaleza: Typ. d'A República, 1899. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1897. Fortaleza: Typ. d'A

República, 1897. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1902. Fortaleza: Typ. Minerva, 1902. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges a Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 3ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura, 1º de julho de 1894. [Com Anexos]. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 4ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, 1º de julho de 1895. Fortaleza: Typ. d'A República, 1895. [Com Anexos]. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 5ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, 1º de junho de 1896. Fortaleza: Typ. d'A República, 1896. [Com Anexos]. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. Jose Freire Bezerril Fontenelle a Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, 1º de julho de 1893. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893. [Com Anexos]. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Mensagem** que o exm. sr. general José Clarindo de Queiroz, governador do Estado do Ceará, leu perante o respectivo congresso em sessão ordinária de 1 de outubro de 1891. Fortaleza, Typ. do Estado do Ceará, 1891. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Relatório** com que o excelentíssimo senhor Dr. Esmerino Gomes Parente abriu a 2.a sessão da 22.a legislatura da Assembléia Provincial do Ceará em 2 de julho de 1875. Fortaleza, Typ. Constitucional, 1875. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/ceará. Acesso em: 24 abr. 2009.

_____. **Relatório** do Inspetor de Higiene, Dr. José Pinto Nogueira, ao presidente do Estado do Ceará, Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza, 1901.

Ofícios:

Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC:

Fundo: Saúde Pública. Inspetoria de higiene e Saúde Pública. **Série**: Correspondências expedidas. **Local**: Ceará/ Fortaleza. **Data**: 1867-1895. **Localização**: Ala 5/ Est. 4/ Prat. 17/ Cx. 4.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 01.02.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao General José Clarindo de Queiroz, governador do Estado.
- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 01.06.1895. Ofício do Dr. Henrique Leite Barboza, ajudante do inspector, ao Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly, secretario do Interior.
- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 03.03.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 04.08.1894. Ofício do inspector interino de hygiene, Ignacio de Souza Diaz, ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 09.07.1892. Ofício do Dr. José Pinto Nogueira, inspector interino, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 15.03.1892. Ofício do Dr. João Marinho de Andrade, inspector, ao Major Benjamin Liberato Barroso, vice-governador do Estado.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 15.09.1892. Ofício do Dr. José Pinto Nogueira, inspector interino, ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 21.08.1895. Ofício do inspector interino ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 24.01.1894. Ofício do Dr. Marinho de Andrade, inspector, ao Snr. Antonio Salles, secretario do Interior.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 25.07.1895. Ofício do inspector interino ao Tenente Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, presidente do Estado.

Fundo: Governo da Provincia. **Referência**: BR APEC CSP. **Local**: Fortaleza. Data: 1879-1899. **Localização**: Ala 4/ Est. 6/ Prat. 28/ Cx. 8.

- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 04.04.1889. Ofício do Dr. João da Rocha Moreira, inspector, ao Dr. Antonio Caio da Silva Prado, presidente da Provincia.
- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 05.03.1889. Ofício do Dr. João da Rocha Moreira, inspector, ao Dr. Antonio Caio da Silva Prado, presidente da Provincia.
- *Inspetoria de higiene do Ceará*. 16.08.1889. Ofício do Dr. João da Rocha Moreira, inspetor, ao Conselheiro Henrique Francisco d'Avila, presidente da Província.

Artigos e Livros:

CEARÁ, Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. **Jornais Cearenses em Microformas, Catálogo geral**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionário de medicina popular** e das sciencias accessórias para uso das famílias... . 6º. ed. Paris, A. Roger & F.Chernoviz, 1890.

DICCIONARIO Bio-bibliographico Cearense. **Revista do Instituto do Ceará**: Tomo especial consagrado á memoria do Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, presidente, e João Baptista Perdigão de Oliveira, secretario. Fortaleza: Typ. Minerva, 1929.

GALENO, Juvenal. **Medicina Caseira**. Fortaleza: Secult, 2010.

PEREIRA, Cezidio d'Albuquerque Martins. **Promptuario da legislação republicana do Estado do Ceará**: (De 2 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1914). -ed. fac.sim.- Fortaleza: FWA, 2009.

POMPEU, Thomaz. Importancia da vida humana como factor da riqueza. O desenvolvimento da população da Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. In.: **Revista da Academia Cearense**. Anno I, Fascículo I. Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

_____. Os effeitos beneficos das medidas hygienicas e especialmente dos esgôtos. In.: **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza: Typ. Studart, tomo II, 1897.

REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Typ. Studart, anno I, fascículo I, 1896.

STUDART, Guilherme (barão de). Catálogo de Jornaes de grande e pequeno porte publicados no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** - ANNO XII – 1898.

_____. **Climatologia, epidemias e endemias no Ceará**: memória apresentada ao 4º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro. [1909]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense**. Fortaleza:Typo-Lithographia a vapor. Volume primeiro, 1910.

TEÓFILO, Rodolfo. **Varíola e vacinação no Ceará**. [1904]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

ANJOS, Karla Torquato dos. **"Limpar a Cidade"**: A (In)Salubridade e a formação dos Subúrbios em Fortaleza durante a seca de 1877 a 1879. Graduação em História. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2008.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. A história e as doenças: anotações sobre a doença como objeto da história. In.: FREITAS; BARBOSA; DAMASCENO (orgs.). **Pesquisa histórica**: fontes e trajetórias. Fortaleza: EdUECE/ABEU, 2008.

_____. Administrar a precariedade: a cidade de Fortaleza e as epidemias (1850-1880). In.: **Anais do I Encontro Regional em História Social e Cultural**. Recife, 16 a 19 de outubro de 2007. UFRPE. Recife:GEHISC, 2007.

_____. As doenças viram notícia: Imprensa e epidemias no final do século XIX. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana M. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. Corpo doente e práticas terapêuticas nos guias médicos do século XIX. In.: MAGALHÃES JR., Antonio G. (org.). **Corporeidade**: ensaios que envolvem o corpo. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública do Ceará**: da Colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC. 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial**: rural e urbana. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História**: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p.71-80, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Moderna, 3.ed., 1982.

COSTA, Ângela Marques. **1890-1914**: No tempo das certezas. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Maria Clélia L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, vol.11, n.1. Rio de Janeiro, jan./abr. 2004.

CZERESNIA, D. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v.4, n.1, mar./jun. 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: 2.Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina antivariólica**: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

_____. Varíola: doença e erradicação. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana M. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª ed., 2008b.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GADELHA, Georgina da Silva. As doenças no Ceará: salubridade, higiene e teorias epidêmicas no século XIX. In.: OLIVEIRA; BARBOSA; GADELHA, (orgs.). **Ceará**: Ciência, Saúde e Tecnologia (1850-1950). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

_____. **Os saberes do corpo**: a "medicina caseira" e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Mestrado em História Social. PUC-SP, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, ciência e saúde – Manguinhos**, vol.12, n.2, ago. 2005.

_____. **Civilizando as artes de curar**: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In.: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LEBIGRE, Arlette. Sangrar e purgar! In: LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LEAL, Vinícius Barros. **História da medicina no Ceará**. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MATOS, Alderi Souza de. **Os pioneiros presbiterianos do Brasil**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MATOS, Ana Cardoso de; SILVA, Álvaro Ferreira da. Urbanismo e modernização das cidades: o "embellezamento" como ideal. Lisboa, 1858-1891. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Universidade de Barcelona, nº 69 (30), 1 Ago. 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-30.htm.>. Acesso em: 29 mar. 2011.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**: textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. **Cidade (in)salubre**: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853). Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PEREIRA, Sóstenes. **Contágio**: uma Visão Histórica e Biológica das Epidemias. Editora Claranto, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. In.: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: 1.Da Renascença às Luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RIBEIRO, Maria Alice R. **História sem fim**... Um inventário da saúde pública. São Paulo 1880-1930. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 1991.

RIEDEL, Oswaldo. Apresentação à 1ª edição. In: GALENO, Juvenal. **Medicina Caseira**. Fortaleza: Secult, 2010.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro:Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SALES, José Borges. **Bibliografia Médica do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1978.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

SAMPAIO, Pedro. A Medicina no Ceará. In: GIRÃO, Raimundo. et al. **O Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Gláubia Cristiane A.. O beijo mortífero do gambiae. A epidemia de malária no Baixo Jaguaribe – CE. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana M.; MARQUES, Rita de C. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. 2. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SILVA, Luiz Jacintho. A Ocupação do Espaço e a Ocorrência de Endemias. In: BARATA, Rita Barradas (Org.). **Doenças endêmicas**: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In: LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

_____; RUFFIE, Jacques. **As epidemias na História do homem**. Lisboa: Edições 70, 1986.

TEÓFILO, Rodolfo. **História da Secca do Ceará (1878-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. **Secas do Ceará** (segunda metade do século XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1901.

VALE NETO, Isac Ferreira do. **Batalhas da Memória**: A escrita militante de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: Mestrado em História Social – UFC, 2006.

VIEIRA, José Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Seca**. Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: 2.Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008.